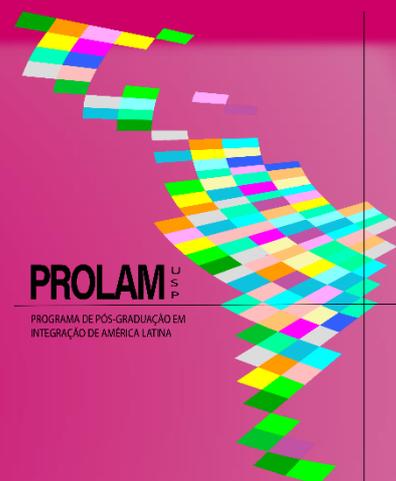


# **Mulheres latinas e caribenhas, poder e política: espaços de luta e resistência**

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas  
no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**

**Júlio César Suzuki  
Rita de Cássia Marques Lima de Castro  
Andréa Rosendo da Silva  
(organizadores)**



**ISBN: 978-85-7506-486-3**

**DOI: 10.11606/9788575064863**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**

**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**

**ANDRÉA ROSENDO DA SILVA**

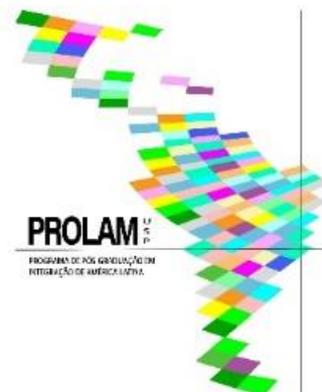
**(ORGANIZADORES)**

# **Mulheres latinas e caribenhas, poder e política: espaços de luta e resistência**

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



**FFLCH-USP**  
**PROLAM-USP**  
**2024**



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

**Reitor:** Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

**Vice-reitor:** Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH**

**Diretor:** Prof. Dr. Paulo Martins

**Vice-diretora:** Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

## **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

- M956 Mulheres latinas e caribenhas, poder e política [recurso eletrônico] ::  
espaços de luta e resistência/ Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita  
de Cássia Marques Lima de Castro, Andréa Rosendo da Silva. -- São  
Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2024.  
2.100 Kb ; PDF. -(Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no  
poder, na política, na arte, na cultura e comunicação)

Textos em português e espanhol.  
Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-486-3  
DOI 10.11606/9788575064863

1. América Latina e Caribe. 2. Mulheres – América Latina. 3. Mulheres –  
Caribe. 4. Empoderamento feminino. 5. Resistência feminina. 6. Política e  
gênero. I. Suzuki, Júlio César. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de.  
III. Silva, Andréa Rosendo da. IV. Série.

CDD 980

---



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

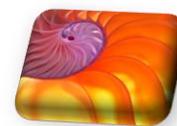
Capa e editoração: Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

## SUMÁRIO

<b>MÚLTIPLOS OLHARES DE MULHERES LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS NAS DISCUSSÕES SOBRE PODER E POLÍTICA COMO ESPAÇOS DE LUTA E RESISTÊNCIA</b> .....	1
Júlio César Suzuki	
Rita de Cássia Marques Lima de Castro	
Andréa Rosendo da Silva	
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	7
<b>UM NOVO OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA</b> .....	7
Dalzira Maria Aparecida Iyagunã	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	26
<b>A RESISTÊNCIA DA MULHER CAMPONESA NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO ...</b>	26
Erika de Souza Silva	
Ana Regina Marinho	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	53
<b>LUTE COMO UMA MULHER NEGRA E QUILOMBOLA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE UMA QUILOMBOLA DE MATO GROSSO DO SUL</b> .....	53
Lourival dos Santos	
Yasmin Falcão	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	82
<b>ALICIA EGUREN: LA ESCRITORA EN BÚSQUEDA DE UNA REVOLUCIÓN (1943-1957)</b> .....	82
Paula Andrea Lenguita	

<b>CAPÍTULO 5</b> .....	112
<b>ERA O HOTEL CAMBRIDGE E O PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA D@S REFUGIAD@S PELO DIREITO À MORADIA</b> .....	112
Flávia Hardt Schreiner	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	160
<b>DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS</b> .....	160
Alayde Maria Pinto Digiovanni Marilene Proença Rebello de Souza	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	203
<b>MULHERES ESTRANGEIRAS NAS PRISÕES LATINO-AMERICANAS: PUNIÇÕES PARA ALÉM DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE</b> .....	203
Ana Carolina de Moraes Colombaroli Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	248
<b>NAS TRAMAS DAS RE-EXISTÊNCIAS: SABERES E LUTAS DE MULHERES LATINO AMERICANAS</b> .....	248
Isabel Araujo Isoldi Vivian Parreira da Silva	
<b>Sobre os organizadores</b> .....	278
<b>Sobre os autores</b> .....	281



## **MÚLTIPLOS OLHARES DE MULHERES LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS NAS DISCUSSÕES SOBRE PODER E POLÍTICA COMO ESPAÇOS DE LUTA E RESISTÊNCIA**

Esta obra, que faz parte da série *Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação*, é constituída de diversos olhares. Como um caleidoscópio de diversos tons, cores e formatos, que é a essência que resume a nossa proposta de obra, este e-book nos brinda com diversos olhares sobre poder e política como espaços de luta e resistência, tendo como protagonistas as mulheres latino-americanas e caribenhas.

Em nosso texto inicial, fizemos questão de trazer algumas falas originais das pessoas que compuseram este denso e-book, falas estas que estavam em textos de apresentação com um resumo de suas produções. Nada mais rico e multicolorido do que trazer as palavras tecidas e escolhidas pelas próprias pessoas que deram vida a elas.

Iniciamos esses múltiplos olhares no capítulo 1, intitulado *Um novo olhar sobre as desigualdades sociais e violências de gênero na América Latina*, de autoria de Dalzira Maria Aparecida Iyagunã, traz uma abordagem sobre violência social estatal e exclusão de mulheres latino-americanas imigrantes, levando-nos a uma reflexão acerca de possibilidades e estratégias frente aos desafios



enfrentados por essas mulheres latino-americanas e, no dizer da autora, essa reflexão é realizada “pensando suas construções identitárias como estratégias para se fortalecerem na luta contra formas de violência de gênero e exclusão social.”

O capítulo 2 traz o texto de Erika de Souza Silva e Ana Regina Marinho, cujo título é *A resistência da mulher camponesa no espaço rural brasileiro*. As autoras desenvolvem uma discussão acerca da importância do empoderamento feminino no campo e destacam a educação como forma de ampliar esse empoderamento. Mediante uma análise sobre a jornada de trabalho da mulher, sua participação nos movimentos sociais, lutas e resistências no processo de produção capitalista, o trabalho nos convida a refletir sobre a distribuição de terras, bem como a compreender as estratégias adotadas pelas mulheres para quebrar paradigmas sobre a vida de quem trabalha no campo, visando ao respeito aos direitos humanos nas relações de trabalho no meio rural.

O capítulo 3, nomeado *Lute como uma mulher negra e quilombola: história oral de vida de uma quilombola de Mato Grosso do Sul*, de autoria de Lourival dos Santos e Yasmin Falcão, nos brinda com a história oral da vida de Vera Lúcia Rodrigues dos Santos, mulher e quilombola, ocasião em que se abordam temas relevantes para reflexão como: racismo, situações que se assemelham a condições análogas à escravidão, além de tratar de educação quilombola e de “diálogos com a comunidade,



família, educação comunitária, papéis de gênero na comunidade quilombola, trabalho e representatividade quilombola feminina contemporânea.”

No capítulo 4, intitulado *Alicia Eguren: la escritora en búsqueda de una revolución (1943-1957)*, de autoria de Paula Andrea Lenguita, temos a oportunidade de conhecer a trajetória da ensaísta, poeta, jornalista e professora argentina Alicia Eguren. Paula Andrea nos propicia uma compreensão detalhada de um contexto de debates sociais envolvendo o peronismo e as resistências aos movimentos ocorridos em favor do peronismo nos anos 1950, trazendo à tona as atitudes sexistas que preponderavam nas revistas que focavam em política e economia. Conheceremos as diversas etapas na vida de Alicia Eguren, como seu trabalho como editora no periódico *Sexto Continente*, sua vida clandestina e a posterior prisão, sua liderança para organizar a ala feminina que atuou na resistência peronista que teve início após o golpe civil e militar ocorrido em 1955.

Chegando ao capítulo 5, intitulado *Era o Hotel Cambridge e o protagonismo feminino na luta d@s refugiad@s pelo direito à moradia*, de autoria de Flávia Hardt Schreiner, deparamos com uma investigação sobre “as possibilidades políticas da estética do cinema engajado”, como destaca a autora no texto que nos encaminhou como resumo de seu trabalho. Por meio de uma abordagem que traz como marco teórico um olhar feminista sob distintas perspectivas, seu texto nos possibilita pensar sobre as



possibilidades que as mulheres protagonistas no enredo nos trazem de alternativas para que possam exercer seu direito de moradia e de viver na cidade, em movimentos que se configuram como lutas em favor dos direitos humanos.

No capítulo 6, de autoria de Alayde Maria Pinto Digiovanni e Marilene Proença Rebello de Souza, intitulado *Ditadura militar no Brasil: memória e história de mulheres revolucionárias*, encontramos uma abordagem que foca na articulação do contexto histórico dos anos da ditadura brasileira com trajetórias de vida e estratégias adotadas por duas psicólogas que foram presas e exiladas para enfrentar esse período e superar o sofrimento ocorrido em uma época de violência estatal. O trabalho possibilita a reflexão sobre processos que as autoras denominam de esquecimentos, tanto individuais quanto coletivos que são construídos de forma intencional, criando alienação da consciência individual e coletiva.

O capítulo 7, intitulado *Mulheres estrangeiras nas prisões latino-americanas: punições para além da privação de liberdade*, de autoria de Ana Carolina de Moraes Colombaroli e Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez, nos brinda com um trabalho de pesquisa interseccional sobre mulheres encarceradas por crime de tráfico de drogas, em uma abordagem denominada “estudo criminológico crítico feminista”, com foco nas mulheres estrangeiras que foram encarceradas na Argentina e no Brasil. Os autores realizam, em sua abordagem, uma análise robusta das



formas com que as diversas opressões pelas quais as mulheres encarceradas passam, quais as intersecções entre essas opressões e como tais opressões impactam as mulheres estrangeiras que estão nas prisões latino-americanas tornando-as vulneráveis.

Concluimos a obra com o capítulo 8, de autoria de Isabel Araujo Isoldi e Vivian Parreira da Silva. O texto, intitulado *Nas tramas das re-existências: saberes e lutas de mulheres latino americanas*, nos traz, nos dizeres das próprias autoras, uma atitude de “olhar as múltiplas formas de ser e existir em um mundo cujas estruturas sociais são atravessadas pelo capitalismo, o patriarcado e o racismo enquanto eixos de hierarquização social formados no passado e mantidos na atualidade”. As autoras analisam práticas sociais de mulheres latino-americanas como forma de resistência e como forma de dar continuidade à vida – o reexistir – trabalhando com a cultura sob um ponto de vista contracolonial e de adoção da epistemologia do Sul. Trata-se de um texto rico de diálogos sobre os saberes que as duas autoras vivenciaram em diversos espaços de cultura popular e de comunidades tradicionais.

Nossa expectativa é a de que esses distintos olhares caleidoscópicos possibilitem diferentes leituras das importantes temáticas apresentadas neste e-book e contribuam para ampliar sua própria leitura do mundo, incentivando o refletir e o agir para reduzir desigualdades e construir sociedades mais democráticas, igualitárias e voltadas ao respeito a todo ser humano.

Ótima leitura!

# Mulheres latinas e caribenhas, poder e política: espaços de luta e resistência



6

Júlio César Suzuki<sup>1</sup>

Rita de Cássia Marques Lima de Castro<sup>2</sup>

Andréa Rosendo da Silva<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br) ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP-CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis - INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. [ritalimadecastro@usp.br](mailto:ritalimadecastro@usp.br); [ritalimadecastro@gmail.com](mailto:ritalimadecastro@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

<sup>3</sup> Jornalista, doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR), bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e graduada em Geografia pela UFPR. Professora colaboradora na pós-graduação lato sensu "Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)" do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), da ECA-USP. Integra a Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade e os Grupos de pesquisa: Mirada-Estudos de Gênero e Audiovisual (USP); Grupo de Estudos do Núcleo de Apoio à Pesquisa Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP; o GT "Epistemologias decoloniais, territorialidades e cultura" do CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais); Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latinoamericanas da USP (Nupedelas/USP), e Grupo de Pesquisa RHECADOS - Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos, da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). [andrearosendo@usp.br](mailto:andrearosendo@usp.br); [dearosendo@gmail.com](mailto:dearosendo@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-6384-2270>



## **CAPÍTULO 1**

### **UM NOVO OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA**

Dalzira Maria Aparecida Iyagunã <sup>4</sup>

#### **Introdução**

O presente artigo trata da violência e desigualdade social na América Latina. Busca compreender como as leis - que deveriam representar a vontade política dos Estados de garantir proteção e prevenção à violência contra as mulheres e ampliar a conscientização em relação às desigualdades de gênero - são formuladas e como os diversos órgãos desses mesmos Estados promovem a manutenção de um sistema patriarcal em sua estruturação. Outro aspecto importante a se demarcar é sobre o quanto a violência, a exclusão social e a desigualdade contribuem para a perda de saúde física, mental e social dessas mulheres. Para além disso, ressalta-se,

---

<sup>4</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UPFPR). Mestra em Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR) e graduada em Relações Internacionais pela UniBrasil. Iyalorishá do Ile Aşè Ojugbo Ògún. E-mail: ogunmeje@gmail.com



ainda, a violência no atendimento delas quando buscam por assistência e outras políticas públicas.

Partimos da reflexão de que para enfrentar a violência contra as mulheres é necessário mudanças de mentalidades. As instituições brasileiras, estruturadas por matrizes colonialistas, contribuem para a reprodução da cultura machista. Nesse sentido, buscamos pensar em formas de conectar homens e mulheres a um processo de reestruturação social, entendendo a importância de trabalho de formação sobre desigualdades de gênero na sociedade de modo geral - escolas, universidades, e demais instituições públicas e privadas.

A mudança de mentalidade não é um processo simples. Entretanto, é necessária para coibir a violência contra as mulheres. Ou seja, visa tratar as desigualdades de gênero de forma humanizada e não apenas pela via do combate às práticas machistas de modo punitivo, mas com conscientização social. Para isso, é necessário ampliar o conhecimento sobre desigualdades sociais e de gênero, como analisa Claudionor Renato da Silva (2018):

O estudo sobre a violência de gênero se justifica e se legitima social, acadêmica e politicamente, e como afirmam Schraiber et al (2007), trata-se de um tema de extrema relevância no atual cenário social brasileiro e mundial. No caso brasileiro, apesar dos grandes avanços das políticas públicas e a participação ativa dos movimentos sociais, sobretudo feministas, bem como dos debates nos espaços



acadêmicos (ANPOCS, SBS, ABA, ANPHUR e outras instâncias que vem debatendo a questão da mulher e da violência de gênero), os dados estatísticos de violência, sobretudo contra mulheres, são assustadores e crescem a cada dia.(...) As pesquisas e a produção de conhecimento sobre a violência de gênero vêm operacionalizando possibilidades de interligação de áreas para não apenas compreender o fenômeno, mas combatê-lo em diversas frentes.(SILVA, 2018, p. 83)

Assim, este estudo pretende tratar da violência de gênero com a intenção de incluir e informar socialmente homens e mulheres que buscam construir uma sociedade que promova a ruptura da hierarquia de gênero, apontando caminhos por onde devemos ou não transitar e olhando para um horizonte que proporcione mudanças para a sociedade global, mas em especial na América Latina, continente que, pela sua história, mantém as marcas impostas pelo colonialismo em relação à dominação dos corpos das mulheres. Essas marcas da colonização ainda estão presentes em nosso imaginário social e permanecem nos discursos proferidos em relação à diferença de gênero.

As discriminações contra as mulheres, quer seja no Brasil ou sobre os demais países da América Latina ou Caribe, são uma das formas que evidenciam a mentalidade cultural que instiga a violência de gênero. Assim, as constantes discriminações, violências, desigualdades e processos de exclusão perpetuam esse ciclo da cultura da violência contra



as mulheres, sejam elas mulheres cisgêneras, lésbicas ou mulheres trans, como defende Silva (2018, p. 80):

De qualquer forma, a violência de gênero é uma ofensa à dignidade humana; são atitudes oriundas das relações de poder que mantém as desigualdades entre homens e mulheres e desqualifica outras diversidades e identidades sexuais que não são 'heteronormativas' (SILVA, 2018, p. 80)

Ainda há muito a se fazer no que se refere ao combate à violência de gênero. Percebemos avanços em pesquisas científicas que debruçam sobre esse tema, em discursos sociais de lideranças de movimentos sociais e políticos e até mesmo em políticas públicas. Entretanto, ainda nos deparamos com diversas lacunas e, para isso, precisamos entender as origens da violência contra a mulher e buscar estratégias para enfrentá-la

### **A construção social da violência de gênero e a busca da identidade como estratégia de enfrentamento**

A violência contra as mulheres não está confinada a uma cultura, a uma religião ou a um país em específico, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. As raízes da violência contra as mulheres são decorrentes de práticas sociais discriminatórias construídas ao longo da história e que ainda persistem nas nossas interações sociais. Apesar dos avanços tecnológicos e científicos, as diferentes formas de

---

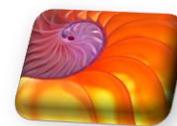
Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



violências ainda são gritantes e ocorrem em todas as classes, inclusive nas classes mais abastadas.

Quando tratamos de espacialidades, podemos dizer que as mulheres do Sul Global, especialmente da América Latina, são consideradas mais vulneráveis por uma série de questões históricas que as atravessam. Elas fazem parte de sociedades oriundas de matriz estrutural colonizadora, convivem com desigualdades sociais e étnico-raciais, sofrem violência patrimonial, física e psicológica, são culturalmente orientadas, as vezes forçadamente, à vinculação religiosa, seja por pais, companheiros ou maridos. Também, independentemente da classe social, são vítimas de estupros dentro e fora de casa e, quando grávidas por esses mesmos abusadores - geralmente são culpabilizadas e violentamente atacadas quando recorrem ao aborto garantido por lei. As manifestações dessas violências contribuem para o adoecimento mental das mulheres.

Quando falamos das violências sofridas pelas mulheres temos que nos indagar qual a corporeidade dessas mulheres. A categoria mulher não pode ser compreendida sem considerar as diferenças entre elas. Há uma diversidade de mulheres por todos os cantos da terra, o que requer um olhar diverso e que compreenda que cada uma delas tem as suas especificidades: mulheres lésbicas ou mulheres *trans*, mulheres



cisgêneras, prostitutas, mulheres negras, mulheres brancas, mulheres ricas, mulheres pobres, mulheres indígenas.

A diferenciação com base na hierarquia de gênero, ainda hoje relega à mulher a posição de subalternização frente ao homem, como expõe Simone de Beauvoir (1967)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Maria Lugones (2019), intelectual latino-americana, aponta a importância de reconhecer a mulher pela identidade que ela assume como mulher - seja ela mulher lésbica, cisgênera, trans, dentre outras

Estudos recentes têm introduzido a ideia de que os gêneros podem ser o que constrói os sexos. Mas, inicialmente, a ideia era de que o sexo produzia o gênero. Usualmente, eles se tornavam uma coisa só: onde você vê sexo, vê gênero e vice-versa. Porém, se eu estiver certa sobre a colonialidade dos gêneros na distinção entre o humano e não humano, o sexo deveria ficar sozinho. O gênero e o sexo inseparavelmente ligados e racionalizados. (LUGONES, 2019, p. 360)

A construção da identidade da mulher como sujeito social não é uma tarefa simples, pois a manutenção da identidade subalternizada da mulher passa por diferentes influências sociais. O sistema capitalista, a herança cristã dos colonizadores e as suas referências bíblicas ainda estão



presentes em nossa sociedade. A identidade feminina é construída pelo conjunto da sociedade, que, marcadamente, mantém o privilégio masculino e corrobora para ditar as regras sobre a posição da mulher na sociedade. Nesse sentido, o modo de agir, de se comportar e até de pensar é pré-determinado e pré-estabelecido, tornando difícil para as mulheres buscarem uma afirmação para si mesma de forma mais autônoma.

Essa construção da hegemonia masculina também torna difícil para as mulheres terem a segurança de seus próprios direitos, até porque elas têm sempre que serem lembradas dos mesmos papéis: o de ser elas mesmas com suas identidades. Por isso a necessidade de saber quem elas são no contexto sócio civilizatório, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina.

As mulheres latino-americanas possuem um elo que as conectam até os dias atuais: o fantasma da colonização, o qual deixou cicatrizes no passado e que segue deixando na contemporaneidade. Essas cicatrizes são o medo, a pobreza, as diversas opressões, a ausência de afeto para com elas, a intolerância, e até calúnia e difamação, levando-as a se tornarem vítimas do feminicídio, que é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher, o



que muitas vezes enlutam gerações, como argumenta Silva (2018):

Neste sentido, aparecem nos dados levantados na pesquisa a indicação de defesa, tanto para o Brasil, quanto para a América Latina, de uma maior rigorosidade no tratamento das leis focadas na violência de gênero. No caso brasileiro, vem se exigindo uma atenção maior à Lei Maria da Penha, sobretudo com a questão dos recursos financeiros e uma maior proteção às mulheres que, mesmo acessando os órgãos competentes, acabam sofrendo continuamente perseguições por seus ex-parceiros ou acabam mortas, tempos depois. (SILVA, 2018, p. 93):

As mulheres indígenas e, posteriormente, as negras escravizadas eram consideradas propriedades do seu colonizador. No caso das mulheres negras latino-americanas, a subalternidade imposta à corporalidade delas tem fortes raízes sob três fundamentos: no colonialismo, o qual impunha os abusos na casa grande, no machismo e no regime abusivo instituído. No entanto, vale ressaltar que, nessa condição existencial escravizada - enquanto mercadorias, tinham os seus corpos sob a dominação do homem e da mulher branca que, por sua vez, também era vítima do esposo colonizador. Então, essas mulheres escravizadas eram colonizadas triplamente e violentadas pelos colonizadores, sua mulher e, muito provavelmente, pelo marido também escravizado.

Com o passar do tempo, esse modo colonial se perpetuou, reforçado pela justificativa de ser mulher. As



evidências da violência contra as mulheres podem ser facilmente observadas por meio do número dos casos de feminicídios. Na maioria das vezes elas são mortas, como já destacado, sob a justificativa de não terem obedecido ao seu parceiro. Muitas das vezes, o discurso patriarcal e as práticas de violência chegam hoje ao feminicídio, que é a performance do machismo e do sexismo aliados à falta de eficácia de leis existentes como a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 07/08/2006) no Brasil. Segundo Alice Bianchini, Mariana Bazzo e Silvia Alice Chakiam (2020), a violência física, quando não leva à óbito, causa danos à saúde mental de muitas mulheres:

Vale ressaltar que apesar da violência física ser grave com consequências nocivas para as vítimas a violência psicológica pode ser tão ou mais nefasta, causadora de danos emocionais que podem-se revelar de imediato ou até a longo prazo. (BIANCHINI; BAZZO; CHAKIAN, 2020, p. 86)

De toda forma, essa violência é ainda mais cruel pelo fato de serem violentadas muitas vezes por quem elas mais amam: seus cônjuges ou companheiros. Os motivos mais torpes possíveis para levar as suas esposas, namoradas ou companheiras de união estável à morte são, em grande medida, motivados por atitudes passionais - vingança, possessividade, ciúmes ou traições - expressos em afirmações como “ela não quis me obedecer”, ou “ela mudou comigo,



mudou de comportamento”. Para esses homens, o menor sinal de desobediência ou insubmissão por parte das mulheres significa perda do domínio e controle sobre essas mulheres. Muitas das vezes o que ocorre apenas é que essas mulheres adquiriram consciência dos seus direitos, por estudarem, interagirem com outras mulheres que reagiram diante de situações de violência, como é o caso do movimento de mulheres e de feministas. E essas mesmas mulheres passam a almejar melhoria de vida ou uma vida digna.

Tais ações fazem uma revolução nas mentes dessas mulheres e cada vez mais demonstram a busca pela retomada dos seus direitos, de serem elas mesmas e de poderem fugir da subalternidade imposta por aqueles que julgavam ser proprietários da existência delas. Também pode significar a recuperação de suas próprias identidades, que é algo que não se retoma apenas por lei, mas com uma luta incessante contra os vícios e comportamentos coloniais que fazem parte do patriarcado.

Até pouco tempo atrás - e em alguns lugares até hoje - as mulheres tinham que receber uma espécie de "autorização" masculina para ações do cotidiano e não podiam ter propriedade e bens. Era comum ouvirmos de algumas delas frases como: “meu marido me deixou de comprar esse ou aquele produto de beleza”, ou “ele me deixou fazer uma visita



para os meus pais”. Isso se dava pelo fator econômico ou pela lógica do patriarcado que mantinha os homens em posição social confortável, mas que também os confinava e ainda os confina em uma percepção da realidade que, muitas vezes, não permite a eles pensar de modo descolonizado.

Assim, esse modelo patriarcal também lhes mantém em muito sofrimento: o de pensar e agir muitas vezes por falta de condições de argumentar ou de ter alguém com quem trocar experiências. É obvio que já temos várias exceções, pois existem os que pensam e agem de modo diferente. Mas as próprias formas de condução dos que legislam também requerem mudanças para que a sociedade enfrente essas violências estruturais, que inclui, especialmente, a falta do acolhimento a estas mulheres que buscam ajuda. Para que isso ocorra temos que descolonizar os pensamentos.

E isso deve ocorrer com entendimento efetivo e não somente no campo discursivo, mas, principalmente, no desejo de mudar a sociedade machista e sexista para uma sociedade plural no tocante à inclusão social, como informa Silva (2018):

Sobre a violência de gênero no Brasil e na América Latina, o referencial psicanalítico é raro aparecer e, quando aparece, são pequenas análises ou citações em relação à sua contribuição, principalmente em decisões judiciais. (SILVA, 2018, p. 92)



E para dar fim a essas formas de violência é necessário que o estado as ampare sem julgamentos e crie mecanismos para escutá-las com respeito. As mulheres são a maioria da população nos países latino-americanos, sendo, portanto, mais do que imprescindível que se respeite os direitos políticos delas estabelecidos por lei.

Há que observar que mesmo no Brasil ter uma lei que as ajuda em relação à violência não tem sido suficiente pois há ainda muita morosidade na sua eficácia, mantendo altos os índices de mulheres mortas pelos seus companheiros: sendo cinco ou mais os números de registros nas delegacias, mesmo estando com medidas protetivas. Como demonstraram Denise Holanda Fonseca, Cristiane Galvão Ribeiro e Noêmia Soares Barbosa Leal (2012):

Em alguns países o percentual de mulheres que afirmam terem sido agredidas fisicamente por um homem chegou a 50%. As estatísticas da Fundação Perseu Abramo, em relação à pesquisa realizada em 2001, informam que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de 2 milhões de mulheres são espancadas a cada ano por seus maridos ou namorados, atuais e antigos. (FONSECA;RIBEIRO; LEAL, 2012, p. 308):

Isso nos leva a refletir que as políticas públicas aplicadas no sentido de garantir direitos às mulheres não atingem a todas com equidade, ou seja, com a igualdade de direitos. Com isso, não estamos sugerindo que se criem leis diferentes, mas que se



ampliem as especificidades legais para que, efetivamente, todas as mulheres sejam alcançadas.

Ainda em se tratando de violência de gênero, é preciso ressaltar que ela está se acentuando no caso das mulheres em situação migratória que, muitas das vezes, além da necessidade de migração para busca de melhores condições de vida, são separadas, forçosamente, de seus familiares e são obrigadas a mudar seus hábitos culturais e costumes. Além disso, acabam perdendo os direitos dos seus países de origem por estarem fora dos mesmos e não conseguem se inserir nas leis do outro país que as abriga. Por consequência, acabam se sujeitando aos piores empregos ou, ainda, são submetidas a várias formas de violência.

Ao se pensar ou tratar do gênero, algumas perguntas podem ser feitas: Por que nós seres humanos nos dividimos em superiores e inferiores? Quem disse que a biologia nos exclui uns dos outros, devido a formas diferentes de pensar? Ao se criar a ideia de o ser masculino ser mais forte e por isso superior, ignora-se a força mental da mulher. A sua capacidade é subestimada, ocultada diante dos discursos centrados no ser masculino. Assim, a exploração do corpo, que é de dimensão doméstica, física, patrimonial e psicológica demonstra que apenas as leis não bastam: é necessário um grande debate de conscientização, um grande trabalho sócio psíquico e



induzido para superarmos as várias formas de violência que atingem as mulheres latino-americanas.

Para Maria Salete da Silva e Cristiane Estefania dos Reis Gonçalves (2016):

Pode se dizer que a elaboração de leis de combate à violência contra a mulher na América Latina foi um importante marco na luta em prol da igualdade de gênero e pela eliminação de toda forma de violência contra as mulheres. [...] Admite-se, ainda, que as leis, por si só, não são suficientes para erradicar a violência contra as mulheres, até porque muitos desses países não dispõem de formas de fiscalização eficiente e efetiva do cumprimento dessas normas. Percebe-se também que não há uma homogeneidade quanto aos objetivos dessas leis, haja vista que cada país, enfrenta a temática de acordo com suas condições objetivas e subjetivas, dada as especificidades domésticas e a correlação das forças políticas no ato de sua elaboração. Ressalta-se também a importância de, em paralelo a fiscalização e ampliação dessas leis, serem criadas medidas de prevenção e conscientização da população acerca desse fenômeno tão recorrente na América Latina. (SILVA; GONÇALVES, 2016, p. 14)

Nesse sentido é preciso analisar também como o Brasil, em termos, é tratado como sendo fora da América Latina. Grande parte dos autores e autoras se referem ao tema como se o Brasil não fizesse parte da América Latina. Em outros é possível encontrarmos informações sobre a América Latina e Caribe. Vejamos dados sobre os países componentes da América Latina.



Do ponto de vista cronológico, com exceção de Porto Rico, que fora pioneiro, os países da América Latina foram adotando leis sobre violência contra as mulheres conforme esta sequência: Argentina (1994), Bolívia (1995), Colômbia (1996), Costa Rica (1996), Chile (1994), Equador (1995), El Salvador (1996), Guatemala (1996), Honduras (1997), México (1996), Nicarágua (1996), Panamá (1995), Paraguai e Peru (1993), República Dominicana (1997), Uruguai (1995), Venezuela (1998) e Brasil (2006)<sup>10</sup> (ROMERO, 2013; URRUTIA, 2015, PASINATO, 2015). (SILVA; GONÇALVES, 2016, p. 8).

Como podemos observar o quanto os teóricos e teóricas têm buscado mostrar o que tem sido pesquisado e tentado se fazer em prol da temática de violência contra a mulher na América Latina e a criação de leis que a ampare, que ainda tem sido crescente nos países da América do Sul toda. Não é que na Europa ou nas Américas Central e do Norte não ocorra (sabemos que são inúmeros os casos), mas que o propormos é tratar, neste trabalho, da violência na América Latina: “De uma forma geral, pode se dizer que os países mencionados vêm empreendendo importantes esforços para atenuar o flagelo da violência contra a mulher em seus territórios” (SILVA; GONÇALVES, 2016).

### **Considerações Finais**

Outra importante ação para a autonomia das mulheres é o fomento para a busca de sua independência patrimonial:



ter renda própria, que lhes dê suporte econômico no momento de ter de tomar decisões. Na briga entre marido e mulher é preciso meter a colher sim. Isso salvará muitas mulheres ou teria salvado outras tantas. E o Brasil, mesmo não querendo ou fugindo do discurso que somos parte da América Latina, é sim componente desta área geográfica. Ainda que o que nos diferencia seja a língua (pois fomos colônia de Portugal, e os demais colônia hispânicas), geográfica e politicamente somos todos América Latina.

São traumas oriundos da colonização que se mantêm com a mesma força na contemporaneidade. E são dados que se reproduzem em toda a América do Sul. Tivemos avanços sim, mas o aumento dessa violência

As desigualdades que atingem as mulheres também requer um olhar sobre outros eixos, pois apesar de serem todas mulheres, elas diferem no acesso aos direitos básicos. Ainda convivemos com um número expressivo de registro de queixas por parte dessas pluralidades de mulheres. Um exemplo aqui tomado é o caso das instituições que se denominam responsáveis por dar assistência às mulheres e de garantir seus direitos, mas que, em sua grande maioria, estão mais aptas a julgá-las do que para acolhê-las.



Essa violência também é estrutural e se agrava no contexto da pandemia de Covid-19<sup>5</sup>. Como destacam Cristina Scheibe Wolff et al. (2020):

70% das profissionais de saúde são também mulheres e, conforme Hildete Pereira de Melo (2020), no Brasil como em outros países, essa situação ainda se agrava pela condição econômica das mulheres, que continuam ganhando em média 25% a menos que os homens. Questão que se amplia significativamente no caso das mulheres negras, que formam grande parte das trabalhadoras informais, em condições precárias de trabalho, sem acesso a registros, e que na pandemia têm perdido seus empregos. Com todas as pessoas da família constantemente em casa, com as escolas e creches fechadas, com os serviços de saúde limitados, são geralmente as mulheres que se encarregam do preparo da comida, da limpeza, da higienização de tudo que é comprado, da roupa, dos cuidados com as crianças e adolescentes (incluídas as atividades escolares), com as pessoas doentes e idosas, para além de seu trabalho remunerado quando este se mantém. (WOLFF et al., 2020, p. 1)

É preciso que os pais e mães que criem seus filhos com tratamento igualitário entre meninos e meninas, sem o discurso de “isso é para homens”, “mulher é sexo frágil”, “mulher tem que cuidar do seu marido”. Entretanto isso não vai acontecer sem uma ação efetiva, sem uma mudança de mentalidade, sem um processo subjetivo de descolonização.

---

<sup>5</sup> Também conhecida como pandemia de coronavírus, a Covid-19 é uma pandemia da doença por coronavírus 2019. O vírus foi identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de Covid-19 como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC) e, em março do mesmo ano, definiu-o como pandemia. Em maio de 2023, a OMS declarou o fim da PHEIC.



É preciso uma mudança cultural para que casais ou pessoas responsáveis pela guarda de crianças cuidem um do outro, já que, como indivíduos envolvidos, têm fortalezas e fragilidades dependendo do momento e situações de cada um. É recomendável que as mulheres não se calem diante das ameaças e busquem ajuda de familiares, amigos e órgãos competentes e que abracem o discurso de que elas têm o direito de ter direito. As mulheres devem ser amparadas nas leis já existente em seus países e devem procurar fazer articulações políticas com setores responsáveis para criar mais leis se as existentes não as contemplarem.

### Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia (Orgs.) **Crimes contra mulheres**: Lei Maria da Penha, crimes sexuais e feminicídio. Salvador: JUSPODIVM, 2020.

FONSECA, Denise Holanda; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**; 24 (2), 307-314, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/?format=pdf&lang=pt> . Acesso: 28 mai 2021.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**:



conceitos fundamentais. Trad. Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 357-377.

MARQUES, Rosa Maria; BARBOSA, Estela Capelas; HUTZ, Ana. A situação da mulher na América Latina e no Caribe. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.197-220, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3453/0>. Acesso: 28 mai 2021.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu** (16), p.79-96, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a05.pdf>. Acesso: 27 mai 2021.

SILVA, Claudionor Renato da. Violência de gênero no Brasil e na América Latina: um enfoque psicanalítico, a produção de conhecimento e perspectivas de enfrentamento. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 80-96, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11284>. Acesso: 27 mai 2021.

SILVA, Maria Salete da; GONÇALVES, Cristiane Estefania dos Reis. Cartografia da legislação de combate à violência contra a mulher na América Latina: um estudo exploratório. **Anais... II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2016. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVA-GON%C3%87ALVES\\_SP22-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVA-GON%C3%87ALVES_SP22-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf). Acesso: 27 mai 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe [et al.]. Pandemia na necroeconomia neoliberal. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2): e74311. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PD7735j6smNpfgdZ6GDhj9F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 28 mai 2021.



## **CAPÍTULO 2**

### **A RESISTÊNCIA DA MULHER CAMPONESA NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO**

Erika de Souza Silva <sup>6</sup>

Ana Regina Marinho <sup>7</sup>

#### **INTRODUÇÃO**

##### **O sistema patriarcal e as agricultoras**

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre a importância do empoderamento feminino no campo, analisando a força, os conflitos, a jornada de trabalho, a participação nos movimentos sociais e a resistência das mulheres na produção capitalista do campo.

A resistência em permanecer no campo contra as forças hegemônicas está presente desde as primeiras lutas por terra e o debate sobre a distribuição das terras vem fazendo parte do discurso da população, possibilitando a discussão acerca da necessidade de um espaço agrário melhor e mais humano.

---

<sup>6</sup> Especialista em Educação Especial. Graduada em Geografia - UPE - *Campus* Mata Norte. E-mail: erikasouzageo@gmail.com.

<sup>7</sup> Doutora em Geografia Humana – USP. Professora Adjunta UPE – *Campus* Mata Norte. E-mail: ana.marinho@upe.br.



Todo lugar tem suas formas de resistência. As pessoas, os governos, são os contramovimentos, as contra racionalidades no cotidiano, segundo Lefebvre (1979, 2006).

A Marcha das Margaridas<sup>8</sup>, com pautas de luta contra a violência no espaço rural, a pobreza, a desigualdade de gênero e a liberdade das mulheres agricultoras é extremamente importante para dar visibilidade às mulheres e ampliar a luta pela igualdade de gênero.

O processo de participação das mulheres em movimentos sociais, surge com a luta pelos direitos das mulheres influenciadas pelo Movimento Feminista do final do século XX, as mulheres agricultoras que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da Marcha das Margaridas ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são mulheres que se consideram feministas e que

---

<sup>8</sup> A Marcha das Margaridas é uma manifestação organizada desde 2000 por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil. A ação é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto, data em que a agricultora Margarida Alves foi brutalmente assassinada a mando de um grande latifundiário de Lagoa Grande, município da Paraíba.

A primeira marcha ocorreu em 2000, reuniu cerca de 20 mil agricultoras de todo o Brasil. O movimento é marcado pelas camisetas lilás e pelos chapéus de palha decorados com margaridas usados pelas manifestantes.



lutam pelo processo de participação em todas as esferas do assentamento.

O empoderamento feminino acontece auxiliado com o avanço da tecnologia, uma grande parte das mulheres são capazes e lutam diariamente por sua autonomia, como afirma Simone Beauvoir (2009, p.7) “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornam-se mulheres”, essa frase chega a fazer muito sentido na conjuntura brasileira visto que, o processo de participação feminina em direção de grandes empresas ainda é pequeno, não nasce mulher torna-se é de suma importância para a compreensão da desigualdade salarial, política, econômica e social que o sistema patriarcal acarreta na vida das mulheres.

Com o surgimento do MST, depois do golpe de 1964, o cenário não igualitário de divisão de terras no Brasil ficou evidente, onde os militares apresentam-se como os principais latifundiários do país. Desta forma, não há uma reforma agrária que proteja os direitos dos agricultores e agricultoras e sim, um sistema altamente capitalizado que visa o lucro do agronegócio, deixando de lado uma população que em sua maioria quer apenas retirar seu sustento da terra.

Uma revolução agrária que não aconteceu marca o início da luta dos agricultores e principalmente das mulheres agricultoras a permanecerem no campo.



As transformações que a tecnologia ofereceu ao campo brasileiro, com o auxílio das máquinas, mostrou que a força de trabalho não é apenas masculina, porém a divisão das tarefas por gênero se acentuou, sendo os homens responsáveis, quase sempre, em manusear as máquinas e detentores do processo de liderança da colheita.

Dessa forma, este artigo contribui com informações para as pequenas agricultoras, visto que, a inexistência de sua visibilidade no campo brasileiro nos leva a ter noção de como as mulheres são excluídas. Seu trabalho é visto como “ajuda”, classificado como um trabalho reprodutivo que não tem um produto final. Elas com base em experiências vividas assumem o papel de pai e mãe, trabalham com uma jornada tripla de trabalho, sendo elas: no campo, nos afazeres domésticos e sexuais.

É necessário compreender a resistência dos movimentos sociais, da participação feminina à liderança, a criação do MST e a luta pela terra. Também os temas sobre a mulher, a Marcha das Margaridas dos processos da participação feminina, o movimento feminista e sua ligação com as transformações no campo brasileiro.



## 2 A resistência dos movimentos sociais - da participação feminina à liderança

### 2.1 O MST e a luta pela terra

Com a revolução verde as questões agrárias ficaram cada vez mais presentes no âmbito do capitalismo. A técnica ampliou o agronegócio e os lucros gerados pelas máquinas, supriu a mão de obra de muitos trabalhadores. Surgindo o êxodo rural, período esse que é marcado pelo inchaço das grandes e médias cidades urbanas do Brasil.

O processo de crescimento das agroindústrias no campo, amplia o processo de capacitação para alguns camponeses, porém a maioria não sabe ler, nem escrever, são analfabetos funcionais, dificultando o aprendizado. Com o auxílio do Estado, na época da ditadura militar, grandes latifundiários se tornam os donos de grandes extensões de terra, praticando a grilagem ou adquirindo terras, de forma ilícita.

A partir do processo de produção capitalista, o campo brasileiro acaba por ser dominado por esses latifundiários, e por causa dessa má distribuição de terra, ocorrem os conflitos e a luta por um pedaço de terra para sobrevivência dos pequenos agricultores e agricultoras.

Tendo em vista, que o processo de lutas para a obtenção dessa terra, não seria fácil, os trabalhadores rurais organizados,



criam em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Estado do Pará, o MST. Seu processo de formação é marcado por violência, ou seja, a luta acaba por ser além do direito à terra, agora é marcada pela crescente falta do direito à cidadania desses agricultores e agricultoras, segundo Oliveira (2001, p.14):

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/ sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

Desta forma, marca-se o começo da formação da luta por direitos, que foram negados, apenas para ressaltar o poder que os grandes latifundiários do campo exercem na cidade. Contudo, sua pré-história surge das primeiras lutas e das primeiras reuniões que ocorreram entre os anos 1978 a 1983 (OLIVEIRA, 2001).

A partir de sua formação o movimento conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária no Brasil, uma delas é o seu nome que posteriormente foi denominado de camponês e ainda hoje o termo é difundido entre os acampamentos e os assentamentos que fazem parte do movimento.



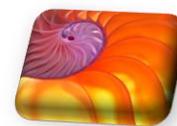
O termo camponês é empregado aqui ressaltando o pertencimento com o território em que se desenvolvem as atividades camponesas, empregadas para distinguir o da terra. Através das mídias o movimento mostra suas reivindicações, reafirmado seu direito de uma melhor difusão das políticas públicas, e a reivindicação de uma nova reforma agrária.

Bernardo Mançano Fernandes (2000) afirma que o camponês não morreu, ele se metamorfoseou, ou seja, transformou-se no pequeno agricultor que luta desde os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio “Lula” da Silva<sup>9</sup> para a obtenção da terra que é assegurada sua por direito. O presidente Lula conseguiu o apoio do MST, com promessas de um governo justo, igualando as condições de trabalho dos pequenos agricultores e agricultoras.

Durante o governo Lula, foram consolidados e desenvolvidos alguns programas técnicos e sociais que auxiliaram essa classe, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

---

<sup>9</sup> O governo FHC foi durante o período de 1995-2003. E o governo de Lula foi durante o período de 2003-2011.



A Reforma Agrária, uma política que visa uma democratização das terras, não acontece. Sendo os camponeses obrigados a trabalharem para os grandes donos de terra ou ocuparem propriedades através dos acampamentos para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleça aquele território como um assentamento do MST.

A competição que os trabalhadores enfrentam quando começam a produzir em seus lotes no assentamento, leva a uma desigualdade quando comparado ao agronegócio. Alguns agricultores e agricultoras fazem questão de produzir os alimentos orgânicos, sem a utilização de agrotóxicos em suas plantações, ou através de uma produção agroecológica. Todavia, o grande proprietário que produz em grande escala e faz uso de agrotóxicos consegue uma maior produção, mais lucro e entra no cenário de competição ganhando dos pequenos agricultores e agricultoras.

Os movimentos sociais de resistência fazem parte do processo de produção de novas territorialidades geográficas, auxiliadas pelas novas técnicas que vem influenciando de forma direta e indireta a vida dos camponeses.

O processo da participação feminina deve ser estudado e compreendido para atender as necessidades das



agricultoras, mostrando a invisibilidade delas ao longo do século, fruto das lutas feministas para inclusão de direitos iguais.

### **2.2 Movimento feminista e sua ligação com as transformações no campo brasileiro**

A fundação do MST demonstrou o cenário não igualitário dos direitos das mulheres no campo brasileiro, a participação feminina estava sempre colocada em segundo plano. Conforme a vivência no campo, através de visitas aos assentamentos e acampamentos, foi possível visualizar os homens afirmando que “lugar de mulher é em casa, cuidando da casa, cuidando dos filhos”, “mulher não sabe falar, não tem motivo para estar aqui”.

Do processo de formação dos movimentos sociais, da integração e participação do sexo feminino no campo, surgem várias indagações com o sistema patriarcal, como as mulheres podem interferir no processo de participação de conquista do direito à terra, quem vai cuidar da casa? Dos filhos? Serviços domésticos e criação dos filhos que sempre foi papel exclusivo das mulheres e a partir das Marchas das Margaridas e do Movimento das Mulheres Camponesas começam a ser questionados.



A luta das mulheres agricultoras por direito, vai muito além dos direitos básicos, elas querem mais, querem viver o feminismo em todas as suas fases, querem ser reconhecidas com base na vivência em campo e pelo seu nome e não como: “filha de fulano ou esposa de beltrano”.

O processo de divisão das tarefas domésticas reforça o começo de uma nova agricultura feminista, que tenta impor dentro de sua casa novas relações de poder e gênero, deixando de pertencer ao lar. A divisão das tarefas acontece para que as mulheres possam sair de casa, deixando o papel de mulher do lar em segundo plano, agora querem participação dentro do lote ou acampamento, não apenas cuidar dos filhos e da casa. Desta forma, começam um novo modo de vivência no campo refazendo as relações patriarcais impostas pela sociedade para com as agricultoras do campo.

Por causa da diversidade de acesso às políticas de desenvolvimento rural e conflitos existentes, as agricultoras passam a lutar pelos seus direitos. Elas não querem mais assistir ao movimento da janela. Com isso, há o surgimento do conflito entre os diferentes sujeitos, pois as pessoas “que antes apenas olhavam [...] agora invadem, lutam e disputam. As cadeiras não ficam mais nas calçadas – quanto mais distante desse mundo revelador e agressivo da miséria, melhor” (HAESBAERT, 2011, p. 97).



Desta forma o direito à terra, o acesso ao crédito para produção, direitos trabalhistas como aposentadoria, auxílio maternidade serão conquistas de um processo árduo em que movimentos como a Marcha das Margaridas impulsionam e fortalecem por causa da resistência das mulheres. Para que assim, haja cada vez menos mortes de Margaridas no campo brasileiro.

A invisibilidade das ações do sexo feminino através da história da humanidade sempre levantou questões sobre o porquê das lutas e conquistas femininas não serem estudadas através dos séculos. Apenas a partir do final do século XIX que as ciências buscam compreender o processo da participação das conquistas e de lutas femininas, através da análise da história como um todo, não salientando somente os fatos da história contada por homens. Rachael Soihet (2009, p.36) nos mostra que o desenvolvimento de novos campos como a História das Mentalidades e a História Cultural reforça os avanços na abordagem do feminino, essa introdução de novas ciências como a literatura, a psicanálise, a antropologia, a linguística – buscam todas a transformação nas experiências das mulheres e inclusão de suas ambiguidades na história.

Nesse processo de introdução da história das mulheres foram incluídas contribuições recentes na esfera pública e privada de conquistas dos direitos femininos. A partir da



década de 80 há um novo movimento que surge, uma nova forma de posição das mulheres no mundo, o Movimento Feminista emergindo de um novo mundo, com o fim das guerras e o auxílio da tecnologia vem influenciando na vida e no acesso à informação das mulheres. Segundo Simone Beauvoir (2009, p.79):

O mundo sempre pertenceu aos machos [...] como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. Mas que privilégio lhe permitiu essa vontade?

Simone Beauvoir (2009) confirma o processo do sistema patriarcal de dominação e exploração das mulheres, de forma soberana, onde o homem é detentor do poder, conquistado através do casamento ou por filiação biológica como pai ou irmão mais velho de dominar a mulher. Sendo a mesma submissa às suas vontades.

Conforme o feminismo foi criando vertentes no mundo o machismo tornou-se cada vez mais divulgado e pautado nas lutas de direito a igualdade econômica, política e social da mulher. Reafirmando Simone Beauvoir é importante salientar que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que



os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. A mulher terá que se manter vigilante durante toda a vida.

Visto que, o processo de participação feminina vem sendo influenciado pelos discursos de gênero, desde a década de 1970. Conforme Rachel Soihet (2009, p.48):

Para as mulheres, a presença de um espelho que revela as suas transformações significa um salto quântico; para os homens, trata-se de uma ruptura dos padrões de gestão do poder patriarcal e de dominação. Até mesmo as múltiplas formas de violência de gênero, agora visíveis em escalas de inaceitabilidade pública e global, contribuem para a construção de outras formas de alianças e parcerias que desestabilizam os modelos anteriores.

As novas conquistas de direitos das mulheres de acordo com Soihet (2009) apresentam-se através de estratégias de luta e resistência, como marchas e debates no cenário rural brasileiro e global, influenciados pela onda feminista os direitos das mulheres agricultoras começam a ser questionados e recebem novas leis. Desta forma, a mulher feminista pertencente ao Movimento das Mulheres Camponesas ou a Marcha das Margaridas, engajadas ou não no MST através de toda sua luta e resistência a permanecerem no campo brasileiro, influenciadas conforme dona Maria “pelo processo árduo e violento que vivenciam em seus sítios, assentamentos e acampamentos recebem contribuições do governo federal para amenizar a vida dura da roça”.

---

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



### **3 As mudanças na liderança de gênero no campo**

#### **3.1 As marchas no processo da participação feminina no campo: estratégias de luta na Marcha das Margaridas**

Margarida Maria Alves, filha de pai agricultor, que foi despejado do seu trabalho sem direito a receber nada segundo o patrão, conseguiu um advogado e lutou com todas suas forças para que o que aconteceu com seu pai não acontecesse com mais nenhum trabalhador. A família foi expulsa da casa do patrão e se mudou para Lagoa Grande, Paraíba, onde Margarida resolveu lutar contra a fome e a pobreza existente nos canaviais. Foi líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Movimento das Trabalhadoras Rurais da Paraíba, lutando contra os grandes latifundiários e a favor dos camponeses.

Ela reivindicava que os donos de engenho assinassem as carteiras de trabalho dos agricultores e agricultoras garantindo assim, o décimo terceiro salário, o direito a repouso (sábado e domingo), a aposentadoria e o salário-maternidade. Sua luta foi encerrada em 12 de agosto de 1983 quando foi brutalmente assassinada por um dono de engenho.

Apesar de ter recebido várias ameaças de morte, Margarida Alves continuou a lutar pelos camponeses, o pedido da família de que ela renunciasse a liderança do



sindicato não influenciou em sua decisão de permanecer à frente do movimento. Seguiu lutando para melhores condições de vida para os camponeses, enfurecendo os grandes latifundiários e donos de engenhos da região como nos diz Scott; Cordeiro e Menezes (2010) conforme suas ações trabalhistas foram sendo ganhas uma a uma, a raiva dos latifundiários apenas crescia, marcando sua sentença de morte.

A impunidade do campo nos leva a notar que o processo de reivindicações que começou com uma mulher paraibana, não iria parar com sua morte. Conforme Di Sabbato (2009, p.25):

A luta pela autonomia econômica das mulheres no campo passa também por suas reivindicações de garantia de acesso à propriedade da terra e de se beneficiarem do conjunto das políticas destinadas ao campo, como a de assistência técnica. A demanda pelo acesso igualitário à terra na reforma agrária, colocada pela Marcha das Margaridas, levou o governo federal a efetivar tal reivindicação com a Portaria 981/2003 do Incra, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta.

O acesso à terra é negado à mulher por ela, através dos séculos, ser subordinada a uma figura masculina, seja o pai, o irmão mais velho e o marido.

A Marcha das Margaridas, como afirma Di Sabbato (2009) coloca o direito à terra como uma reivindicação principal, promovendo através da Portaria 981/2003 do Incra,

---

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



a titulação por obrigatoriedade da mulher. É útil lembrar o estudo de Simone Beauvoir (2009, p.87), que demonstra que a sociedade sempre foi masculina: o poder político sempre esteve nas mãos dos homens.

De acordo com Scott; Cordeiro e Menezes (2010, p.66):

Mesmo presentes, as reivindicações nas Marchas serviram para dar mais realce à legalização trabalhista e a benefícios previdenciários, mas evidenciaram que também havia demandas existentes para lidar com o problema, bastante silenciado, de violência. Em contraste com as cidades, as cidades, onde as estudiosas reclamam da insuficiência de serviços, no campo, a ausência de centros de referências, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais evidente. Falta implementar apoio para a disseminação de informações sobre os direitos conquistados pelas mulheres nos últimos anos, como a Lei Maria da Penha, e de serviços que respaldam esses direitos.

As reivindicações não pararam com a Marcha das Margaridas, surgindo assim outros movimentos de mulheres no campo, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), criado em 2004, questionando as relações desiguais de gênero e de classes, é um dos grupos que participam da Via Campesina do Brasil e reivindicou o crédito para financiamento dos pequenos agricultores e agricultoras, levando questionamentos acerca do agronegócio, do direito à terra, das privatizações, dos transgênicos e pela importância de visibilidade da produção e luta feminina no campo.



### 3.2 A história de contribuições recentes para os direitos das mulheres agricultoras

O processo de industrialização no século XX no Brasil, causou o êxodo rural, ação de migração do campo para as grandes, médias e pequenas cidades, marcando o processo de migração de mulheres jovens em busca de trabalho ou de formação educacional.

As mudanças significativas conquistadas através do movimento feminista auxiliam no processo de divulgação contra desigualdades de gênero na dinâmica da agricultura familiar. Marcando desta forma, o processo da participação feminina em todas as esferas da agricultura.

Porém, antes da validação de seus direitos as agricultoras passam por uma subordinação ao marido, como nos diz Dona Maria “as mesmas preferem colocar o lote no nome do marido, conseguindo assim a filiação, quando a separação do casal, o lote ficará para ele, a mesma também não conseguiria ter acesso a direitos previdenciários como a aposentadoria e salário maternidade por não ter a documentação obrigatória”.

Praticando todos os dias a dupla jornada de trabalho: em casa e no campo, as mulheres encontram-se sem tempo para cuidar da saúde.



A preocupação com a saúde do corpo não existe, as mulheres estão presas em uma vida árdua, sem tempo ou condições para diversão, as técnicas mudam, o processo da divisão sexual está em processo de mudança, porém sem uma reforma agrária que garanta os direitos mínimos, não há grandes mudanças. Logo, através de políticas públicas criadas para incentivar e garantir os direitos das agricultoras é possível que haja mudanças acerca da importância de cuidar da saúde das mulheres agricultoras em caso de doenças ginecológicas, conscientizando as mesmas através de campanhas sobre a importância de fazer exames regularmente.

Considerando a vida árdua que as mulheres agricultoras têm desde sua infância até sua vida adulta, é necessária a implantação da discussão de gênero em sala de aula, para que elas tenham um maior conhecimento acerca de suas opções para com sua vida amorosa e profissional. O sistema patriarcal do campo tende a levar as mulheres a uma submissão ao homem fazendo do mesmo um ser superior e dominador delas.

No final dos anos 1980 influenciadas pelas novas conquistas do movimento feminista, as agricultoras recebem o direito à seguridade social por meio da aposentadoria, no valor de um salário mínimo. Conquista essa que representa



autonomia econômica para as agricultoras, vista como a maior conquista sobre a redistribuição de renda. Através dos anos as mulheres feministas agricultoras ou não, vêm organizando-se. O Movimento das Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas e as agricultoras que fazem parte do MST tiveram significativas conquistas que serão apostas a seguir, porém ainda há muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres, segundo Lopes e Zarzar (2008, p.66):

[...] a Constituição de 1988, que representou uma conquista em todas as dimensões da vida feminina no combate à discriminação. Foram assegurados direitos iguais para mulheres e homens rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social. No entanto, esta mudança constitucional não alterou significativamente a vida das mulheres, mesmo nos anos seguintes com o Incra estabelecendo peso igual para o trabalho de mulheres e homens no sistema de pontuação para efeito da reforma agrária, isto é, as mulheres continuam discriminadas pelos critérios que beneficiam as famílias mais numerosas e a experiência no trabalho agropecuário.

Desta maneira o processo de conquista de direitos como afirma as autoras Lopes (2008) e Zarzar (2008) é dificultoso, pois a participação feminina segundo a vivência de Dona Maria “continua sendo levada em questão seguindo as regras patriarcais, a mulher consegue o acesso à terra, a aposentadoria, contudo o pai, o marido da agricultora não aceita esse processo de modificação, dificultando assim a implantação da constituição.”



O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em 1985, busca uma melhor distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e o aumento da produção. Criado para minimizar as injustiças sociais do processo de divisão de terras no Brasil. Assim como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2005 é um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres, tendo como objetivos principais: a participação feminina em todas as fases das políticas públicas, autonomia das mulheres, igualdade entre homens e mulheres, e etc.

São programas que somam ações que buscam o reconhecimento das mulheres agricultoras, na medida em que constroem ações básicas voltadas para o reconhecimento das mulheres como cidadãs, por meio do acesso à documentação civil com o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, de revisão dos procedimentos para acesso à terra, a efetivação de políticas públicas para as mulheres e assistência técnica para fortalecer sua autonomia e organização econômica.

Visto que, sem documentação básica, a agricultora não pode se inscrever no Incra para receber a doação dos lotes nos assentamentos. Mais que a superação dessas



desigualdades é necessária a introdução de uma reforma agrária e de um governo que dê visibilidade a essas mulheres, garantindo a visibilização desses instrumentos que afirmam essas ações.

Mas muitas mulheres, afirmam que apesar das dificuldades consideram suas vidas melhores e têm esperança de que podem progredir ainda mais. A maior conquista continua sendo a autonomia, com o direito a ter direitos, a aposentadoria, ao crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao acesso à maternidade, à documentação básica, à desigualdade em discussão de pauta de reivindicação e etc.

Conquistas essas que fazem parte de um processo da evolução das conquistas femininas e das relações de gênero e ação política com o auxílio do movimento feminista, por meio de ações afirmativas de direito a voz dentro do assentamento, a autonomia de tomadas de decisões na sociedade no geral.

Por meio da organização da categoria feminina como um todo, incluindo toda a mulher independente da cor, raça ou religião. O feminismo negro, o feminismo das mulheres indígenas, o feminismo das mulheres que lutam todos os dias contra o desmatamento da floresta Amazônia, o feminismo das agricultoras rurais, o feminismo liberal e todas as suas



vertentes da radical a mais tradicional, surgem com a mesma função, o processo de empoderamento das mulheres.

#### 4. Metodologia

Como método científico, foi utilizado o materialismo histórico-dialético difundido por Karl Marx para entender a realidade, o princípio do conflito e as contradições que norteiam a temática analisada. A partir deste método observa-se que as relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas.

Através da ciência geográfica visto que, seu *locus* de estudo é o espaço, as questões de gênero foram analisadas, mostrando que as mulheres resistem a permanecer; e ocupar seu espaço no campo e merecem uma melhor qualidade de vida.

Desta forma, visando analisar o processo de resistência da mulher agricultora no campo brasileiro foi necessário apontar as mudanças da liderança de gênero no campo rural; o processo de empoderamento das agricultoras; e a compreensão da jornada dupla das mulheres que trabalham no campo.

Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para a elaboração da análise teórica e



trabalhados temas como, geografia agrária, geografia, gêneros no contexto rural e relações de gênero.

Foram utilizadas as vivências de mulheres agricultoras do município de Glória do Goitá – PE, localizado no interior do Estado de Pernambuco, através de entrevistas e visitas *in loco*.

Buscando, através da abordagem da pesquisa qualitativa a dimensão das questões de gênero em contextos rurais. Paulo Roberto Abreu e Edivaldo Paulo Fernandes (2011, p. 26) nos diz que: “A pesquisa qualitativa é exploratória, ou seja, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito”.

Segundo Gil (2002, p.42) “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Levando o pesquisador a obtenção do resultado através dos dados dos questionários. “[...] Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias”.

As pesquisas descritivas e as exploratórias estão ambas preocupadas com as questões práticas do processo da pesquisa (ABREU; FERNANDES, 2011). Com esse tipo de



pesquisa é possível fazer os entrevistados pensarem sobre o tema abordado de forma social, cultural e intelectual, levando os mesmos a terem noção no final do questionário sobre a importância do projeto para com suas experiências no dia a dia.

### **Considerações Finais**

A luta por direitos floresce nas agricultoras o desejo de uma nova reforma agrária, pautada nas reivindicações por direitos e acesso à terra. O processo de divisão das terras no Brasil ocorre de maneira desigual desde a divisão das Capitanias Hereditárias ainda na época do descobrimento do país e acentuam-se ainda mais com o golpe militar de 1964, aonde os principais detentores de terras ou latifundiários são militares ou coronéis.

Desta forma, o processo de reivindicação por acesso à terra tem seu apogeu com a criação do MST entre 1978 e 1983. A luta para ter acesso à terra desencadeia a falta de ética profissional das mídias como o rádio e a televisão mostrando o MST como pessoas violentas. Fazendo com que a população acredite que os trabalhadores rurais são violentos. As marchas são estratégias de luta e resistência das mulheres do campo para obtenção de políticas públicas e outros direitos, assim



com as pautas de reivindicações, apoiadas do feminismo as mulheres agricultoras seguem firme e fortes, entre Margaridas, Marias e Caterinas no processo de discussão sobre igualdade de gênero, direito ao acesso à terra, salário maternidade, direito à aposentadoria.

A busca pelo direito das mulheres deve ser incentivada através dos movimentos sociais de resistência, na coletividade, onde aparecem às relações do cotidiano, a sociabilidade, os interesses, sendo preciso cuidado e diálogo para resolver qualquer situação de conflito existente.

A educação tem o papel de guiar meninas e mulheres a tomarem seu lugar e seus direitos no mundo. As mulheres agricultoras precisam de estabilidade emocional, financeira e autonomia para decidir o que fazer e o que não fazer da vida.

### Referências

ABREU, Paulo Roberto; FERNANDES. Edival Paulo. **Caminhos do Projeto de Pesquisa ao TCC**. In Paulo Roberto Abreu; Edival Paulo Fernandes. Ed. do Autor. - Sirinhaém – PE, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. – 2. ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DI SABBATO, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/** Alberto Di Sabbato;



Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília: MMA, 2009.

EMPRESA Brasil de Comunicação. Marcha das Margaridas: entenda o que é e quem elas são. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/marcha-das-margaridas-entenda-o-que-e-e-quem-sao-elas>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

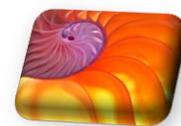
FISCHER, Izaura Rufino; MELO, Lígia Albuquerque. **O trabalho feminino**: efeitos da modernização agrícola. Recife: Massangana, 1996.

FUIZA, Elza. PERNAMBUCO. Diário de. Marcha das Margaridas: desafio, aos 15 anos, e fim da violência contra a mulher. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/08/12/interna\\_brasil,591899/marcha-das-margaridas-desafio-aos-15-anos-e-fim-da-violencia-contra-a-mulher.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/08/12/interna_brasil,591899/marcha-das-margaridas-desafio-aos-15-anos-e-fim-da-violencia-contra-a-mulher.shtml)>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 2ªed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.



\_\_\_\_\_. **A produção do espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006). Mimeo.

LOPES, Arianna L; ZARZAR, Andréa Butto. **Mulheres na reforma agrária é uma experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo/** Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; DE MENEZES, Marilda Aparecida. **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SOIHT, Rachel. História das Mulheres/ História de Gênero - um balanço. In Nídia Nacib PONTUSCHKA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2006. cap, 1. p.35 - 44.



### **CAPÍTULO 3**

## **LUTE COMO UMA MULHER NEGRA E QUILOMBOLA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE UMA QUILOMBOLA DE MATO GROSSO DO SUL**

Lourival dos Santos <sup>10</sup>

Yasmin Falcão <sup>11</sup>

### **Introdução**

Acredita-se existir cerca de seis mil comunidades remanescentes de quilombolas<sup>12</sup> no Brasil que foram enquadradas no artigo 68<sup>13</sup> das disposições transitórias da

---

<sup>10</sup> Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do grupo de Pesquisa NEHO em Rede na mesma Universidade. Email: [lourival.santos@ufms.br](mailto:lourival.santos@ufms.br)

<sup>11</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrado em andamento no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Email: [falcaoyasmin@gmail.com](mailto:falcaoyasmin@gmail.com)

<sup>12</sup> Dados de pesquisa realizada pela Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas do IBGE em 2019. Mais informações disponíveis em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>.

<sup>13</sup> Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esse artigo faz parte da Constituição Federal desde sua origem, em 1988. A inscrição deste artigo na Constituição foi uma vitória dos movimentos negros e quilombolas, após anos de mobilização para que o país reconhecesse em lei a existência dos quilombos e tomasse medidas para garantir seus territórios originais. Infelizmente, ainda estamos distantes da proteção dos territórios quilombolas pelo Estado e pela sociedade, mas a inscrição deste artigo na Constituição Federal



Constituição Federal de 1988. Sabe-se que as comunidades quilombolas têm história própria ao mesmo tempo que sociabilidades singulares, bases para pesquisas em diversos campos de conhecimento.

No artigo 68 das disposições transitórias (ADCT) da Constituição Federal é atribuído às comunidades quilombolas o direito à propriedade da terra e ao Estado e o dever de sua demarcação. Possivelmente, foi a primeira vez que apareceu a categoria “comunidade remanescente de quilombo” em um texto jurídico. Depois da publicação do referido artigo, as comunidades quilombolas passaram a se organizar em torno dessa categoria para que pudessem recorrer ao direito do território, como consta no livro de Maurício Arruti,

Se suas demandas territoriais, reconhecidas como legítimas pelo Estado brasileiro por meio de um artigo constitucional e de uma crescente legislação infraconstitucional vêm sendo respondidas de uma forma reticente e morosa, elas desdobram-se, porém em diversas ações governamentais que incluíram tais comunidades na pauta mais larga de uma “política afirmativa” (ARRUTI, 2006, p. 27).

O artigo 68 da ADCT não regulamentou os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

---

representa um caminho assegurado legalmente para sustentar a existência dos quilombos.



Esses procedimentos foram definidos pelo poder executivo. Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi atribuída à Fundação Palmares a missão de reconhecimento dos territórios de remanescentes quilombola. Já no governo Lula essa tarefa foi transferida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que passou a ter setores especializados em regularização fundiária quilombola. Após a queda de Dilma Rousseff, em 2016, todos os processos foram suspensos ou interrompidos. Em resumo, desde o governo Lula, a comunidade precisa solicitar a identificação enquanto comunidade remanescente quilombola perante Fundação Cultural Palmares<sup>14</sup>, que atesta existência por meio da documentação de auto atribuição. Em seguida, a comunidade solicita ao INCRA a regularização fundiária de seu território ancestral. Após laudos periciais de antropólogos, entre outros profissionais, ocorre a delimitação das terras, eventual indenização para ocupantes não quilombolas e titulação coletiva da terra pelo INCRA.

Neste sentido, cabe argumentar os motivos para que, de uns anos para cá, tenham aumentado exponencialmente as

---

<sup>14</sup> A Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública voltada para a preservação e a manutenção dos bens culturais, históricos, sociais e econômicos resultantes da influência negra na formação histórica da sociedade brasileira. Foi fundada em 1988 como resultado da luta do movimento negro.



pesquisas sobre a temática quilombola em várias áreas de conhecimento.

A resposta encontra-se na assinatura do decreto de 2003<sup>15</sup> que operacionalizou o artigo 68 da ACDP. Esse decreto regulamentou os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras. Dessa forma, forneceu ferramentas para quilombolas lutarem pelo reconhecimento dos territórios tradicionais. Uma definição de comunidade quilombola referenda que,

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros (ARRUTI, 2006, p. 39).

---

<sup>15</sup> O Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003 regula os caminhos operacionais para a titulação dos territórios quilombolas. Este decreto é de suma importância pois define os processos práticos que os quilombolas devem realizar para terem suas comunidades reconhecidas e seus direitos territoriais e de políticas públicas assegurados. Foi promulgado em 2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e representou mais uma vitória dos movimentos negros e quilombolas, escrevendo na legislação quem são os grupos quilombolas e passando a reconhecer o direito de auto atribuição a esses povos. Infelizmente, ainda é difícil alcançar a titulação dos territórios de quilombos. Mas, é uma conquista que as comunidades quilombolas saibam o que precisa ser feito para seu reconhecimento.



Nossa pesquisa está sendo realizada na comunidade quilombola de Furnas de Dionísio, na cidade de Jaraguari, distante 47 km da cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Foi após o Decreto 4887, do governo Federal, que funcionários do INCRA visitaram comunidades quilombolas no estado, orientando-as a reivindicarem o título de comunidades quilombolas, com a finalidade de pleitearem ações do Estado brasileiros, em particular a regularização fundiária. Nesse caso, a autodenominação como comunidade quilombola foi estimulada por funcionários do INCRA e seus habitantes se organizaram em uma Associação.

## 2 História Oral

*A vida antecede a reflexão e a recheia*

*(SANTOS, 2005, p.215)*

Em 2005, Marcos Ferreira dos Santos publicou o artigo *Ancestralidade e Convivência no processo identitário: a dor do espinho e a arte da paixão entre Karabá e Kiriku* (SANTOS, 2005). A epígrafe suscita a compreensão que, a vivência dos fatos e eventos são substâncias que se projetam para a formulação das questões investigativas. Por esse motivo, a História Oral se faz pertinente nos trabalhos acadêmicos. Para Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (1996), a História Oral é:

---

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



[...] um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista. Quanto aos demais aspectos que efetivamente configurariam um trabalho de história oral, as posições divergem, a utilização dos dados obtidos tem sido feita de modos variados. A questão inicial seria conceituar os termos de História Oral, arquivos orais, documentos orais e fontes orais (LANG, 1996, p. 34).

Para os autores deste artigo, História Oral é teoria, procedimento e campo disciplinar que parte do ethos individual e coletivo. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (2011), o oralista<sup>16</sup> – como chama o pesquisador ou pesquisadora que se aventura nos procedimentos de história oral - assume o compromisso com o social como princípio, meio e fim da história oral. Dessa forma, compreendemos que a história oral é coletiva. As pesquisas partem dos indivíduos e grupos em diálogo com a sociedade. Nossa finalidade é oferecer, por intermédio da história oral, subsídios para a implementação de políticas públicas que beneficiem as comunidades onde atuamos. Dessa forma:

Atualmente, cabe ao oralista recordar-se dos compromissos públicos que significam os empreendimentos na seara da memória e valorizar criticamente os elementos empíricos. A história oral tem o poder de estabelecer a convivência de quando se pode escutar os variados grupos humanos

---

<sup>16</sup> Esse artigo tem base nos procedimentos de pesquisa elaborados pelo Núcleo de Estudo em História Oral, fundado na Universidade de São Paulo (USP) e coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy.



em diferentes redes verbalizadas; além disso, na multiplicidade das ideias, no âmbito do pluralismo, deve-se ver a mediação da história oral como gesto empático que não prescinde, é claro, da análise, dos questionamentos (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019, p. 13).

Gattaz, Meihy e Seawright refletem sobre o que é História Oral, como esse campo dialoga com memória e narrativas, bem como apresentar soluções operacionais para essa área<sup>17</sup>. Esse método se ergue em pressupostos que privilegiam as entrevistas como ferramenta central e que, por vezes, apresentam interlocuções com outros documentos. A partir dessas perspectivas, os autores ajudam a compreender as entrevistas como corpus documental provocado que possuem um sentido analítico. Por sua vez,

Por meio de narrativas das memórias, pessoas se colocam em cena na relação com o mundo e suas imaginações, como em *Uma história íntima da humanidade*, de Theodore Zeldim (1999), em que não houve uma preocupação com a história oficial. Em comum acordo com essa perspectiva, meu ponto de partida é a história de cada um, tempos, mundos, sentimentos, lutas, desejos, desapontamentos e conquistas<sup>18</sup> (MACIEL, 2013, p. 27).

---

<sup>17</sup> Resumidamente os procedimentos são: elaboração de projeto, gravação das entrevistas, transcrição, transliteração, transcrição, conferência (feita por entrevistador e entrevistado) e autorização do texto final.

<sup>18</sup>



Consideramos que a entrevista não é só palavra, é um intercâmbio de percepções em que o entrevistado doa livremente sua experiência em troca de registro. Inere delicadeza pois se refere a emoções individuais e de grupo. Valoriza-se o conceito de colaboração porque coloca o interlocutor como centro gerador de visões, por levá-lo em conta além de seu papel de “fornecedor de dados”, de “transmissor de informações” ou “testemunho”. A entrevista processa o intercâmbio da vida cotidiana. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy,

Sendo a fala matéria da memória expressa oralmente, a interação entre interlocutores implica “olho no olho”, trocas retraçadas em contatos diretos, colaboração – co/labor/ação, ato de trabalhar juntos para a caracterização de tensões comuns. A história oral que advogo jamais se faz por fazer, por motivações nostálgicas, neutras e de mero registro. A fala gravada é documento e neste sentido ocupa espaço (...) Mas, trata-se de espaço provocado e por isso intencional ( MEIHY, 2007, p. 162).

A entrevista que apresentamos, ao final desse artigo, insere-se num projeto de pesquisa cujo objetivo central era investigar as práticas educativas de crianças e jovens presentes nas casas, nos barracões e nas igrejas em comparação com aquelas presentes nas escolas das comunidades. Nosso interesse foi investigar a interação entre os profissionais da escola (funcionários e professores) com as



crianças, adolescentes e os pais deles na comunidade. Para isso, optamos por fazer entrevistas de História Oral de Vida, que é:

[...] o relato de um narrador sobre sua experiência através do tempo. Os acontecimentos vivenciados são relatados, experienciados e valores transmitidos, a par dos fatos da vida pessoal. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros do seu grupo, suas profissões, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (LANG, 1996, p. 34).

Dessa forma, procuramos realizar entrevistas com colaboradores em redes de pais, alunos, funcionários da organização e professores, da escola Zumbi dos Palmares na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, ecoando em reflexões sobre como os indivíduos se relacionam com a comunidade escolar<sup>19</sup> e com os saberes do quilombo. Espera-se que essas reflexões angariem subsídios teóricos para o currículo dessa escola e comunidade, bem como possa servir

---

<sup>19</sup> As pesquisas de História Oral (observação e entrevistas) que forneceram bases para o artigo que apresentamos foram realizadas na Escola Estadual Zumbi dos Palmares, inserida na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, localizada na cidade de Jaraguari, estado de Mato Grosso do Sul. Fomos hospedados por famílias quilombolas na comunidade durante alguns dias, quando pudemos frequentar a escola com frequência. Apesar de já conhecer a dinâmica desta comunidade e desta escola, foi conveniente realizar uma imersão aprofundada no cotidiano. Pudemos conhecer com profundidade como se realiza o diálogo entre a comunidade quilombola e a escola.



de exemplo para outras escolas em comunidades quilombolas.

Convém entender que a história oral é um conjunto de procedimentos que partem do projeto de pesquisa, sendo a entrevista solução operacional da área. Dessa forma, compreende-se que uma pesquisa de história oral precisa ser detalhadamente descrita, alertando os procedimentos tomados, a bibliografia oportunizada, a rede de colaboradores pensada, entre outras informações.

Depois de ponderada a aventura dos trabalhos em história oral, seja em nível acadêmico ou institucional, são necessários cuidados em seu processo de operação. Sondagens prévias se fazem necessárias para melhor instrução dos passos e para que as etapas ganhem articulação, unidade e progressão. Assumindo que o projeto é o guia, e que preside a noção de história oral como além do ato de gravação de uma ou mais entrevistas sem articulação, fica aberto o desafio continuado com etapas definidas, calibrado e evolutivas (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 68).

Definimos que a História Oral é objeto de matéria, com método de condução e finalidades delimitadas, fundamentando um campo disciplinar. A História Oral é pertinente porque os resultados dos processos históricos são identificáveis no presente, encontrados na oralidade, na ritualística e na materialização do espaço. É ferramenta técnica, metodologia e disciplina, perpassada pela ideia que



os trabalhos acadêmicos podem propor mudanças sociais com pressupostos de ativismo. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy,

Derivada de velhas práticas de entrevistas – tão antigas como a história apregoada desde Tucídides e Heródoto, a História Oral como vejo atualmente não pretende ser uma disciplina posto que não tem objeto próprio. Também, não a percebo estabelecida como recurso exclusivo de uma única área de conhecimento, seja a história que lhe empresta o nome, a sociologia, a psicologia, a antropologia ou o jornalismo. A história oral para mim mostra-se como *locus* multidisciplinar federativo, mesmo sendo prática reclamada por várias disciplinas que dela se apropriam sem critérios claros de fronteiras. Significativo notar que isso se dá em um instante de intensa insatisfação de certas formas acadêmicas de proceder o exame da sociedade (MEIHY, 1996, p. 48)

Por meio da História Oral realizamos entrevistas que apontam para questões que circundam a comunidade quilombola Furnas do Dionísio (MS)<sup>20</sup> no intuito de registrar e

---

<sup>20</sup> O território pertencente à comunidade quilombola Furnas do Dionísio foi titulado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2000 e tem área total de 1.031,8905 hectares. A certificação da titulação da comunidade pela FCP se deu no ano de 2005, permitindo maior visibilidade à comunidade e acesso às políticas públicas, tal como o Programa “Minha Casa, Minha Vida” e o Programa “Brasil Quilombola”, além de habilitar Furnas do Dionísio a acessar recursos do o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Após a titulação e certificação do território, houve a publicação, em Diário Oficial, de outros três documentos importantes: o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), em 2008, a Portaria de Reconhecimento do Território (Portaria nº 118, de 24 abril de 2009) e o Decreto Presidencial que declarou a área como de Interesse Social (20 de novembro de 2009). Fonte: Mapa de Conflitos FIOCRUZ. Disponível em:



analisar experiências, além de compreender as estratégias assumidas pela comunidade para a transmissão de suas memórias.

Nesta linha, sabe-se que as memórias são substâncias transmitidas pela oralidade nas festas, orações, rituais, produção de alimentos, preparação da plantação e outros vínculos sociais. As memórias emergem através das narrativas despertadas no momento da pesquisa pelos procedimentos operacionais da História Oral, que são:

*Os procedimentos operacionais visam orientar a conduta da pesquisa. Nesse sentido, torna-se importante definir o tipo de pesquisa a ser feita, bem como o local, duração e demais situações de gravações (...). Feitas as entrevistas, a fase seguinte é de preparação documental. No caso de um texto, da versão oral para o escrito, estes critérios devem ser estabelecidos no projeto, pois uma postura é a simples transcrição, outra é a transcrição. No caso da simples transcrição, se obedece a fidelidade possível da gravação – com erros, barulhos, ruídos – e sob a segunda alternativa realiza-se o que vulgarmente se conhece como “edição”, ou como mais propriamente se diz, como “transcrição”, ou seja, o processo de eliminação de perguntas (textualização) e finalização com o texto arrumado, autorizado pelo colaborador, que deve se identificar com o resultado (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 78).*

A narrativa de Vera Lúcia, apresentada ao final deste artigo, foi realizada em 2019 na comunidade quilombola e

---

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-comunidade-quilombola-furnas-do-dionisio-lutam-pela-desintrusao-de-seu-territorio-ainda-invadido-por-fazendeiros/>.



publicada aqui com a sua autorização. O incentivo para a fala da narradora foi “Me conte a sua história de vida?” e a pergunta de corte foi “Qual o papel da educação na sua vida?”. Após gravada, a narrativa foi transcrita na íntegra, começando assim o procedimento da passagem do discurso oral para o escrito. Depois disso, foi textualizada, momento em que se retira da entrevista transcrita as marcas de linguagem e repetições. Após essa etapa, a entrevista foi transcrita<sup>21</sup>, momento em que é transformada num texto de primeira pessoa aos moldes literários<sup>22</sup>. Por fim, foi feita a verificação com a colaboradora e a autorização para publicação.

### 2.1 Entrevista de história oral de vida<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> *Transcrição* é um termo usado no campo da História Oral. O conceito foi concebido por José Carlos Sebe Bom Meihy e é amplamente debatido em seus livros, bem como nos escritos dos demais integrantes do NEHO em rede (Núcleo de Estudo de História Oral), criado na Universidade de São Paulo (USP). *Transcrição* é um dos momentos do trabalho com a entrevista, em que, após o áudio ser transcrito na íntegra para o formato textual, retirado as repetições e marcas orais; o pesquisador escreve a narrativa no formato de um texto, em primeira pessoa, com as perguntas embutidas e licença poética. Este trabalho de transcrição foi realizado com a entrevista que apresentamos neste artigo.

<sup>22</sup> Um exemplo desse trabalho é o livro *Augusto e Léa: um caso de (des) amor em tempos modernos* (2006) de José Carlos Sebe Bom Meihy.

<sup>23</sup> Por uma escolha teórica de bases na História Oral, foi mantida, em alguns trechos, a estrutura da linguagem da narradora. Assim, eventuais incorreções gramaticais e de concordância para a norma padrão foram mantidas, bem como atalhos discursivos próprios da linhagem informal. Algumas palavras que



*A entrevista de Vera Lúcia foi uma feliz surpresa na pesquisa de campo. Um dia antes, estivemos com outra colaboradora na comunidade quilombola de Furnas de Dionísio e pedimos a indicação de alguém que ligasse a comunidade à escola estadual Zumbi de Palmares, a qual pedimos a indicação de uma rede que ligasse a comunidade e a escola. Ela indicou Vera Lúcia que, segundo ela, tinha uma história especial. Conversamos sobre diversos assuntos, inclusive sobre os fatos políticos que ocorreram naquele almoço na sede da Associação de Moradores do Quilombo. Em meio a uma conversa animada, a narradora aceitou rapidamente o convite.*

*A representatividade importa.*

---

aparecem repetidas foram deixadas porque demonstram uma ênfase que a narradora colocou no discurso. Outra questão notável que permaneceu foi a escolha de palavras. Em alguns momentos, a narradora usa palavras da linguagem informal e gírias regionais. Em outros, a narradora faz uso de palavras formais. Essa contraposição colocada reflete a história de vida narrada. Uma mulher quilombola e comunitária, mas que também trabalha em uma escola, é universitária, vice-presidente da Associação de Moradores e representante do movimento quilombola. Por meio da estrutura narrativa, podemos perceber que Vera transita em vários espaços e usa bem a linguagem a seu favor.



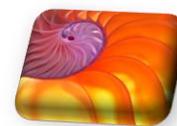
Meu nome completo **é Vera Lúcia Rodrigues dos Santos**. Tenho 36 anos. Sou agente de limpeza da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, em Furnas de Dionísio, na cidade de Jaraguari no estado do Mato Grosso Sul. Ocupo, também, o cargo de auxiliar de secretaria na mesma escola.

Nasci aqui mesmo na comunidade quilombola de parto normal no dia 05 de junho de 1981. Cresci e me criei aqui. Quando tinha uns nove anos minha vida mudou.

Minha mãe criava sete filhos. Era uma situação difícil. Com oito anos fui morar em Campo Grande, capital do estado, com uma família estranha. Para mim, é muito difícil contar sobre a época que fui morar lá. Doloroso. Sofria todo tipo de abuso e discriminação. Cuidava de duas crianças e estudava em uma escola pública próxima. Além disso, limpava a casa e cozinhava. Só não lavava roupa porque não dava conta.

Essa mulher com quem fui trabalhar cortava meu cabelo curtinho. Ela dizia que podia pegar piolho. Sempre comprava roupas para mim nos lugares mais baratos, porque, segundo ela, eu não precisava de roupas boas já que era negra. Dizia que eu era da família, mas nunca saía para lugar nenhum. Só era da família para cuidar das crianças, ajudar e trabalhar.

Pelo menos ela me deixava estudar. Estudei em escolas



sempre perto das casas. Minha rotina era assim. De manhã trabalhava em casa e cuidava das crianças, de tarde as crianças iam para a creche e eu ia para a escola. Quando chegava da escola tinha que arrumar tudo e lavar a louça. Só à noite fazia as atividades da escola. Isso, para uma criança, era abuso.

Quando conto parece que as histórias vão voltando na minha memória. Aquilo ficou na minha cabeça. Isso afeta demais de uma forma negativa. Hoje conto para você e consigo lembrar de tudo. Na cabeça do meu pai e da minha mãe, essa mulher foi a melhor pessoa. Eles achavam que ela me tirava da situação de fome e sofrimento, e ainda, em contrapartida, ajudavam a alimentar meus irmãos. Hoje em dia minha mãe ainda fala para agradecer essas pessoas que nos ajudaram. Mas, na verdade, eles não ajudaram em nada.

A situação que vivíamos no quilombo era muito sofrida em mais ou menos 1990<sup>24</sup>. Muita fome e muita tristeza. Nem minha mãe e nem meu pai conseguiram lidar com isso. Mas, meus irmãos permaneceram juntos da família. Foi uma situação diferente da minha. Não passaram por humilhações

---

<sup>24</sup> As conversas que constam no meu diário de campo apontam que a situação da comunidade quilombola começou a melhorar para os indivíduos após a década de 1990. É possível constatar que significativas mudanças ocorreram após a publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição de 1988.



assim como eu passei. Aconteceram situações de sumir dinheiro e dizerem que fui eu, *a neguinha que pegou, é ladrona!* “Isso causa um trauma imenso dentro da gente. Como se, por exemplo, às vezes você sente que não consegue, que não é capaz, que tem que lutar mais, que tem que batalhar mais, mesmo assim você fica em segundo lugar em tudo na vida

Minha história foi de idas e vindas entre a comunidade e a cidade de Campo Grande. Com 12 anos voltei para a comunidade. Passei um tempo aqui. Com 16 anos fui trabalhar na capital, como babá dos filhos de uma diretora aqui da escola. Fiquei por mais dois anos. De volta a comunidade, passou um ano, fiquei grávida<sup>25</sup>

Terminei o ensino médio no quilombo, me casei e o tempo passou. Casei-me mesmo porque engravidei. Estava namorando um rapaz aqui da comunidade. A gente não tinha nenhuma orientação sexual. As mães eram muito preservadas. Não podíamos falar em camisinha e muito menos de remédio anticoncepcional. Então, se você tivesse uma relação, você iria engravidar. Foi assim que engravidei. Antigamente aqui na comunidade, se engravidasse tinha que casar. O caminho foi

---

<sup>25</sup> Vera Lúcia ficou na casa da primeira patroa de 1991 a 1995, dos 8 aos 12 anos. De 1995 a 1998 voltou a Furnas de Dionísio. De 1998 a 2000 trabalhou como babá em Campo Grande. De volta à comunidade, em 2001 teve a primeira filha e permanece no quilombo até hoje.



casar.

Hoje tenho 3 filhos. Um rapaz de 16 e duas moças de 13 e 18 anos. A representatividade importa. Meus filhos se espelham em mim.

Existe uma coisa na sociedade que é cultural. Tivemos 200 anos de escravidão. Não podíamos estudar, só trabalhava e trabalhava: negro é para trabalhar, trabalhar, trabalhar. Fomos libertos e nos jogaram no mundo. Só que não podíamos frequentar a escola dos brancos. Não tínhamos terra, não tínhamos serviço, não tínhamos nada. Voltamos para o mesmo processo. Até quebrar essa lacuna, demora! As pessoas acreditam que fomos feitos para trabalhar e não para estudar. Hoje a situação está mudando, mas quem encabeça as mudanças são meninas por causa da questão cultural, como vejo aqui na comunidade. Tenho exemplos dentro da minha casa.

Acho que a comunidade não tem muita noção desse peso da escravidão. Algumas pessoas acham que a gente não estuda porque não quer. Essa questão da escravidão é uma carga genética que todo mundo carrega. Não adianta falar: - eu sou negro e consegui estudar. Essas pessoas estudaram porque tinham dinheiro. Porque se você for pobre é muito difícil. Vai me dizer que você, negro, nunca sofreu preconceito? Nunca foi barrado? Nada nunca foi muito difícil



para você? Essa carga nas costas, com certeza, a comunidade carrega há muito tempo. Tem interferência da escravidão na nossa vida inteira, mas a comunidade não acordou para isso.

Quando eu digo que representatividade importa, é por conta da minha história de vida. Sou concursada desde 2013 como agente de limpeza, apesar de agora trabalhar na secretaria da escola. Aqui na escola da comunidade tentei concurso por quatro vezes. Não passava, ficava em segundo lugar. Até que prestei na escola em Campo Grande. Estudei muito! Três meses sem parar de estudar para entrar. Passei em trigésimo terceiro lugar. Eu tinha três filhos quando fiz esse concurso. Na época, trabalhava com carteira assinada e ajudava meu marido na roça. Só estudava a noite, morando no quilombo e passei! Assumi o cargo na escola e vim trabalhar na escola da comunidade quando passaram os quatro anos de estágio probatório.

Considero que é muito importante a valorização dos educadores. Tanto o professor é educador, como eu, que sou da limpeza e da secretaria, sou educadora. No meu caso, por exemplo, me ensinaram que também sou educadora. Se eu vir um aluno fazendo algo, não vou esperar o professor chamar atenção. Tenho que ir lá conversar, porque também tenho que educar.



É muito importante a escola estar inserida na realidade da comunidade. Sempre digo que a comunidade tem que participar da escola. A escola não pode ser um órgão afastado. Primeiramente tem que estudar e ser voltada para a nossa realidade.

Por exemplo, vamos fazer um projeto. Não preciso trazer uma dança, como o hip-hop lá da cidade. Nós temos a nossa dança aqui que foi perdida. Vamos resgatar a nossa dança! Também podemos pensar quais são os jogos e os artesanatos que a comunidade faz. Isso vai ser ótimo. Como estão fazendo o resgate da dança Catira<sup>26</sup>. Isso tem que ser trabalhado. Quando a professora me contou, comemorei! Como podem

---

<sup>26</sup> "CATIRA ou CATERETÊ (s.m.) -Dança encontrável nos estados de São Paulo, Rio, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Sua existência no Médio São Francisco foi comprovada pelo folclorista e compositor Oswaldo de Souza. Artur Ramos afirma que o cateretê se estende "por vários estados do Nordeste." (O negro brasileiro, 1934, p.154). Segundo opinião corrente, é dança de origem ameríndia, tendo sido no primeiro século da colonização aproveitada pelo Padre Anchieta nas festas católicas, em que a bugrada dançava e cantava com textos cristãos escritos em tupi. Entretanto, não há nenhuma descrição coreográfica de tal cateretê primitivo. As primeiras referências rápidas a alguns elementos de coreografia do Cateretê datam do fim do séc. XIX; as descrições detalhadas são todas recentíssimas A dança se executa sempre em fileiras que se defrontam e que são formadas por homens e mulheres dispostos alternadamente, por homens de um lado e mulheres do outro, ou por homens apenas. O acompanhamento é feito especialmente por violas, geralmente duas. Os violeiros, os únicos que cantam, fazem também parte da dança e dirigem a coreografia." (ANDRADE, 1989).



fazer também com a dança do Engenho Novo<sup>27</sup>. Os professores estão inserindo a cultura da comunidade na escola. Quem sabe assim os alunos que abandonaram a escola voltam. A dança e o esporte são caminhos para chamar e atrair a atenção dos alunos evitando a evasão escolar.

Coloco sempre aqui na comunidade a questão da escola. Escutamos umas coisas de pessoas da cidade. Não entendem como o pessoal do quilombo não consegue passar em um concurso. Falo para olhar a diferença entre o estudo aqui da comunidade com o lá da cidade. Lá os pais podem pagar cursinho para os meninos estudarem quando terminam o ensino médio. Aqui não. Algumas pessoas têm vantagens para estudar. Não que seja culpa delas. É o sistema mesmo.

As pessoas vão embora da comunidade porque acham que vão melhorar de vida. Aqui o serviço é braçal. Plantar, fazer rapadura e farinha. Mas, apesar das condições de vida terem melhorado muito aqui na comunidade. Mesmo assim, a maioria das pessoas vai embora. São jovens para virarem

---

<sup>27</sup> DANÇA DO ENGENHO NOVO – "...é uma dança popular no Nordeste, pertencentes aos cocos de ganzá. Homens e mulheres dançam em roda, soltos, cantando com o ritmo da embolada, batendo palmas: "Engenho novo, / Engenho novo, / Engenho novo/Bota a roda pra rodar". No sul do país (São Paulo e Minas Gerais), o Engenho Novo é uma dança diferente, também chamada Guarapa (REINATO, 2014).



empregados domésticos assalariados em Campo Grande. É complicado sair da sua terra, onde você tem todo o conforto, atrás de ilusão.

Eu vejo os alunos. Tem aluno que não gosta de estudar. Como em casa, meu filho estuda porque o obrigo. Deixo bem claro: *se não estudar vai ficar carpindo no sol o dia inteiro. É isso que você quer para sua vida?* Ele me diz que quer ir para o quartel. Respondo a ele que precisa estudar para fazer carreira nas forças armadas. Tudo que é bom tem estudo por trás.

Outro fato que eu sempre digo é sobre a diferença do tratamento entre o menino e a menina. Conto uma história lá da minha mãe. Eram sete filhos. Uma das minhas irmãs saiu de casa. Ficaram seis crianças. As três meninas terminaram o ensino médio, fizeram concurso e pretendem fazer graduação. Os meninos tinham que trabalhar o dia inteiro no sol. Com o trabalho pesado, como eles iriam arrumar ânimo para estudar à noite? Chegavam tarde, tomavam banho para no outro dia sair cedo. A menina está em casa. Só limpa uma casa, varre um terreiro, ajuda a mãe, e a noite está pronta para estudar. Ou tem tempo para estudar de dia. O menino é criado para trabalhar e pegar no pesado. Por isso penso que uma das causas da evasão escolar, que é mais de homens, é pela questão do serviço. É uma questão cultural.



Quanto a escola e o ensino integral, até gostava, mas mudei de opinião. Meu ex-marido é do movimento negro. Conversando com pessoas quilombolas do movimento, comecei a pensar que o ensino integral é bom para desenvolver o aluno, mas, por outro lado, para a criança quilombola, afasta do convívio da família e dos saberes. Isso é muito importante para o quilombo. Por exemplo, minha filha e minha mãe. Minha mãe tem 66 anos. Se minha filha não tivesse o dia inteiro na escola, no período da tarde estaria conversando com a avó. Escutando histórias, ajudando a avó como ela adora. Hoje minha filha chega às quatro da tarde. Fica um pouquinho na avó até às cinco e volta para casa. Acho que a escola integral peca no sentido de afastar as crianças dos mais velhos, da matriarca, das histórias, desse convívio que é muito importante.

Sou assim. Acho que se tem alguma coisa que incomoda, tem que falar. Nós não estamos nesse mundo para ficarmos calados. Meus filhos falam que eu sou chata. Mas, eu digo a eles que tem que ser assim. Para você conseguir as coisas, tem que impor sua opinião. Vejo que as pessoas se espelham em mim. Escuto dos jovens: *Quero ser igual a tia Vera*. Ser um bom exemplo é a melhor coisa do mundo!

Estou me descobrindo agora. Até dois anos atrás, tinha essa vontade de movimentar mais a comunidade. Mas ficava



reprimida, sempre ficava na minha. Não sei como aconteceu, mas me chamaram para participar da associação de moradores. Hoje, sou vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola.

Descobri que uma das coisas que mais gosto de fazer é ser mulher mesmo! Falei para a mulherada, vamos mandar confeccionar uma camiseta: *lute como uma mulher negra e quilombola*.

### **Considerações Finais**

Este artigo objetivou apresentar a entrevista de história oral de vida de Vera Lúcia Rodrigues dos Santos, mulher e quilombola. Em sua entrevista são discutidos assuntos como racismo, situações enquadradas como condições análogas a escravidão, educação quilombola e seus diálogos com a comunidade, família, educação comunitária, papéis de gênero na comunidade quilombola, trabalho e representatividade quilombola feminina contemporânea.

No decorrer do texto apresentamos os procedimentos metodológicos da História Oral, que nortearam a realização e o trabalho com a entrevista. Foi possível pensar o diálogo história oral - memória comunitária - quilombo , bem como



aferir a capacidade da história oral para a fazer emergir novas tônicas e narrativas.

Abrir seu baú pessoal de histórias, bem como confiar a alguém de fora da comunidade sua narrativa particular, é desafiador. Essa foi a impressão que tivemos ao realizar a entrevista com Vera Lúcia. Suas memórias, que dizem respeito às vivências, foram retrabalhadas pela colaboradora no decorrer da narrativa.

Inicialmente, na primeira conferência<sup>28</sup>, Vera Lúcia pediu para alterar seu nome e o nome da comunidade, assim como o nome da cidade. Nas vésperas da publicação deste artigo, ela mudou de ideia e autorizou sua identificação e de sua comunidade.

Nesse ponto, gostaria de chamar atenção para a importância da narrativa. Trata-se da história de uma mulher latino-americana, negra e quilombola, cujas perspectivas de vida estão totalmente entrelaçadas com o coletivo. Mais ainda, suas experiências são engendradas pelas ambições da sociedade, bem como pelo racismo e misoginia.

---

<sup>28</sup> Descrita nos procedimentos metodológicos da história oral, a conferência é momento em que a entrevista textualizada retorna para a colaboradora que faz a averiguação e pode retificar e/ou retirar informações que não quer mais que sejam divulgadas



Hoje Vera Lúcia é acadêmica do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, habilitação em códigos e linguagens e sonha em ser professora na escola onde estudou, onde trabalha e onde ainda educa seus filhos.

É a história de Vera Lúcia Rodrigues dos Santos. É a história de tantas mulheres quilombolas!

### **Referências**

ANDRADE, Mário de. **Dicionário Musical Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros e EDUSP, 1989.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História no processo de formação quilombola**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória de velhos**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1979.

FALCÃO, Yasmin. **Afeto e invenção das tradições nas comunidades quilombolas**. Revista África e Africanidades, v 33, p.1, 2020.

\_\_\_\_\_. **Entre laços quilombolas: os fluxos entre Furnas do Dionísio e Tia Eva**. Revista África e Africanidades, v 34, p.1, 2020 .

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2002.



GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro (orgs). **História Oral: A democracia das vozes**. São Paulo: Pontocom, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História Oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org). (Re) Introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996 .

MACIEL, Márcia Nunes. **O espaço lembrado: experiências de vida nos seringais da Amazônia**. Manaus: Edua, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. Editora: Edições Loyola, 5ª Edição ano 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Oralidades**: Revista de História Oral. Ano 1, n.1 (jan/jun. 2007). São Paulo: NEHO, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A revolução possível**: História oral de soldados brasileiros na guerra civil espanhola. São Paulo: Xamã, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.



\_\_\_\_\_. **Oralidades: Revista de História Oral.** Ano 5, n.10 (jan/jun. 2011). São Paulo: NEHO, 2011.

\_\_\_\_\_; HOLANDA, Fabiola. **História Oral Como Fazer Como Pensar.** São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada.** São Paulo; Contexto, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os novos rumos da história Oral: o caso brasileiro.** Revista de História 155, (2ª – 2006), p. 191 a 203.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan- Africanista.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2019

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo, CERU/FFLCH/USP, Coleção TEXTOS, 1985.

REINATO, José Campos. **Música ao seu alcance.** Campinas, Edição do autor: 2014.

SANTOS, Lourival. **Por uma história do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re) invenção da tradição africana no cerrado brasileiro.** Revista Clio, Pernambuco, v. 35, n. 2, 2017.

SANTOS, Lourival. **Semeando ancestralidade em escolas quilombolas de Mato Grosso do Sul: como a historiografia pode responder aos desafios da cultura escolar?** Disponível em <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/14890723>



53\_ARQUIVO\_ANPUH\_2017\_Semeando\_Ancestralidade\_em\_Escolas\_Quilombolas.pdf .

SANTOS, Lourival, URQUIZA, Antônio Hilário A. **Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/ Brasil.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, vol. 2, 2017.

SEAWRIGHT, Leandro A. **O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição.** Revista Observatório, Palmas, v.2, n.1, p. 54 a 75, jan – abr, 2016.



## **CAPÍTULO 4**

### **ALICIA EGUREN: LA ESCRITORA EN BÚSQUEDA DE UNA REVOLUCIÓN (1943-1957) <sup>29</sup>**

Paula Andrea Lenguita <sup>30</sup>

#### **Introducción**

Alicia Graciana Eguren Viva nació el 11 de octubre de 1925 y se crio en el seno de una familia católica de la clase media porteña, desde donde observó el alza fascista en

---

<sup>29</sup> Este artículo es resultado de un estudio sobre el período liminar en la biografía política de Alicia Eguren, fundadora del Peronismo Revolucionario. En esta ocasión, se circunscriben los trazos iniciales de una militancia ligada al campo intelectual peronista, incluso antes de la llegada de Juan Perón al poder por el voto popular. Sus esfuerzos por conferir un aporte latinoamericanista a la doctrina peronista, fueron la base de su posterior liderazgo en tiempos de insurgencia. Una posición que la llevó a organizar la rama femenina del partido en la Resistencia. El escrito que presentamos se articuló con una publicación anterior centrada en la represión que padeció, la clandestinidad y la cárcel posterior al golpe civil-militar de 1955 (LENGUITA, 2020)

<sup>30</sup> Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Postdoctorada en el Instituto de Filosofía y Ciências Sociais de la Universidade Federal de Rio de Janeiro. Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Coordinadora del Programa de Estudios Críticos sobre el Movimiento Obrero del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales. Docente de Postgrado de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de La Plata. E-mail: [paulaandrealenguita@gmail.com](mailto:paulaandrealenguita@gmail.com).



Europa y los coletazos económicos de la crisis internacional de 1930 en el país. Fue un hogar que signó su orientación académica, como heredera de una madre química-farmacéutica -un hecho bastante novedoso para la época- y un padre contador, ligado a un nacionalismo que desembocó en el peronismo, incluso antes de que existiese esa palabra como ella misma reflejó después.

En 1942, luego de concluir sus estudios secundarios, se inició en la vida universitaria en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Durante esos años se movió en un círculo intelectual nacionalista, en los inicios del Primer Peronismo y la conquista de ciudadanía plena para las mujeres. Participando activamente en los grupos de mujeres peronistas que militaron la Ley 13010, para luego de ese lograr partir a finales de 1947 a Gran Bretaña dispuesta a desarrollar actividades diplomáticas como funcionaria de la Cancillería Argentina en ese país. Sin embargo, el matrimonio que comenzó en Gran Bretaña se interrumpió definitivamente con su vuelta al país en 1948, para dedicarse de lleno a los debates intelectuales que la doctrina peronista concitó. En 1951, participó activamente de la campaña proselitista en la que, por primera vez, las mujeres ejercieron su ciudadanía plena: votaron y un puñado de ellas fueron elegidas parlamentarias. También fue el tiempo donde la oposición se volcó a la



violencia política, mostrando los inicios de un proceso que se acrecentó con el tiempo. En concreto, el golpe civil-militar de 1955 le dará el contexto para desarrollar su orientación insurgente en defensa del peronismo proscrito. En los hechos, sus primeros pasos como dirigente insurreccional para la reorganización de la rama femenina del partido tendrán impedimentos, en gran parte por las limitaciones del encarcelamiento y además por las contradicciones que su mirada provocó entre los sectores más conservadores del peronismo.

En fin, el recorrido propuesto sobre el compromiso de Alicia Eguren con el peronismo en el poder y con la proscripción será reconstruido a partir de fuentes militantes y la propia producción epistolar en tiempos de encarcelamiento.

## **2 La formación de una muchacha peronista (1943-1946)**

Alicia Graciana Viva Eguren nació en 1925<sup>31</sup>, en el seno de una familia católica de la clase media porteña, compuesta

---

<sup>31</sup> En el presente artículo se rememoran sus años de juventud e inicios de su militancia en el peronismo, para encontrar en la represión dictatorial que padeció en la cárcel el comienzo de su liderazgo insurreccional dentro del peronismo hacia 1957. Su muerte se produjo dos décadas más tarde cuando fue encarcelada por la última dictadura civil-militar, y según los testimonios de detenidos-desaparecidos que compartieron cautiverio con Alicia, fue arrojada al río en los "vuelos de la muerte".



por una madre farmacéutica, Herculina Petrona Viva (apodada Mamaína) y Ramón Claudio, un contador de orientación nacionalista. Su niñez se balanceó entre el impulso académico de sus progenitores y el clima transformador que se desplegó en el país a raíz de la crisis internacional de 1929.

La hecatombe capitalista provocó en Argentina una estruendosa caída de exportaciones, cuya salida fue la política de “sustitución de importaciones”. Dando lugar a una inmigración asalariada, desde el campo a los suburbios fabriles incipientes, un destierro que supuso para estas personas además un desprecio manifiesto de las elites gobernantes, en la “Década Infame”<sup>32</sup>. Frente a ese desequilibrio, un grupo de militares realizó un Golpe de Estado el 4 de julio de 1943<sup>33</sup>, un

---

<sup>32</sup> Lleva esta denominación el período que va entre el golpe civil-militar que derrocó al presidente radical Hipólito Yrigoyen y el golpe militar que derrocó al presidente conservador Ramón Castillo.

<sup>33</sup> El golpe militar de 1943 plantea la disolución de los partidos políticos, la enseñanza religiosa en las escuelas estatales y una prédica autoritaria y conservadora poco favorable para las acciones sufragistas, que se las vincula con la “disolución del hogar”. Sin embargo, los sectores castrenses que dan el golpe no son homogéneos, aquellos de orientación populista ven con buenos ojos retomar la cuestión de los derechos políticos para las mujeres. Queda claro que dicha orientación está vinculada a la incorporación de los sectores marginados, para evitar su deslizamiento hacia tendencias revolucionarias y para ampliar su base de sustentación sobre sectores postergados sin antecedentes militantes. En ese sentido, el coronel Juan Perón crea la Dirección de Trabajo y Asistencia a la Mujer, que después conformó en una Comisión Pro-Sufragio femenino, para consolidar el compromiso derivado de las Actas de Chapultepec (donde los países firmantes se comprometen con el voto de las mujeres). Mientras que las sufragistas de la Unión Argentina de Mujeres, ligadas



poco después del ingreso de Alicia en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires para su formación académica en literatura.

Me crie en medio de ese clima anti-mitrista y popular, y ya a los catorce años me interesaba la política. Cuando apareció Perón, mi padre y yo no necesitábamos hablar. Nos hicimos peronistas antes de que existiera la palabra (PANORAMA, 1971)

Alicia fue testigo privilegiado del ascenso político del coronel Juan Perón, quien fue ganando prestigio al tiempo que se acercó a las clases populares para influenciarlas. En ese temprano inicio de la militancia secundaria, Alicia fue simpatizante de la Unión Nacionalista de Estudiantes Secundarios, de neto corte aliancista<sup>34</sup>, cuando estudió en la Escuela Normal N. 6 "Vicente López y Planes", y se ocupó también de brindar talleres de escritura en barrios populares. Así fue como se hizo peronista cuando el coronel Juan Perón comenzó a ganar popularidad. Los cimientos ideológicos de este liderazgo en crecimiento fueron asociándose a la doctrina social de la iglesia católica, que combinó, con maestría, los

---

a la campaña en favor de los aliados, se niegan a que el sufragio femenino se de por un decreto de lo que consideran un gobierno de facto. Por esa razón, la Asamblea Nacional de Mujeres, en 1945, presidida por Victoria Ocampo, paradójicamente, hace campaña en contra del sufragio femenino, poniendo de manifiesto su antiperonismo (BIANCHI: 262, 1986).

<sup>34</sup> La organización se fundó en 1935 y dos años después estructuró la Alianza Libertadora Nacionalista. Alicia estuvo vinculada al sector del padre Leonardo Castellani dentro de la organización.



principios de la socialdemocracia europea de posguerra. Un complejo mapa ideológico en el cual los centros cívicos nacionalistas de los que Alicia participó en la universidad fueron el eje propagandístico. Como estudió Carolina Barry (2016), dichas estructuras organizativas fueron desplegándose sobre todo desde mediados de 1945, para darle apoyo doctrinal al ascenso político del líder peronista. Si bien era un liderazgo que provocó críticas contradictorias por parte de sus opositores -la izquierda lo acusó de fascista por su neutralidad en la Segunda Guerra, mientras la oligarquía lo tildó de comunista por su interés por la clase obrera-. En cualquier caso, su influencia gravitatoria quedó determinada por la revuelta popular que lo consagró en la jornada del 17 de octubre de 1945<sup>35</sup>. Alicia comenzó a actuar en el movimiento de agitación que se desplegó a través de la rama femenina de los círculos cívicos universitarios, agrupados para militar la candidatura de Juan Perón en las elecciones de 1946.

Yo lo conocí [a Cooke] en 1946; él ya era diputado y tuvo que dar una conferencia en el centro de estudios que dirigía Ricardo Guardo. No lo volví a ver hasta 1955. El 16 de junio, después de la masacre en la Plaza de Mayo, yo lo busqué para ponerme a su disposición; estaba segura de que él era hombre de pelea. Recién lo encontré 5 días después del 16 de

---

<sup>35</sup> El 17 de octubre de 1945 se produjo una gran movilización popular en la Plaza de Mayo, en búsqueda de la liberación del coronel Juan Perón detenido unos días antes.



septiembre, gracias a José María Rosa," (PANORAMA,1971).

El Centro Universitario Argentino, que condujo Ricardo Guardo, fue fundado el 5 de diciembre de 1945 con la asistencia de 300 universitarios y universitarias, y contó con la palabra inaugural del propio Juan Perón. El centro funda la Secretaría Femenina, donde Haydeé Frizzi de Longoni busca integrar a las mujeres universitarias con las de extracción gremial, en un acto que se llevará adelante el 8 de febrero de 1946 en el Luna Park<sup>36</sup>. Se calcula que la manifestación congregó una asistencia de alrededor de 2500 mujeres, entre las cuales seguramente Alicia ocupó su lugar. Paralelamente, en ese tiempo de agitación política, un gran número de encuentros y actividades proselitistas se realizaron en las casas de destacados intelectuales, ligados a la figura del caudillo peronista. Como fue el caso de Ernesto Palacios, escritor nacionalista reconocido desde los años veinte, y miembro de

---

<sup>36</sup> El Centro Universitario Femenino organizó secretarías femeninas en todas las facultades, centros de profesoras universitarias, secundarias, normales y especiales, desde las cuales se llamaba a las mujeres a afiliarse. El centro presentó una proclama de apoyo a la candidatura de Juan Perón, en donde se mencionaba la urgente necesidad de obtener derechos políticos a las mujeres. La actividad fue la primera convocatoria masiva, cuando además intentó dar sentido a la unión de los sectores intelectuales y obreros dentro del movimiento. Recordemos que esta misma premisa vuelve a retomarse, tres días después de la elección, el 27 de febrero de 1946, cuando Eva Perón asume una actitud de liderazgo frente a la organización de mujeres, admitiendo que "se está en deuda con la mujer argentina", marcando un punto de inflexión en este proceso de estructuración de la política femenina.



la Comisión Directiva de la Revista del Instituto de Estudios Históricos “Juan Manuel de Rosas”. donde Alicia se reunió en más de una oportunidad con John Cooke para hablar de sus afinidades respecto al pensamiento nacionalista, el revisionismo histórico y la política nacional.

Luego del triunfo electoral del peronismo, el 23 de febrero de 1946, Alicia se doctoró en Letras y asumió un compromiso mayor con el gobierno en el poder. Juan Perón, el candidato del Partido Laborista (alianza electoral que también integraron la Unión Cívica Radical “Junta Renovadora” y partidos independientes), lideró una amalgama frentista, que rápidamente mostró sus desequilibrios internos. Forzando una reestructuración partidaria cuando asumió el gobierno, el 4 de junio de 1946.

### **3 La más joven de las diplomáticas (1947-1948)**

El objetivo de configurar un Partido Peronista que unificase las vertientes heterogéneas del frente electoral llegó en enero de 1947, estableciendo una carta orgánica que representó la distribución interna de poder entre las distintas fuerzas peronistas. Un hecho inmediato de ese compromiso institucional surgió cuando los laboristas continuaron creando centros cívicos femeninos, para ampliar la democracia interna y establecer acuerdos ligados a los sucesos del año



anterior. Con la Federación Argentina de la Mujer Peronista, la estructura organizativa tendiente a fortalecer la lucha sufragista del peronismo, cuyo acto inaugural contó con la presencia de Eva Perón, se marcó el rumbo de cómo se estructuraría el movimiento de mujeres peronistas (BARRY, 2014). Luego de su gira europea hasta finales de agosto, Eva Perón se dispuso a consolidar la rama femenina dentro de la reorganización creciente que sufrió el partido peronista, gestando una masiva manifestación frente al Congreso Nacional en reclamo del sufragio femenino, que se llevó adelante el 9 de septiembre de 1947, bajo los cánticos femeninos: “Uno, dos, tres, ¡que se vote de una vez!”- (BARRANCOS, 2002). Una movilización que fue replicada en distintas plazas provinciales con el mismo impulso y la misma determinación para estas mujeres que reclaman su derecho de ciudadanía plena. Ese día la Cámara de Diputados de la Nación convirtió en Ley el voto femenino, luego que el 21 de agosto del año anterior el proyecto presentado por el Poder Ejecutivo fuese aprobado en el Senado de la Nación. En fin, la promulgación de la Ley 13010 llegó recién el 23 de septiembre de 1947, coronado por otro gran acto popular donde las mujeres fueron protagonistas, y Eva Duarte comenzó a desplegar su oratoria como dirigente popular, representando a las mujeres que defienden sus derechos.



En medio de ese clima re organizativo para el partido peronista en el poder, Alicia tras egresar de la facultad, concursó un cargo diplomático que la llevará a Gran Bretaña. Junto a quien será su primer marido y el padre de su único hijo, Pedro “El Rengo” Catella. Se suele considerar que esa relación sentimental comenzó a mediados de los años cuarenta, en pleno apogeo de la agitación universitaria del peronismo. Más concretamente se sabe que estos grupos de militantes universitarios se reunían en la cervecería *Adam* del barrio porteño de Retiro, donde Alicia conoció a quien sería su primer marido, cercano a la sede de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires donde ella estudió (DELEIS, DE TITTO, ARGUINDEGUY, 2001).

Como segunda secretaria en la Cancillería Argentina, que estuvo dirigida por Juan Antonio Bramuglia, Alicia se transformó en la más joven diplomática en cumplir servicios en el extranjero, tal como lo hace notar la prensa internacional (SEOANE, 2014). Como funcionaria con categoría “G” dentro de la carrera diplomática se dispuso a cumplir tareas en la Embajada Argentina en Londres, capital de Inglaterra, un tiempo después de concluida la gira europea de la cada vez más célebre esposa del líder peronista (según se detalla en el periódico *Democracia* que realizó un amplio seguimiento de las actividades de Eva Perón en Europa) (VÁZQUEZ, 2010).



En ese contexto de política activa hacia el sufragismo femenino en el país, Alicia se marcha al extranjero con la firme convicción de cumplir un rol estratégico para el gobierno peronista. De tal manera lo detalla en una carta de febrero de 1947, según la cual anudó su profesión diplomática a una pasión política, que tanto la conmovió en aquellos años de grandes transformaciones en el país. Particularmente se sabe que su corto paso por la Embajada en tierras británicas quedó asociado a tareas de cooperación científica y al esfuerzo por nacionalizar los ferrocarriles, hasta allí en manos británicas. En concreto, a días de este hito histórico para la lucha femenina en Argentina, Alicia partió en el buque Highland Chieftain, que zarpó de Buenos Aires el 4 de octubre de 1947. En este recuerdo, sigue su casamiento por iglesia el 9 de febrero de 1948 en Marylebone, en el centro londinense. La prensa británica señaló que se casaba “la más joven de las mujeres de la diplomacia del mundo” (SEOANE, 2014).

La pareja diplomática se instaló en la calle 59 Hayde Park Gate en South West London. Sus tareas se centraron en acercarse a un grupo de científicos alemanes, que estaban internados en las universidades de Oxford y Cambridge, con lo cual ella dictó algunas conferencias para hacerse de ese



ambiente universitario británico<sup>37</sup>. Sin embargo, esas tareas no avanzaron producto de la crisis matrimonial que sufrió y a partir de la cual regresó al país para retomar su vida. Fue de mucha utilidad una medida adoptada por la ONU en aquel período, según la cual las personas con lazos matrimoniales no podían ejercer funciones en la misma sede diplomática.

Su regreso al país se produjo el 18 de septiembre de 1948, retornando desde el puerto de Highland Monarch, en un buque de la compañía Royal Mail. Llegó al país en octubre de ese mismo año, con un embarazo avanzado, dando a luz a su único hijo, Pedro Gustavo, el 22 de noviembre de 1948 en la Escuela Naval Militar de la obra social del Servicio Exterior. Volvió a vivir con sus padres, en la calle Castro Barros 1134, en la casa de su juventud del barrio porteño de Boedo. La separación legal de su primer marido se produjo un tiempo después, gracias al conjunto de conquistas femeninas de aquel gobierno peronista (divorcio vincular y patria potestad

---

<sup>37</sup> Según una entrevista realizada en 2020, por la autora a su hijo, Pedro Gustavo Catella, el objetivo dispuesto por Juan Perón y Eva Duarte era atraerlos para que condujeran en Argentina el desarrollo de la Ciencia y la Tecnología. Aparentemente, los éxitos de esa iniciativa pueden medirse en la incorporación de estos científicos europeos al desarrollo del avión a reacción “Pulqui II” (diseñado en Argentina por el Instituto Aerotécnico y construido por la Fábrica Militar de Aviones), la industria militar de la localidad de Villa María, en la provincia de Córdoba, y la industria nuclear en la localidad de Bariloche, en la Provincia de Río Negro. Pero además sus logros estuvieron también destinados al proceso de nacionalización de los ferrocarriles y todo lo relativo al intercambio comercial con los empresarios ingleses (SEOANE, 2014).

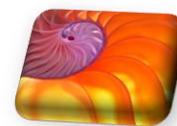


compartida), pero que también le costó al peronismo un distanciamiento con la iglesia católica, parte explicativa de la conjunción de fuerzas opositoras que llevaron a su caída en 1955 (BELLOTA, 2019: 239)

#### **4 Una latinoamericanista en el primer peronismo (1949-1950)**

La vuelta al país, como madre soltera de un niño pequeño, la llevó a establecer varios intentos de incorporación al derrotero intelectual, que acompañó la dinámica política en favor del gobierno peronista. Entre otras orientaciones la más destacada estuvo en la editorial de la Revista *Sexto Continente*, desde el punto de vista de la construcción política de Alicia por aquellos años, el resto de sus compromisos siguieron ligados a la militancia universitaria, en su desempeño docente y a la publicación de varias obras de sola autoría, que también generaron una enorme influencia en el círculo intelectual en el que se movía y desde el cual intentó disputar sentido con la Revista *Sur*.

Para reconstruir estos años de fuerte compromiso intelectual con el peronismo en el poder, es necesario adentrarnos en el significado que asumió la Revista *Sexto Continente*, en cuanto a la recomposición de una visión latinoamericanista del peronismo. Para Alicia fue un proyecto ambicioso, mucho más siendo mujer, que le brindó un lugar en



la órbita de la intelectualidad cercana al peronismo. Si bien la revista no fue un órgano oficial del partido, tuvo publicidad oficial por parte del gobierno provincial del coronel Perón. El objetivo político de la publicación quedó reflejado desde el inicio

Los hombres y mujeres que editan SEXTO CONTINENTE parten de esta premisa que la América Latina constituye, por sí, un continente indiviso y perfectamente diferenciado, cuyo porvenir inmediato es el de gravitar considerablemente como unidad económica y como ente espiritual en los destinos del mundo contemporáneo. El objetivo esencial de esta publicación es el de apurar el proceso de esa gravitación que, por ser histórica y tener su propio ritmo, nada ni nadie podrá alterar. Queremos, simplemente, ordenar y encauzar esa corriente, hacerla aflorar a la superficie, estimular los contactos primarios y establecer nuevas normas de intercambio y convivencia entre esa ideal familia de naciones que un enorme abrazo oceánico mantiene unida en tierra firme, desde la Antártida hasta el Caribe (El Sexto Continente, N. 1, p. 3)

Más allá de esta ambiciosa tarea en el universo intelectual del peronismo heterogéneo y, por momentos, contradictorio, como señala Martínez Gramuglia, la revista pregonó una integración que pretendió barrer con esas condiciones objetivas de producción diversa e incluso contradictoria. La propulsión para hacer congeniar distintas tradiciones intelectuales con una misma doctrina que sirviese de órgano estructurante para la militancia del peronismo fue,



en los hechos, más la pretensión de definirlo y no tanto de defenderlo (MARTÍNEZ GRAMUGLIA, 2015: 369).

En este sentido, la publicación se combinó con sucesos propios del Instituto de Investigaciones Históricas “Juan Manuel de Rosas”, donde también estuvo incorporada Alicia, institución que proveyó buena parte de la colaboración escrita que fue destinada a la revista (SAZBÓN, 2015). Las propuestas revisionistas de la revista y la intención de construir un ideario cultural, que agrupe el cúmulo de tradiciones intelectuales del peronismo, llevaron a este grupo de escritoras y escritores a parangonarse con la Revista *Sur*<sup>38</sup>.

Otro elemento que destacó la presencia de Alicia en la editorial fue la ausencia de escritoras en ese impulso político que tuvieron estos círculos de intelectuales. Seguramente, es una muestra más del sexismo todavía imperante en el que Alicia se destacó como escritora y editora. Observable en el escaso número de mujeres colaboradoras entre los debates políticos, económicos y teóricos que la revista llevó adelante. Una limitación que se vuelve más profunda cuando Alicia abandona la dirección editorial de la publicación en 1950, tal

---

<sup>38</sup> La Revista *Sur* surgió como publicación en 1931 y dos años más tarde como editorial. Su fundadora, la escritora Victoria Ocampo, ideó un enlace con la intelectualidad argentina y mundial entre las décadas de 1930 y 1970, cuyas posiciones fueron contrarias al fascismo europeo y su prolongación, según su propio criterio, de la experiencia peronista en Argentina.



vez para dedicarse más intensamente a sus obras escritas (*Dios y el mundo* de 1950, *El canto de la tierra inicial* en 1949, *Poemas del siglo XX*, *Aquí entre magias y espigas*, y *El talud descuajado*, obras muchas de ellas publicadas por la Editorial Sexto Continente) (Caruso, 2020).

### **5 La ciudadanía peronista de las mujeres (1951-1955).**

Cuatro años después de la promulgación de la ley de voto femenino se hace efectiva la conquista del derecho al sufragio para las mujeres en Argentina (VALOBRA, 2010). En ese sentido, la Carta Orgánica del Partido Peronista Femenino establece que las estructuras organizativas están desarrolladas a partir de las “unidades básicas femeninas”, si bien algunas de estas estructuras continuarán llevando el nombre de “centros cívicos” o “ateneos” (BARRY, 2016), pero fundamentalmente con la militancia dispuesta por Eva Duarte para las delegadas censistas que recorrieron todo el país aspirando a una agitación a favor del peronismo. Para tomar dimensión del fenómeno en el aumento de la participación femenina en aquellos años, se pueden mencionar la creación de 3500 unidades básicas femeninas en todo el país.

Sin embargo, este impulso femenino comienza a decrecer tras el renunciamiento de Eva Perón a la candidatura a la vicepresidencia, en una elección que finalmente



consiguió hacer efectivo el derecho al sufragio para las mujeres y además contar con un número inédito para la región de representantes parlamentarias (23 diputadas y 6 senadoras nacionales, y otro número importante de legisladoras provinciales). Cabe mencionar que a este retroceso se le suma la amenaza golpista de la cual Eva Duarte tomó nota, intentando la formación de células insurgentes para la defensa del peronismo que no se constituyeron hasta años después con la proscripción. Hacemos referencia al intento de Golpe de Estado producido el 23 de noviembre de 1951, cuando miembros del Ejército, la Marina y la Aeronáutica al mando del General retirado Benjamín Menéndez intentaron derrocar al gobierno de Juan Perón (POTASH, 1980)

Con la precipitada muerte de Eva Perón, en el Segundo Plan Quinquenal del peronismo, la política adquiere otros objetivos: aumentar la producción agrícola, sostener el autoabastecimiento de combustibles y fomentar la industria pesada. Un tiempo de repliegue que se suma a las denuncias de corrupción que se le imputan a los funcionarios peronistas y a estallidos de un terrorismo incipiente como el sucedido con las dos bombas puestas por comandos civiles, y que provocan la muerte de 7 personas y varios heridos.

Frente a la ofensiva opositora, la respuesta de los sectores radicalizados del peronismo no se hace esperar. Se incendian



locales de la oposición, y comienza un derrotero de enfrentamientos que no llega a apaciguarse ni ante la amnistía de presos políticos que el gobierno determina finalmente. De tal manera, la conquista del divorcio vincular y la separación de la iglesia de la educación son los detonantes de un aglutinamiento de los frentes opositores que se levantan el 11 de junio de 1955, cuatro días antes de la matanza realizada en el centro porteño, que tuvo por objeto el asesinato de Perón.

En estos años de enfrentamiento del peronismo con la oposición, Alicia se refugió en sus tareas académicas, como profesora de la Universidad Nacional de La Plata y la Universidad Nacional de Rosario, continuando a su turno con su participación en el Instituto de Investigaciones Históricas, destinada a un revisionismo que tuvo poco tiempo para consolidarse (GIORGI, VILA, 2019), producto de la embestida golpista que expresó sus objetivos y alcances políticos con la masacre de Plaza de Mayo en junio de 1955.

### **6 La conspiradora para la rebelión (1955-1957)**

Para Alicia fue profundamente conmocionante el alcance de los objetivos políticos que la oposición golpista estaba dispuesta a poner en juego. La violencia descarnada que mostró la acción militar en el mediodía del 16 de junio de 1955 activó en ella un compromiso militante de carácter



insurreccional, que había estado dormido desde que Eva Perón comprendió la profundidad de la respuesta frente a esa ofensiva opositora en 1951<sup>39</sup>. De tal modo, renunció a su vida académica y familiar para embarcarse en un tiempo de clandestinidad y prisión. Las bombas que la aviación naval arrojó contra una población desarmada en la Plaza de Mayo fueron el marco en el cual abandonó la comodidad de una intelectual no encuadrada con el partido para orientarse en la defensa del peronismo en riesgo.

Para llevar adelante este nuevo compromiso se reencuentra con John Cooke, quien como representante del peronismo porteño comenzó a ocupar un lugar de influencia antes del golpe civil-militar que se desató finalmente el 16 de noviembre de 1955. Alicia en carne propia vivió la violencia represiva del régimen dictatorial, que destituyó a Perón, provocó su exilio<sup>40</sup> y proscribió al peronismo. En este tiempo, las

---

<sup>39</sup> Existe documentación epistolar que avanza en esta dirección, admitiendo la preocupación de Eva Duarte ante el avance golpista fallido del 25 de noviembre de 1951, al considerar la formación de células insurreccionales en defensa del régimen de gobierno. En este contexto, John Cooke como interventor porteño del partido, el 11 de agosto de 1955 le hizo conocer a Perón la propuesta de conformar milicias militantes, obreras y políticas para frenar el golpismo en ciernes (LENGUITA, 2020: 212)

<sup>40</sup> Con Perón en su exilio forzado que comenzó en Paraguay, luego en Venezuela y República Dominicana, llegando finalmente a España como destino definitivo en los años de proscripción. En tales condiciones se estructura una conducción clandestina, dificultada por la comunicación y por la persecución de dirigentes



mujeres adquirirán un rol destacado en la organización de la Resistencia Peronista (CENTURIÓN, 2007), cuando la consigna de Perón llegó a ser “cada casa peronista será una unidad básica” (DOS SANTOS, 1983: 80). El 1ro de diciembre de 1955 se proscribió el Partido Peronista en sus dos ramas: masculina y femenina. Si bien la expresión más absurda e irritante de la proscripción se expresó el 9 de marzo de 1956, con el decreto 4161 que señaló lo siguiente:

Se consideraba específicamente violatoria de esta disposición la utilización de la fotografía, retrato o escultura de los funcionarios del régimen depuesto, el de sus parientes, las expresiones peronismo, peronista, justicialista, tercera posición, la abreviatura P.P., las fechas exaltadas por el régimen depuesto, las composiciones musicales o fragmentos de las mismas, denominadas Marcha de los muchachos peronistas, Evita capitana, las obras o fragmentos de las mismas, del presidente depuesto y de su esposa. (DOS SANTOS, 1983, pp. 78-79).

Tras el golpe civil-militar de 1955, comenzó el periplo de Alicia en cárceles y comisarías, como el de otras tantas mujeres peronistas que sufrieron la política de desperonización de la Revolución Libertadora (CASTRONUOVO, 2016), y como registra el alza en el número de detenidas del Archivo Histórico y el Museo del Servicio Penitenciario Bonaerense (GORZA, 2014). En el caso de Alicia, la primera detención ocurrió el 19 de octubre de 1955 por 24 horas. Sin embargo, el 26 de noviembre volvió a ser apresada e incomunicada, esta vez por orden del Poder Ejecutivo Nacional, imputada por el delito de



“conspiración para la rebelión”, de la cual sería sobreseída posteriormente<sup>41</sup> (Carta al Sr. ministro del Interior Dr. Carlos Alconada Aramburu, Buenos Aires, marzo de 1957, Fondo Cooke-Eguren, BN). Sin embargo, una semana después, el 28 de noviembre<sup>42</sup> es trasladada a la cárcel de mujeres del Buen Pastor, en la calle Humberto Primo 378, en el barrio porteño de San Telmo. Y finalmente en enero de 1956 es destinada a su traslado final en su cautiverio a la Penitenciaría de Lisando Olmos, a nueve kilómetros de La Plata, Provincia de Buenos Aires. De este último traslado pudo saberse que fue dispuesto por el Poder Ejecutivo, firmado por Pedro Aramburu (una medida que le permitirá después, el 7 junio de 1957, ser expatriada por medio del Decreto 4320/57).

---

<sup>41</sup> El sobreseimiento llegó el 15 de noviembre de 1956, según el Decreto Ley 20622/56. documentada en la “Situación carcelaria de la Dra. Alicia Eguren, Fondo Cooke-Eguren, BN), donde se describe la situación legal.

<sup>42</sup> Según una entrevista realizada por la autora a su hijo, Pedro Gustavo Catella, como Alicia estaba en la clandestinidad, excepcionalmente concurrió a la casa familiar en el barrio de Boedo, para ver a su hijo porque cursaba un postoperatorio y quería conocer su estado de salud. En la medianoche, un destacamento conjunto de infantería de Marina y el Ejército, comandado personalmente por el General Juan José Uranga, irrumpió la casa, buscándola. Anteriormente los militares habían rodeado la manzana y amenazaban con volarla si no salía del domicilio. Alicia intentó fugarse por los techos de las casas linderas. Al atraparla, la arrastraron con violencia en presencia de sus familiares, trasladándose en un camión del Ejército a la sede del Servicio de Inteligencia Naval, donde comenzó el primero de los muchos interrogatorios.



En la prensa militante del peronismo en la clandestinidad, titulada “La Dra Eguren desde la Cárcel”, Azul y Blanco, Buenos Aires, 31 de octubre de 1956, se ofrece una explicación política al ensañamiento represivo sobre Alicia Eguren. Dándose como razones para su detención: una “vaga acusación de peligrosidad, basada en su supuesta capacidad organizativa”, como se establece en la mencionada publicación. Pero, la aclaración para sus simpatizantes sostiene que está siendo castigada por su compromiso doctrinario, y señala la publicación clandestina “el daño de ser una conductora nata y el pueblo la sigue como tal”. Produciéndose así un proceso de liderazgo de Alicia en la clandestinidad y la presión según la cual la prensa clandestina manifiesta “ese pueblo que la salió a defender, la necesita hoy más que nunca, la recuerda constantemente y la ha elevado a la categoría de símbolo”. Según refieren a ella como “una alta exponente de la intelectualidad argentina, que al producirse el caos en el que se debate la Patria, salió a defender la doctrina justicialista y a organizar el movimiento de liberación” (“Doctora Alicia Eguren. Alicia de la Patria. Prisionera de la Revolución,” Boletín N. 154, Buenos Aires, 3 de abril de 1956, Fondo Cooke-Eguren, BN). Las manifestaciones de la Resistencia Peronista, en plena detención de Alicia, hacen ver cómo dejó de ser un cuadro intelectual del peronismo para transformarse en una referente política del movimiento. Ella misma expresaba que “[l]o único

---

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



que lamento de esta cárcel es que mi acción de resistencia haya sido tan breve (apenas dos meses) aunque, como le explicará J., fructífera resultó” (Carta de Cri-Cri (Seudónimo de A. Eguren) a la querida amiga del pueblo, 24 de mayo de 1956, Fondo Cooke-Eguren, BN).

En esas condiciones carcelarias, supo imponer su voz para orientar la reorganización del peronismo en la resistencia<sup>43</sup>. En cuanto una de sus principales exponentes, tuvo participación en los primeros comandos armados, recordando así la posición de Eva Duarte en 1951 ante las manifestaciones golpistas de sus opositores. Las tensiones y enfrentamientos de la dirigencia reprimida para establecer las bases de la reorganización política en ese tiempo de resistencia peronista, también se manifestó en la rama femenina del partido, tal como quedó expuesto en el documento: “Preparación de las mujeres para la lucha”, señalando que “a todas las mujeres que han trabajado en estos últimos tres años en la vigencia del peronismo”, se informa

---

<sup>43</sup> Su protagonismo en este tiempo de incertezas la llevó a oponerse a la estructuración del Manifiesto fundacional, donde como señala se omiten los nombres de Leloir y Cooke, entre otros dirigentes. En concreto, si bien Cesar Marco y Cooke fueron quienes idearon el Comando Nacional Peronista como estructura para organizar la Resistencia Peronista, su formalización recién en febrero de 1956 a través del Manifiesto, solo estuvo firmado por Marcos y Raúl Lagomarsino (CICHERO, Marta. *Cartas peligrosas*. Buenos Aires: Planeta, 1992, 151-163. El “Manifiesto” ha sido reproducido en BASCHETTI, Roberto. *Documentos de la resistencia peronista*. 1955-1970. Buenos Aires: Puntosur, 1988, pp. 50-54.



la organización de cuadros de la rama femenina, que serán conducidos por “un miembro del Comando Táctico o una mujer que actuará como presidenta” (EGUREN, 1957).

Más concretamente, las propuestas de Alicia ordenadas por el Comando Táctico, son rechazadas por Delia Parodi, antigua responsable de la rama femenina del partido, denunciando la maniobra ante Perón, y oponiéndose abiertamente a las atribuciones que Alicia se tomaba en relación con la reorganización de las estructuras femeninas, fuertemente desmanteladas por la represión (Carta de Delia Parodi a Perón, Buenos Aires, 7 de julio de 1958, Archivo John Cooke, CeDinCi). Dichos enfrentamientos internos no sólo mellaron el liderazgo de Alicia dentro del sector femenino, sino que con ello eclipsaron también a la figura del propio Cooke, su compañero<sup>44</sup>.

### Consideraciones Finales

En el escrito se estudian los años liminares del compromiso político de Alicia Eguren con el peronismo, incluso abordando

---

<sup>44</sup> Tal como sucedió a partir de la creación del Consejo Coordinador Superior (CCS) en septiembre de 1958. Y más aún la participación de ambos en la toma del Frigorífico Lisandro de la Torre al año siguiente, terminaron de debilitar sus prerrogativas en la dirección de la Resistencia Peronista, y signó el comienzo de su exilio a Cuba



el tiempo de consagración del liderazgo de Juan Perón antes del levantamiento popular que lo puso en el centro de la escena política con el gobierno militar de 1943. Además, se considera su participación en el tiempo de agitación para la campaña electoral de 1946 y el alcance de las estructuras femeninas de la militancia universitaria de la que participó. Además, se registran los años de estadía en el extranjero, como funcionaria de la Cancillería Argentina en Gran Bretaña, y su protagonismo como la más joven funcionaria diplomática en el mundo. La vuelta al país fue consecuencia de la separación del padre de su único hijo, y la disposición para retomar una carrera académica, desde donde desplegó su aporte a la doctrina peronista asociada a una mirada latinoamericanista del proceso político.

En ese derrotero, se inicia la década del cincuenta, y se vuelve efectiva la conquista de la ciudadanía femenina con las elecciones de 1951, pero también es un año de alza en la conflictividad social con los sectores opositores al gobierno peronista, que realizan una serie de manifestaciones fallidas pero ligadas al levantamiento militar y actos de violencia callejera. En ese contexto es la propia Eva Perón, quien sostiene la necesidad de la configuración de células insurreccionales que actúen en defensa del peronismo. Una orientación que volverá a cobrar vigor tras la violencia



descarnada desatada por la Aviación Naval sobre población civil desarmada en junio de 1955.

A partir de esa masacre comienza para Alicia una etapa insurreccional, plagada de momentos represivos, clandestinidad y prisión. En esos años también logró atesorar gran parte de su presencia política dentro del peronismo, ampliando su base de sustentación y desplegando un caudal de liderazgo que le permitió incursionar en alternativas para organizar la rama femenina en los tiempos de Resistencia Peronista, iniciados tras el golpe civil-militar desatado en setiembre de 1955. Sin embargo, ese liderazgo insurreccional para las mujeres que se suman a las filas del peronismo en la clandestinidad encuentra rápidamente detractoras entre las mujeres que ocuparon lugares prevalecientes en el Partido Peronista Femenino, luego de la muerte de Eva Perón. Más bien, estos enfrentamientos sobre el rol de la militancia femenina en tiempos de proscripción son producto de miradas encontradas dentro de las líderes, poniendo en evidencia diferencias generacionales, pero sobre todo de interpretación del proceso político en curso y sus alternativas ideológicas.

### Referencias

AZUL Y BLANCO. **La Dra. Eguren desde la Cárcel**, Buenos Aires, 31 de octubre de 1956.



BARRANCOS, Dora. **Inclusión/Exclusión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002

BARRY, Carolina. De centros cívicos a unidades básicas: claves del devenir de las organizaciones de base política en un partido carismático (1946-1955), **Polhis**, Año 9, núm. 18, julio-diciembre, 2016. Disponible en: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/74974/CONICE\\_T\\_Digital\\_Nro.dbb4e539-9aa3-4a8e-9490-33f1a3a5947a\\_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/74974/CONICE_T_Digital_Nro.dbb4e539-9aa3-4a8e-9490-33f1a3a5947a_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

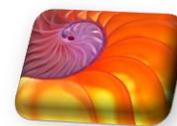
BARRY, Carolina. El peronismo femenino: la precuela (1945-1949). **Documento de Trabajo N.547**. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2014. <https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/547.pdf>

BASCETTI, Roberto. **Documentos de la resistencia peronista, 1955-1970**. Buenos Aires: Puntosur, 1988.

BIANCHI, Susana. **Peronismo y sufragio femenino**: la Ley electoral de 1947. Buenos Aires: Anuario IEHS 1, 1986. Disponible en: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1986/009%20-%20Bianchi,%20Susana%20-%20Peronismo%20y%20sufragio%20femenino,%20la%20ley%20electoral%20de%201947.pdf>

BELLOTTA, Araceli **El peronismo será feminista o no será nada**, Buenos Aires: Galerna, 2019.

CARUSO, Valeria. “Del nacionalismo a los causes de la izquierda peronista. Un recorrido por la trayectoria política e intelectual de Alicia Eguren durante la proscripción del peronismo, **Izquierdas**



49, junio 2020: 827-847. Disponible en: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/izquierdas/v49/0718-5049-izquierdas-49-44.pdf>

CASTRONUOVO, Sabrina. El rol de la Revolución Libertadora en el encarcelamiento de la militancia femenina peronista (1955-1958). **Revista Historia del Derecho** N. 51, enero-junio, 2016, pp. 49-71. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896113>

CATELLA, Pedro Gustavo. Entrevista de la autora. Junio 2020

CENTURIÓN, Ana Josefina. Las mujeres en la resistencia peronista. Sentidos y representaciones. En M. C. BRAVO, F. GIL LOZANO y V. PITA (Comp.). **Historia de luchas, resistencias y representaciones. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX**. San Miguel de Tucumán: EDUNT, 2007

CICHERO, Marta. **Cartas peligrosas**. Buenos Aires: Planeta, 1992.

DECRETO 20622/56. **Situación carcelaria de la Dra. Alicia Eguren**, el 15 de noviembre de 1956, Fondo Cooke-Eguren: BN.

DELEIS, Mónica; DE TITTO, Ricardo; ARGUINDEGUY, Diego. **Mujeres en la Política Argentina**, Buenos Aires: Aguilar, 2001.

DOS SANTOS, Estela. **Las mujeres peronistas**. Buenos Aires: CEAL, 1983

EGUREN, Alicia. **Carta al Sr. ministro del Interior Dr. Carlos Alconada Aramburu**, Buenos Aires, marzo de 1957, Fondo Cooke-Eguren, BN

EGUREN, Alicia. **Carta de Alicia Eguren a John William Cooke**, Fondo Cooke-Eguren: Biblioteca Nacional, 1957



EGUREN, Alicia. **Carta de Cri-Cri (Seudónimo de A. Eguren) a la querida amiga del pueblo**, 24 de mayo de 1956, Fondo Cooke-Eguren, BN

EGUREN, Alicia. **Alicia de la Patria. Prisionera de la Revolución**, Boletín N. 154, Buenos Aires, 3 de abril de 1956, Fondo Cooke-Eguren, BN

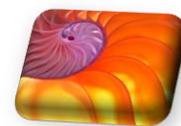
EGUREN, Alicia. Preparación de las mujeres para la lucha, s/f, Fondo Cooke-Eguren, BN

GIORGI, Guido. VILA E., Un caso desafiante de profesionalización: las redes de la sociología argentina entre 1940 y 1955, **Temas Sociológicos** N. 25, pp. 125-155.

GORZA, Anabella. Participación política de las mujeres en la Resistencia peronista: entre la permanencia y el cambio (1955-1962), **VIII Jornadas de Sociología** de la UNLP, La Plata, 2014. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev4334>

LENGUITA, Paula. Alicia Eguren: la conspiradora de la rebelión. Abismo, clandestinidad y cárcel para una mujer irredenta del peronismo, 1955-1957)", **La resistencia de las mujeres en gobiernos autoritarios: Argentina y Brasil (1955-1968)**, Buenos Aires: CEIL, 2020. Disponible en: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/wp-content/uploads/2020/11/4-Lenguita-Mujeres-opositoras.pdf>

MACRI, Ana. **Ana Carmen Macri, mi biografía política**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón, 2006.



MARTÍNEZ GRAMUGLIA, Pablo. Las múltiples coordenadas de Sexto Continente. en **Ideas y debates de la Nueva Argentina. Revistas culturales y políticas del peronismo (1946-1955)**, Volumen II, La Plata: Ediciones EDPC, 2015.

PANORAMA. **Eguren de Cooke: Si Evita viviera sería montonera**, N. 222, Buenos Aires, 27 de julio de 1971

PARODI, Delia. **Carta de Delia Parodi a Perón**, Buenos Aires, 7 de julio de 1958, Archivo John Cooke, CeDinCi

POTASH, Robert. **El ejército y la política en la Argentina, 1928-1925. De Yrigoyen a Perón**. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

SAZBÓN, Daniel. Sexto Continente: una apuesta por una tercera posición latinoamericana en la cultura peronista. En PRISLEI, Leticia (directora) **Polémicas intelectuales, debates políticos**, Buenos Aires: WFFL, 2015.

SEOANE, María. Bravas. **Alicia Eguren de Cooke y Susana Pirí Lugones**. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

**SEXTO CONTINENTE**, Buenos Aires, julio 1949.

VALOBRA, Adriana. **Del hogar a las urnas. Recorrido de la ciudadanía política argentina, 1946-1955**. Rosario: Prehistoria, 2010.

VÁZQUEZ, Pablo. Escribe Eva Perón; Sus artículos en el Diario Democracia. **VI Jornadas de Sociología**, diciembre, La Plata. Argentina, 2010.



## CAPÍTULO 5

### ERA O HOTEL CAMBRIDGE E O PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA D@S REFUGIAD@S PELO DIREITO À MORADIA

Flávia Hardt Schreiner <sup>45</sup>

#### Introdução

*Era o Hotel Cambridge* é uma obra de arte protagonizada por mulheres brasileiras: Eliane Caffé, diretora do longa-metragem de produção nacional; e Carmen Silva, personagem real, líder da ocupação *Cambridge* e da Frente de Luta por Moradia (FLM). O filme, embora dirigido por Eliane, é de autoria coletiva, pois as mulheres estão por toda parte: na organização da vida do edifício, na política e na intermediação com órgãos governamentais, na criação de cidadãos e cidadãs (mães). O filme é representativo e dá visibilidade às presenças femininas como elemento

---

<sup>45</sup> Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Advogada e pesquisadora feminista. Contato: flavia.hardt@gmail.com. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5538666121663024>.



estruturador da obra, as quais lideram, conduzem, mediam e acolhem moradores.

A narrativa segue o cotidiano de uma ocupação no centro de São Paulo em uma obra abandonada que costumava ser um hotel requintado reservado à elite paulistana (Hotel Cambridge). Situado no primeiro quarteirão da Avenida 9 de Julho e inaugurado em 1951, o hotel cessou suas atividades em 2002. De acordo com Carla Caffé<sup>46</sup> (2016), o prédio foi ocupado dez anos depois, em 2012, pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), abrigando cerca de 140 famílias depois de um intenso trabalho de limpeza coletiva dos moradores, os quais removeram aproximadamente quinze toneladas de lixo dos mais de duzentos quartos e espaços coletivos do prédio.

O longa estabelece uma narrativa de 99 minutos sobre duas grandes questões sociais: o direito à habitação e ao espaço urbano e a ausência de proteção Estatal aos estrangeiros refugiados e/ou imigrantes. A obra estreou em 2016 e assinam o roteiro Luis Alberto de Abreu, Eliane Caffé e Inês Figueiró. A produção coletiva é da Aurora Filmes em união

---

<sup>46</sup> Carla Caffé é arquiteta e foi diretora de arte do filme objeto deste artigo. Carla também é irmã de Eliane Caffé.



com um grupo de estudantes de arquitetura da Escola da Cidade e com o MSTC (CARLA CAFFÉ, 2017).

Este trabalho investiga as possibilidades políticas da estética do cinema engajado<sup>47</sup>. *Era o Hotel Cambridge* é um filme de protagonismos femininos locais, na vida real e na ficção. Como plano principal, enunciam-se as mulheres como orientadoras da narrativa, do trabalho técnico e da ocupação, e questiona-se sobre as possibilidades ontológicas que elas inauguram no encontro de alternativas para o exercício do direito à cidade. O marco teórico escolhido advém de teorias feministas que propõem o combate das opressões em uma rede de articulação conjunta, em especial, da pedagogia feminista de Luz Maceira Ochoa.

No filme, os elementos da ficção e da realidade são externalizados através da própria produção, que mescla atores profissionais e personagens reais, os quais retratam um fato histórico, mas também cotidiano, com pinceladas de aventura ficcional. Jacques Rancière (2012) tem escrito sobre

---

<sup>47</sup> As discussões conceituais sobre “cinema militante” ou “cinema engajado” são inúmeras e profícuas. Neste trabalho, utilizam-se os conceitos como sinônimos para identificar diferenças estéticas nessas narrativas que objetivam um diálogo profundo e um debate popular que pauta transformar a realidade social e política ao seu entorno. As referências a essa temática também apontam o movimento das revoluções de Maio de 68, mas em um recorte latino-americano proposto por Mariana Villaça (2002), identifica-se que na década de 1960 vários cineastas propuseram a criação de um novo cinema original, marcado por uma identidade própria frente à influência europeia e norte-americana, tendo como projeto a reflexão sobre problemas sociais locais a fim de despertar o debate sobre o papel da arte frente a esse contexto.



a mistura entre os gêneros das artes como um movimento hodierno: obras que propõem variações a partir de lugares fluidos criam um campo de experimentações mescladas e reconfiguram as características das experiências audiovisuais.

A obra possui a linha documental, pois só se faz possível a partir de um encontro com a realidade de brasileiros, brasileiras e de migrantes, revelando uma história escondida desde um processo de invisibilização. No entanto, também disfarça uma ficção que permite à diretora Eliane percorrer, através da metalinguagem, as possibilidades emancipadoras<sup>48</sup> das artes dentro da arte. A título de ilustração, no filme documental estão presentes elementos fictícios, trechos de outros filmes, encenações teatrais, dentre outros elementos. Ora, não há obra ou imagem “pura” que resista em uma contemporaneidade marcada pela dissolução das fronteiras,

---

<sup>48</sup> Emancipar-se, nesse contexto e, de modo geral, significa exercer o direito genuíno de liberdade e de autonomia, em um sentido de equiparação/igualdade de cidadãos e cidadãs em uma sociedade política. Não se restringe, portanto, a uma inclusão minimamente dignificante de indivíduos historicamente excluídos de participarem e de usufruírem dos bens produzidos no contexto social. A emancipação sintetizaria a ideia proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007b) de uma “demanda por uma sociedade boa” (SANTOS, 2007b, p. 2). Este artigo toca na temática dos Direitos Humanos, mas em um sentido amplo, não restrita ao próprio direito, visto que este, não pode ser emancipatório ou não-emancipatório, pois essas características pertencem aos movimentos, organizações e aos grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar suas lutas adiante (SANTOS, 2007b, p. 71). Dessa forma, é o resultado da disputa de interpretação desses direitos que pode classificar uma ação em emancipatória ou não.



pois “Na verdade, o cinema é uma multidão de coisas” (RANCIÈRE, 2012, p. 14).

A própria arte existe como fronteira instável. Classificar um filme como clássico, político, crítico ou *blockbuster* é limitar a possibilidade do efeito estético, pois “o cinema é arte contanto que seja um mundo em que aqueles planos e efeitos que se esvaem no instante da projeção precisam ser prolongados, transformados pela lembrança e pela palavra que tornam o cinema um mundo compartilhado bem além da realidade material das projeções” (RANCIÈRE, 2012, p. 15).

Resultado do efeito da operação, da projeção das narrativas contadas e da montagem de imagens, é o duplo caráter político da obra: sensorial e social. A proposta do filme é de ampliar o espaço das personas ali retratadas, de encadear suas ações como modelos de reivindicação pelos direitos à cidade e à moradia, despertando expectadores e expectadoras para a política. É o cinema político em uma dupla compreensão:

[...] a política como aquilo de que trata – a história de um movimento ou de um conflito, a revelação de uma situação de sofrimento ou de justiça – e a política como estratégia própria de uma operação artística, vale dizer, um modo de acelerar ou retardar o tempo, de reduzir ou ampliar o espaço, de fazer coincidir ou não coincidir o olhar e a ação, de encadear ou não encadear o antes e o depois, dentro e fora (RANCIÈRE, 2012, p. 121).



## 2 Metodologia

A pesquisa deste artigo é bibliográfica, documental e empírica. No recorte empírico, de acordo com Laurence Bardin (2009), a metodologia de análise de conteúdo da obra fílmica realizou-se por escolha temática (BARDIN, 2009, p. 121), na seguinte sequência: (a) momento de análise prévia do filme com realização de anotações e registros sobre roteiro, elenco, entre outros dados, bem como com a identificação do tema principal do filme; (b) momento em que se explorou o material, com reanálise da película, selecionando-se cenas mais relevantes à temática e que seriam expostas no artigo; (c) momento analítico em que ocorreu a transcrição das cenas eleitas, a identificação dos sentidos e o diálogo entre os temas/cenas do filme e a literatura selecionada.

Postula Manuela Penafria (2009) que a aplicação da análise de conteúdo implica, em primeiro lugar, na identificação do tema do filme; em segundo lugar, na elaboração de um resumo da história e, por fim; em efetuar a decomposição da obra, destacando-se cenas pertinentes para a discussão proposta (PENAFRIA, 2009, p. 6).

Em adendo a essa introdução que também define o procedimento metodológico, o artigo, na sua primeira parte, tece algumas reflexões sobre os direitos à cidade e à moradia, bem como a respeito do complexo legislativo, das heranças



sociais-históricas e das iniciativas políticas relativas ao debate. A atenção é direcionada também para a situação dos refugiados, refugiadas e de imigrantes.

Em um segundo momento, realiza-se a análise de conteúdo e demonstra-se que os temas expostos em um primeiro momento dialogam com a narrativa do filme. A narrativa das mulheres presentes na obra fílmica é analisada nos âmbitos interno (do roteiro) e externo (do contexto de filmagem). Indaga-se, nesta etapa, sobre as possibilidades ontológicas das mulheres que protagonizam a obra, do *cast* ao *crew*, em desenvolver narrativas de luta pelos Direitos Humanos. Outrossim, questiona-se se elas inauguram o encontro de alternativas ao exercício do direito à moradia. Por fim, tecem-se breves considerações finais que sintetizam a etapa de análise fílmica.

### **3 Contextualização dos direitos**

#### **3.1 O direito à moradia**

A obra audiovisual percorre a geografia da cidade de São Paulo em que as políticas públicas destinadas ao acolhimento de refugiados são relativamente recentes. A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) foi criada em 2013 no primeiro ano da gestão de Fernando Haddad (PT).



O município de São Paulo é o “resumo do mundo”, com seus bairros de estrangeiros e seu cosmopolitismo cultural. Esses fatores explicam o crescente número de solicitações de refúgio no Município que subiu de 138 para 3.105 no período bianual de 2013/2014 (COSMÓPOLIS, 2017). Essa crescente demanda não foi acompanhada de assistência social na mesma velocidade. Dessa forma, para muitos imigrantes e refugiados, as ocupações consistem em alternativas paralelas de adaptação e de integração com a cidade.

Ocupar é um movimento de resistência, de não apenas passar pelo mundo, mas de ficar e não se resignar, de apropriar-se de espaços negados, de ressignificar os espaços públicos e os espaços ociosos. Essas ações insurgentes em defesa do direito à moradia estão presentes em várias regiões nacionais e são distintas, embora possuam pontos convergentes. O que elas pautam é a efetivação e a distribuição de bens jurídicos, ações já previstas em uma gama de legislações que tutelam o direito à habitação e os que se relacionam com ele, como o direito ao loteamento urbano, ao parcelamento do solo, à usucapião coletiva, dentre outros. Ademais, o direito à cidade está descrito de forma expressa no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), no art. 2º que dispõe sobre o direito a cidades sustentáveis.



A Constituição Federal, bem como o referido Estatuto, garantem o direito à habitação e ratificam que prédios vazios não cumprem sua função social, além de consistirem em um custo social enorme ao desperdiçarem infraestrutura urbana. O Brasil registrou em 2019 um *deficit* habitacional de 5,876 milhões de moradias, segundo dados apresentados pela Fundação João Pinheiro (2021). Os conflitos sobre a propriedade privada, a mercantilização do solo, a divisão social do trabalho, a especulação imobiliária, dentre outros problemas sociais, assustadoramente atualizam-se e intensificam-se na contemporaneidade. O movimento jurídico de constitucionalização do direito privado<sup>49</sup> não impediu que o direito da propriedade, ainda que abandonada, se sobreponha, em muitos casos, ao direito à moradia digna.

Como defende Renata Moreno (2015), o direito à moradia adequada compreende mais do que um lugar para morar: engloba a segurança de posse; as condições de habitabilidade que são os espaços adequados e protegidos

---

<sup>49</sup> Também denominado como Neoconstitucionalismo ou ainda Constitucionalismo Contemporâneo, de acordo com Streck (2017), é uma corrente teórica que entrecruza as instâncias jurídicas público-privada, em que as fronteiras jurídicas entre o público e o privado mesclam-se. O núcleo subjacente ao direito privado vincula-se à perspectiva fundada na dignidade da pessoa humana, fortalecendo-se a dimensão moral e principiológica do direito, bem como os direitos existenciais. O valor da pessoa humana torna-se o princípio que orienta essa nova doutrina e ocorre uma quebra do paradigma liberal, individualista e positivista. Neste contexto, as noções de autodeterminação e diferença ganham destaque.



do frio, da chuva e ameaças à saúde; a disponibilidade de serviços e infraestrutura como saneamento básico, água potável, coleta de lixo e energia; e a localização considerando o acesso ao emprego e a equipamentos públicos de educação e saúde.

Conectada ao direito social à habitação, mas com uma amplitude conceitual que advém da sociologia, é a definição do “Direito à Cidade”. Esta terminologia ganhou visibilidade mundial com a inclusão do conceito na Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU). Henri Lefebvre foi seu autor, o qual, em 1969, escreveu sobre a necessidade de reapropriação das cidades pelas pessoas que nelas vivem. De acordo com Renata Moreno (2015), este direito também é o direito à vida urbana, a lugares de encontros e mudanças, aos ritmos de tempo que permitam o uso pleno dos momentos e dos lugares e é também um direito de transformar a cidade a partir das reais demandas das comunidades locais.

O direito à cidade é um direito coletivo, que se realiza no espaço urbano, sendo a sua efetivação dependente da superação da lógica de expansão do capital e da propriedade privada individual como norma. Defende a autora (MORENO, 2015) que os feminismos, ao visibilizarem a interdependência entre as esferas da reprodução e da produção, do privado e do público, podem contribuir para a



reapropriação da cidade pela diversidade das pessoas que nela habitam.

Há muito tempo o feminismo revela que a polarização entre público e privado e as dicotomias em geral que seguem essa lógica, como cultura/natureza, razão/emoção e produção/reprodução, tem o sentido político e ideológico de esconder as conexões e as continuidades existentes entre cada um destes polos. Esse ocultamento sempre se dá sobrevalorizando um polo em detrimento do outro. Este outro é onde se concentra a identificação com as mulheres (MORENO, 2015).

As cidades estão em disputa e desafiar o direito à cidade em sua dimensão coletiva perpassa a construção do espaço desde a experiência das mulheres em várias esferas da vida e passa pela formação de suas subjetividades, pelas relações sociais e pelas dinâmicas do trabalho, da organização dos espaços e dos ritmos de vida (MORENO, 2015).

Por um lado, as cidades capitalistas, racistas e patriarcais nos socializam no consumo, na violência, nas desigualdades e no estresse. Por outro, as práticas do cotidiano pelas quais a vida se sustenta, se reproduz e é vivida também criam aprendizados, afetos e resistências que nos humanizam frente ao mercado que nos trata como coisas. O trabalho doméstico e de cuidados realizado todos os dias, de forma remunerada ou não, é um nexos que une esses dois lados. O feminismo revela que os seres humanos não são totalmente independentes, que este é um



mito que esconde a enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado que as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida (MORENO, 2015, p. 45).

No capitalismo, o espaço público foi historicamente legitimado como o lugar de realização da política, da cidadania e da economia, enquanto as atividades necessárias para a reprodução cotidiana da vida ficaram restritas ao espaço doméstico, espaço privado com a responsabilidade atribuída às mulheres (MORENO, 2015). Assim, o feminismo defende o retorno e a permanência das mulheres nos espaços negados, ou, como o feminismo comunitário propõe, o retorno das mulheres à comunidade para o seu equilíbrio, abrindo um espaço para igualdade de lutas e pensamentos, de acordo com Julieta C. Paredes e Adriana Guzmán (2014).

O feminismo comunitário boliviano, em atuação desde 2001, dialoga com os povos originários, com tendências feministas autônomas, indígenas e com os movimentos populares e ensina que o conceito de comum é uma categoria política, que a comunidade é um grande corpo e que sua unidade permite superar o modelo individualista das sociedades, podendo-se criar comunidades igualitárias em qualquer lugar e contexto. É nessa perspectiva de comunidade que o espaço da ocupação *Cambridge* se desenvolve, conforme será analisado.



## 4.2 Os direitos de imigrantes e refugiad@

Hodiernamente, a intransigência, as políticas de austeridade, o desprezo pela democracia e o fascismo social são, segundo Santos (2017b), sintomas que se instalam em um país como o Brasil, que atualmente enfrenta de forma precária a pandemia mundial<sup>50</sup>. Setores conservadores continuam criminalizando os movimentos sociais e o legado histórico nacional racista, xenofóbico e colonial revela os conflitos migratórios e as disputas urbanas pela cidade como seus resultados.

Em qualquer uma das formas de que se reveste, o fascismo social é um regime caracterizado por relações sociais e experiências de vida vividos debaixo de relações de poder e de troca extremamente desiguais, que conduzem a formas de

---

<sup>50</sup> De acordo com a OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde (2021), em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus (SARS-CoV-2) que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, termo que se refere à distribuição geográfica de uma doença e reconhece que existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Apenas no Brasil, de acordo com dados apurados pela Gazeta do Povo (NÚMEROS, 2021), até o dia 07 de dezembro de 2021, foram 22.157.726 casos confirmados da doença e 616.018 mortes no país em razão de complicações decorrentes da doença.



exclusão particularmente severas e potencialmente irreversíveis (SANTOS, 2007b, p. 42-43).

Essas formas de exclusão operam a construção das hierarquias étnicas, raciais, de classe, de gênero e dos modos de vida, e podem ser vistas como simultâneas e contemporâneas à constituição de uma divisão internacional do trabalho marcada por relações assimétricas entre economias de centro e periféricas, sendo este um dos fatores que desencadeia processos de imigração ou, no caso de perseguições ou grave e generalizada violação de direitos humanos, de solicitações de refúgio. De acordo com Mariângela Nascimento, “o fluxo migratório, a mobilidade do trabalho e a reprodução do capital são fatos da vida contemporânea que surgem em condições de estreito entrelaçamento” (NASCIMENTO, 2017, p. 118). A autora também ressalta que:

O esgotamento do modelo fordista de produção e os conflitos provenientes das mudanças do modo de acumulação flexível do capitalismo impulsionaram, como já referimos, a regulamentação do processo migratório com medidas restritivas, adequando a fase de esgotamento do Estado social de inspiração neoliberal, ao negar muitos direitos básicos de proteção à vida. No caso do Brasil, é fácil encontrar muitos\as imigrantes em situação de desamparo, tornam-se força de trabalho superexplorada, por muitas vezes em situação de trabalho escravo, seja o\la migrante regular ou irregular. Muitas empresas, principalmente de vestiário e construção civil, têm usado as condições de irregularidade dos\as



imigrantes para se beneficiar da força de trabalho deles\as, explorando-os\as como mão de obra barata. Mesmo aqueles\as em situação legal, mas socialmente vulneráveis, são alvo da superexploração. Portanto, não é diferente a situação do Brasil em relação à realidade migratória global (NASCIMENTO, 2017, p. 123).

Se os direitos à habitação digna e à cidade não são uma realidade da maioria da população brasileira, tampouco o são de estrangeiros imigrantes. Para Eliane Caffé (2017), o elo entre os brasileiros desprovidos de teto e os refugiados é “a falta de moradia, a falta do cumprimento do direito a um lugar seguro e estável para equilibrar a alma e a família e suportar o caos cotidiano” (CAFFÉ, 2017, p. 235).

Em uma conjuntura de crescente xenofobia, racismo, discriminações e diversas espécies de intolerâncias contra imigrantes e refugiados, são recorrentes os questionamentos sobre como mudar esse quadro que se concentra cada vez mais nos países latino-americanos. Hoje, de acordo com o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2019), 41% dos refugiados que vivem no Brasil já sofreram algum tipo de discriminação. O dado é do “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”.

É importante ressaltar o contexto de criação do ACNUR, a qual foi fundada em período posterior à Segunda Guerra Mundial com a missão de auxiliar os europeus refugiados que



se encontravam em situação de fuga ou desalojados em seus países. Hoje, o ACNUR funciona também como um órgão de controle migratório. O desenvolvimento exponencial da crise sanitária do Covid-19 no Brasil demonstra essa característica do ACNUR, a qual intensificou suas medidas de vigilância, pois o controle do surto pandêmico depende da cooperação internacional.

A política migratória no país revelou-se historicamente restritiva e voltada ao ideal da segurança nacional, cultura reforçada por um instituto jurídico que gerou uma discriminação institucionalizada. A lei que ilustra essa tendência é o próprio Estatuto dos Estrangeiros (Lei 6.815/80) que, segundo Mariângela Nascimento (2017), deixou como herança a ideia de que o imigrante, além de supostamente ameaçar a soberania, seria uma ameaça ao desenvolvimento dos nacionais (quanto à empregabilidade, aos recursos etc.). Interessante notar que a Lei 6.815/80 surgiu em um contexto histórico marcado pela Ditadura Militar<sup>51</sup> e tem por foco essa postura protecionista como resposta do regime político,

---

<sup>51</sup> Nesse contexto histórico também estava em plena vigência a Guerra Fria, a Operação Condor e a Lei de Segurança Nacional, sendo necessária a contextualização da temática que não cabe a este artigo. Para aprofundamento do tema, consultar o artigo "Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980" de Marcia Anita Sprandel (2015). Marcia demonstra a interpretação do estrangeiro como uma ameaça de acordo com discursos parlamentares analisados e do próprio conteúdo legislativo, em uma tradição legal que remonta ao Império.



podendo-se observar tal inclinação ideológica logo nos primeiros artigos da Lei.

No entanto, apesar do contexto histórico exposto, o Brasil foi o pioneiro da América do Sul na regulamentação da proteção aos refugiados, pois, de acordo com Liliana Lyra Jubilut (2007), foi o primeiro país da região a aprovar a Convenção de 1951<sup>52</sup> e a aderir ao Protocolo de 1967<sup>53</sup>. Ademais, foi o primeiro a elaborar uma lei nacional específica sobre refugiados (a Lei Federal n.º 9.474/97).

Com a Constituição Federal de 1988, com a difusão da teoria dos Direitos Humanos e, principalmente, a partir da Lei

---

<sup>52</sup> É o principal documento internacional de proteção aos refugiados, celebrado sob a égide da ONU, por meio da atuação do ACNUR e aprovado na Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e de Apátridas de 28 de julho de 1951. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954. Este diploma foi elaborado entre os anos de 1948 e 1951 e teve em seus trabalhos preparatórios inúmeras divergências fundadas em questões político-ideológicas. A Convenção de 1951 previa a possibilidade de uma reserva geográfica, pois refugiados seriam tão-somente as pessoas provenientes da Europa, região palco da Segunda Guerra Mundial. A existência desta limitação geográfica é decorrência da pressão dos Estados europeus que se sentiam prejudicados com a enorme massa de refugiados em seus territórios. Ademais, possuía uma reserva temporal: somente eram considerados refugiados as pessoas perseguidas em período anterior a 1951. Vinte e cinco Estados optaram pelas hipóteses mais restritas, inclusive o Brasil. Outro ponto do texto sujeito a críticas é o fato de ela somente se preocupar em classificar como motivos para o reconhecimento do status de refugiado a perseguição em função da violação de direitos civis e políticos, ignorando os direitos econômicos, sociais e culturais. Por fim, a Convenção de 51 não garante o direito de asilo *lato sensu* consagrado no artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), dispositivo mencionado no preâmbulo, mas não como uma obrigação no seu texto como faz a Convenção Americana de Direitos Humanos (1948) (JUBILUT, 2007, p. 83-84).

<sup>53</sup> Com esse instrumento foram levantadas as cláusulas temporal e espacial da Convenção de 1951, abrindo-se caminho para a aplicação integral do regime de proteção das pessoas refugiadas.



n.º 9.474/97 (Estatuto dos Refugiados) proposta no primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), surge uma política migratória no país. Nesse período inaugura-se o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério de Justiça e que segue as práticas da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ainda que com certos limites, busca-se minimamente, a partir desse período, uma política inclusiva e de respeito aos refugiados, nos ensinamentos de Liliana Lyra Jubilut (2007).

Alguns desafios sobre os deslocamentos forçados de pessoas foram respondidos legalmente com a ampliação do conceito de refugiado, compilado e implementado pela Lei 9.474/2017 e com a adoção do princípio do *non-refoulement* (ou não devolução), o qual significa que o indivíduo perseguido não pode ser devolvido (JUBILUT, 2007, p. 17).

O conceito legal de refugiado (Lei 9.474/2017) contempla todo indivíduo que: devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; ou ainda, que



devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

No que tange às iniciativas relacionadas à ampliação desse conceito, duas merecem destaque: (1) a crescente preocupação com os deslocados internos<sup>54</sup> e (2) o aparecimento de “refugiados ambientais<sup>55</sup>” (JUBILUT, 2007, p. 164).

Existiu, portanto, uma transição entre os dois Estatutos (o do Estrangeiro, que defende uma “política do inimigo”, e o dos Refugiados, que abarca a dimensão dos Direitos Humanos). Essa transição foi resultado de um processo político interno no país, redesenhado pela abertura democrática e pela superação do utilitarismo/autoritarismo dos regimes ditatoriais dos anos 30 e 60. No entanto, os resquícios de uma política voltada à soberania nacional com um discurso tecnocrático e despótico ainda estão presentes e são representados nos modos de intervenção internalizados nas instituições, como,

---

<sup>54</sup> Pessoas que, por forças alheias às suas vontades, tiveram que deixar seus lares, a fim de proteger suas vidas e que buscam proteção para evitar os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações de direitos ou de catástrofes, e que não tenham cruzado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida (JUBILUT, 2007, p. 164).

<sup>55</sup> Pessoas que fugiram de suas casas em razão de mudanças ambientais que tornaram suas vidas ameaçadas ou insustentáveis. O termo foi cunhado em 1985, mas foi apenas recentemente reconhecido, sobretudo com recentes desastres ambientais, como o tsunami na Ásia e o furacão Katrina nos Estados Unidos (JUBILUT, 2007, p. 169).



em muitos casos, na atuação do poder executivo que por vezes revela uma falta de coordenação entre os setores.

Posteriormente, o Estatuto dos Estrangeiros de 1980 foi inteiramente revogado pela Lei n.º 13.445/2017 (Lei de Migração). Essa nova legislação visa uma proteção dos migrantes, tanto que o art. 3º estabelece os princípios e diretrizes da política migratória e o 4º estabelece os direitos do migrante. Ao migrante ainda é garantida, no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Apesar de a Lei de Migração ser bastante progressista no que diz respeito à garantia dos Direitos Humanos das pessoas migrantes como a garantia aos imigrantes detidos nas fronteiras de contar com a defensoria pública e da proibição da deportação imediata pela Polícia Federal, os vetos presidenciais à lei na época representaram perdas em temas importantes como a livre circulação de indígenas em áreas fronteiriças e como a não aprovação da anistia para imigrantes sem documentação de identificação.

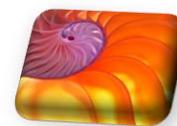
O Estado é o local no qual os Direitos Humanos são passíveis de serem exercidos e o pressuposto deste exercício é a cidadania, a qual, por sua vez, somente pode ser realizada dentro do Estado, nos termos do seu conceito clássico. O ser



humano, se privado deste estatuto político, vê-se privado de sua qualidade substancial: ser tratado pelos outros como um semelhante (JUBILUT, 2007, p. 52).

Portanto, o conceito de cidadania é fundamental na análise da situação de refúgio e deve ser interpretado sob dois motes: do dever e do direito. No seu aspecto passivo, alia-se ao conceito de contrato social, ocasião em que os sujeitos são regulados pelo Estado e deveriam viver de acordo com a organização estatal. No aspecto ativo, os cidadãos são agentes sociais, possuem a prerrogativa de participação efetiva na condução da *res publica*. A cidadania equivocadamente relacionada apenas aos direitos políticos e tradicionalmente circunscrita ao país, possuindo na sua abrangência uma limitação fronteira, a partir das reflexões desde uma dimensão global dos Direitos Humanos, passa por um processo de reformulação.

Muitos autores e autoras buscam caracterizar essa progressiva desnacionalização da cidadania como cidadania global, principalmente através dos estudos sobre um Estado transnacional, sobre aspectos do constitucionalismo que seriam globais (como os direitos fundamentais) e sobre a própria crise das atuais democracias e a necessidade de torná-las profundas e inexoráveis. Segundo Santos (2007), a potência da ideia da cidadania universal e o caráter



incondicionalmente inclusivo de sua formulação abstrata falece no seu ponto de origem quando é utilizado em nome de interesses excludentes de um grupo social específico. Assim, de acordo com Santos, “para confrontar com o êxito o fascismo social e dar resposta às necessidades da sociedade civil incivil” devem ser construídos novos marcos: “o direito e a política da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo subalterno” (SANTOS, 2007b, p. 46).

Na sua longa história, cosmopolitismo significou universalismo, tolerância, patriotismo, cidadania global, comunidade global de seres humanos, culturas globais, etc. O que ocorre mais frequentemente quando este conceito é aplicado – seja como instrumento específico para descrever uma realidade ou como instrumento em lutas políticas – é que a incondicional natureza inclusiva da sua formulação abstracta tem vindo a ser utilizada para prosseguir interesses excludentes de um grupo social específico. De certo modo, o cosmopolitismo tem sido privilégio daqueles que podem tê-lo. A forma como revisito este conceito prevê a identificação dos grupos cujas aspirações são negadas ou tornadas invisíveis pelo uso hegemônico do conceito, mas que podem ser beneficiados pelo uso alternativo do mesmo. [...] O cosmopolitismo subalterno constitui, deste modo, uma variante de oposição. Da mesma forma que a globalização neoliberal não reconhece quaisquer formas alternativas de globalização, também o cosmopolitismo sem adjectivos nega a sua própria especificidade. O cosmopolitismo subalterno de oposição é uma forma cultural e política de globalização contra-hegemônica. É o nome dos projectos emancipatórios cujas reivindicações e



critérios de inclusão social vão além dos horizontes do capitalismo global (SANTOS, 2007, p. 19).

As lutas sociais digladiadas buscam, num dado momento, o direito, porque ele tem a capacidade de transformar uma reivindicação social em lei ou política pública. Os Direitos Humanos, então, são esses processos de luta, mais do que seus resultados. A inauguração de direitos vista como um processo intermitente reflete-se na nova Lei de Migração, que, apesar de delimitar os “velhos” conceitos, tal como a apatridia, traz em seu bojo a proteção e o objetivo de redução dessa condição (art. 26), demonstrando a importância da qualidade cidadã e de princípios regentes da ordem internacional como a dignidade da pessoa humana. A análise de conteúdo do filme a seguir demonstra que a conquista desses Direitos Humanos acontece também na via extralegal, nas ações cotidianas de reivindicação de autonomia e de dignidade.

### **5 Análise de conteúdo**

A dinâmica opaca e mascarada do filme que não se involucra estritamente na ficção ou na realidade, foi propositalmente estruturada em duas estratégias, segundo Eliane Caffé (2017): gravação de cenas fictícias e utilização de filmagens de atividades reais que o MSTC promoveu; além do



uso de outras produções cinematográficas, como *Blood in the Mobile* (Frank Piasechi Poulsen, 2010) e *A Chave da Casa* (Pascoal Samora e Stela Grisotti, 2009). Por exemplo, o universo ficcional do filme se utiliza das imagens reais de um despejo ao mesmo tempo que dissimula que tal despejo foi no *Cambridge*, o que não aconteceu (ELIANE CAFFÉ, 2017).

Sons que ecoam nos espaços amplos do prédio e um *travelling* sobre sua encanação precária marcam o início do filme que percorre o espaço inacabado de paredes sem reboco. A paisagem é de uma precariedade estrutural, mas a esperança é de melhoria e da concretude de um lugar que pode ser chamado de casa. O recorte e o clímax da obra apresentam-se através da expedição de um mandado de reintegração de posse do prédio com prazo de desocupação e os acontecimentos que se sucedem antes e durante o cumprimento desse mandado. Contextualizados os minutos iniciais da obra, passa-se a análise de conteúdo por temas.

### **5.1 A reapropriação da cidade e as possibilidades estéticas e concretas da obra audiovisual**

Um ponto de destaque da obra fílmica é a relação entre as pessoas e a propriedade, de uma forma geral. A atual mercantilização da vida e das cidades, segundo Renata



Moreno (2015) demonstrou, revela que a qualidade de vida nas cidades também se tornou uma mercadoria. Todavia, a forma de vida comunitária (e feminista) adotada dentro da ocupação, foge ao sistema capitalista, pois o conflito entre a lógica da sustentabilidade da vida (que prevalece na ocupação) e a lógica da acumulação do capital marca o cotidiano de diversas mulheres.

A fotografia do filme é impactante, enquadra o abandono e a esperança depositada na edificação, a expressa quantidade de quartos e andares do prédio, os tão importantes espaços coletivos e as características que tornam o local cosmopolita e seus cidadãos e suas cidadãs transglobais. O “cosmopolitismo subalterno” no filme seria um movimento de luta contra a exclusão social e é representada por brasileiros(as) e imigrantes refugiados(as) que estão reunidos(as) na causa comum do direito à moradia. A ocupação configura um universo pós-abissal (SANTOS, 2007), que propõe uma ruptura radical com as formas conhecidas de elaboração da política moderna.

O destaque desse artigo para o filme é a afetuosa e complexa organização interna da ocupação, considerando a multiplicidade de histórias envolvidas na narrativa. A película trabalha de forma a desconstruir o estigma conservador de uma ocupação desorganizada, com fins exclusivamente



políticos, ou temporária, pois eleva a estrutura colaborativa, a prática como autônoma e permanente, o discurso apartidário, a divisão estruturada de tarefas e a presença de intensa mão de obra física e intelectual necessária para manter o movimento de luta pela moradia ativo e em expansão.

O filme desenha o espaço da ocupação como o espaço do “comum”. Pensar a vida não sem formar uma comunidade em que cada pessoa é responsável pela própria libertação, mas também é responsável pela libertação de outras. Esse é um dos lemas do feminismo comunitário que propõe uma “comunidade de comunidades” como uma forma de organização do mundo, diversa da institucional presente nos Estados (PAREDES; GUZMÁN, 2014). Não há uma hierarquia, muito menos um autoritarismo na gestão e na condução das ações do movimento.

Carmen Silva incorpora esse movimento emergente. Sua presença radical tem como proposta uma dinamicidade entre os antigos e os novos integrantes, uma relação de interdependência e sustentabilidade em que, residentes mais experientes aplicam esforços para engrandecer o movimento a fim de dar continuidade à ocupação de mais prédios inservíveis, efetivando-se os valores constitucionais, os direitos fundamentais e as políticas de urbanização e habitação urbana a partir de um direito encontrado “na rua”, como



denomina-se o movimento que tem como representantes José Geraldo de Sousa Júnior (2015, p. 27) e Roberto Lyra Filho.

Na concepção *lyriana* do “Direito Achado na Rua”, ele emerge transformador dos espaços públicos, os quais permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática. A rua é um signo semântico que refunda o direito como expressão da liberdade, porque o direito em sua acepção material e subjetiva sintetiza uma afirmação histórica de postulados como liberdade e igualdade. Para essa concepção, o direito nasce na rua e se consuma pela reinvenção dos Direitos Humanos e dos “princípios de uma legítima organização social da liberdade” (LYRA FILHO *apud* SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 27).

Carmen, portanto, não representa de forma simplista a “fortalecida mulher negra” (a premissa da mulher guerreira que “aguenta tudo” é tão nociva quanto o seu oposto), ainda que sua liderança traduza o eixo da estrutura da organização. Ao longo da obra, as suas camadas sentimentais são reveladas. Ela expõe as emoções aos semelhantes, chora, vibra, aproxima-se quando se faz necessário, mas também mantém um espaço de distanciamento e clama pela racionalidade da comunidade. Nos momentos mais desafiadores, Carmen reafirmava que a união e o direcionamento do movimento representavam uma força



política, enquanto o desespero individual poderia engendrar um gatilho coletivo que colapsaria todo o movimento.

Uma cena memorável que ilustra a complexa articulação dos moradores desvenda-se em uma assembleia coletiva, coordenada por Carmen, a qual informa sobre a existência de uma ordem de despejo para desocupação do imóvel, sob pena de remoção forçada. Interessante notar que a direção de Eliane não esconde a presença de algumas câmeras de filmagens nessa cena, escolha que ratifica o fato de que Caffé transita nos limites entre a ficção e o documentário.

Atônitas, as pessoas ali presentes entram em desespero diante do mandado e os diálogos ganham um tom violento que representa as tensões internas entre as origens, etnias e raças que compõem aquele espaço. Apesar do desgosto manifestado de alguns nativos com a presença dos não brasileiros, a réplica de um refugiado palestino (Rassam) é nevrálgica quando afirma que, diante da ausência de direitos básicos e de uma vida digna, os natos ali presentes seriam os “refugiados brasileiros no Brasil”. O direito ao refúgio funde-se com o elemento da habitação, os desabrigados em condições semelhantes relativizam os choques culturais recíprocos, pois refugiados e trabalhadores de baixa renda compartilham da mesma ausência de classe: a da moradia digna.



O ato de despejar pessoas, no exemplo trazido pela obra, sem resolver o problema que forçou-as a essa situação, revela a emergência do ordenamento colonial e capitalista da apropriação e da violência. Essa situação foi enfrentada no filme desde uma perspectiva epistemológica alternativa e se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia, formando uma espécie de interconhecimento (SANTOS, 2007).

Carmen não poupa esforços ao longo da narrativa quando descreve em suas falas seus ideais do que seria uma moradia adequada com a segurança da posse, com a melhoria das condições de habitabilidade do prédio, com saneamento básico, coleta de lixo etc. Se para a ocupação a moradia é um direito, para o neoliberalismo como superestrutura econômica vigente é mercadoria, movimentando a economia e o crédito bancário sob o custo de uma gentrificação social. Em geral, a infraestrutura, os equipamentos públicos, as áreas verdes e espaços de lazer não estão distribuídos igualmente pela cidade, mas estão segregados e disponíveis para as pessoas de acordo com a sua renda e a sua raça (MORENO, 2015).

O filme demonstrou que a construção de uma cidade não representa apenas a materialidade do capital, mas as



peças, sua criatividade, suas culturas, os encontros e realizações. A arte e os elos solidários ressignificam os espaços como forma de enfrentamento cotidiano à mercantilização da vida. Na perspectiva de desmercantilização das cidades, a radicalização da democracia<sup>56</sup> é uma estratégia fundamental frente às decisões *lobbyistas*, as quais se contrapõe a participação popular e a gestão democrática e transparente da *res publica*. Assim, a ocupação Cambridge é um exemplo de exercício democrático e um contraponto ao modelo individualista, patrimonialista e alienado das cidades modernas.

Em um recorte cinematográfico da película, o personagem Rassam, refugiado, rememora o cenário de intensa disputa política da Palestina como um lugar hostil e inaugura um monólogo profundo em que lamenta ter “nascido exilado”, mas que na ocupação teria encontrado a “sua nação” e uma razão para viver. Frente à violência do

---

<sup>56</sup> No sentido de que a velha democracia está em crise. Segundo José Geraldo de Sousa Júnior (2018, s/p), velha é “a democracia liberal, censitária, patrimonialista, de elites que se arrogam a titularidade do político”. Os corpos congressistas que representam essa democracia não refletem, necessariamente, uma composição popular de ideais, ocasionando uma crise de representação. Ao pensar no limite da representação, Sousa Junior (2018, s/p) também afirma que “a urgência é a de radicalizar o experimento democrático e atuar politicamente para uma governança compartilhada que leve a uma contínua democratização da democracia”. Radicalizar a democracia significa, desse modo, não restringir as práticas democráticas ao instituto da representação, mas estendê-las a outras esferas de atuação e reforçar as já existentes, como as organizações comunitárias.



capital, racista e machista, é preciso construir uma comunidade e uma cidade segura onde os cuidados como práticas comuns e coletivas e a produção de afetos que subvertem o tratamento dos corpos e das pessoas como descartáveis sejam fomentados. A fala de Rassam ilustra que a ocupação retratada no filme pugna por um modelo a ser observado e aprendido como paradigma de comunidade e das relações humanas.

As soluções para os grandes problemas das cidades contemporâneas talvez apenas precisem de reconhecimento e de ampliação. O filme ilustra os saberes ecologizados, conforme Boaventura de Sousa Santos (2007) ensina, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo apenas um deles a ciência moderna) e, no filme, produzidos desde as ocupações. As cidades estão em disputa, pois o capital avança de forma violenta, mas existe a reapropriação cotidiana e criativa das cidades pelas pessoas. O filme indica algumas pistas para superar a lógica excludente do capital e colocar a sustentabilidade da vida no centro da organização dos espaços urbanos, pauta nevrálgica de muitas teorias feministas, com destaque para aquelas de orientação ecológica.



Outro legado possibilitado pela obra filmica refletiu em incrementos reais no espaço coletivo ocupado pelos moradores. Estudantes e a diretora de arte do filme, Carla Caffé, trabalharam a composição de arte do filme a partir de melhorias arquitetônicas para as famílias que moram na ocupação (CARLA CAFFÉ 2016). A produção mostrou-se comprometida concretamente com a própria narrativa que pauta por melhorias sociais. Essas ações concretas inauguradas pelas mulheres que compunham a equipe do filme, somadas ao imaginário social das lutas pela moradia caracterizam a potência da eficácia estética da arte, e ao mesmo tempo corrigem os vazios históricos quanto à presença da mulher no cinema, como criadora e protagonista.

O histórico da produção cinematográfica de Eliane Caffé (2017) ilustra sua preferência pela retratação de conflitos sociais e de disputas políticas entre classes. A diretora afirma seu envolvimento com uma forma de “cinema de resistência”, pois este é o estilo prevalecente da filmografia da cineasta, vista em seus longas *Kenoma* (1998), *Narradores de Javé* (2003) e *O Sol do Meio Dia* (2009).



## **5.2 Análise d@s refugiad@s Cambridge desde um horizonte teórico feminista para os Direitos Humanos**

Herança de um processo colonial no Brasil, a invisibilidade das demandas de certos corpos que ocorre na vida real são explicitadas no filme, o qual faz uma apresentação dessas pessoas, dentre elas, das pessoas em situação de refúgio. Muitas vezes, os refugiados sofrem um processo de discriminação propagado em um imaginário social racista, separatista e nacionalista, por meio de, por exemplo, reportagens sensacionalistas nos meios de comunicação, ao ponto de se crer que as pessoas em situação de refúgio não possam almejar nada além da satisfação de um mínimo existencial. Muitas vezes, nem mesmo os direitos fundamentais lhe são garantidos. O que vemos no filme, entretanto, são pessoas complexas retratadas, interessadas em tantos elementos, direitos e sonhos, muito mais amplos do que a simples necessidade de sobrevivência.

No filme, Ngandu representa um refugiado congolês e afirma certamente que, se por um lado, o Estado brasileiro abriga e propõe uma propaganda internacional amistosa para refugiados, na prática e no âmbito interno, não promove políticas públicas de inclusão social e de efetivação de direitos. Nesse sentido, Ngandu faz uma provocação sobre a “existência migrante” também do nacional quando este é



vulnerabilizado, tem sua dignidade extirpada e não detém os bens jurídicos mínimos que possibilitam sua participação ativa em sociedade.

Assim, ações educativas e de conscientização sobre a situação dos refugiados são necessárias e serão efetivas quando a promoção de educação, de cultura e de ações sociais possui diversas formas de instrumentalização. A sétima arte pode ser uma dessas ferramentas. Outrossim, a ocupação retratada na película ilustra a demanda por uma efetiva política de moradia e visa uma eficiente integração dos refugiados ao país (com emprego e renda, além da moradia), e não apenas uma regularização formal de sua situação garantida pelas legislações aqui citadas.

Ademais, a obra propõe uma hermenêutica interdisciplinar dos direitos de imigração e de moradia sob o manto dos Direitos Humanos como um processo em fluxo, atuante, que traz resultados na materialidade, que se realiza a partir de uma auto-organização. O filme indiretamente relativiza a matriz eurocêntrica, linear e formal da “origem” e posterior estruturação do eixo da teoria dos Direitos Humanos no Brasil, pois representa os corpos ausentes nas “narrativas oficiais” sobre a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

O olhar através das lentes de gênero dentro de uma matriz interseccional está presente no filme. É possível



identificar na obra o cruzamento das opressões de raça, etnia, gênero e classe. Esse exercício de considerar os impactos das discriminações utilizando-se a interseccionalidade como instrumento de análise permite uma melhor aplicabilidade de políticas públicas no campo dos Direitos Humanos, como afirmou Kimberlé Crenshaw (2002).

Carmen Silva reúne diversos desses elementos em seu próprio corpo: é baiana, negra, mãe de 8 filhos, retirante que dormiu nas ruas de São Paulo no início dos anos 1990, e que tornou-se líder do MSTC, um movimento que, ao buscar efetivar os direitos de pessoas das mais diversas nacionalidades e origens, torna-se afirmativo da pluralidade de corpos que ocupam as cidades.

Soma-se ao fato de que, além de representar a FLM, Carmen é uma mulher que ilustra uma autonomia feminista de ação, que, na descrição de Maria Galindo (2013), consiste em ser “protagonistas de una transformación social en la que no necesitamos del Estado, ni como legitimador, ni como intermedio de nuestras propuestas. Es eso lo que nos hace más peligrosas, más libres y menos controlables” (GALINDO, 2013, p. 18-19).

Carmen “(...) já não é um personagem de documentário acompanhado em sua atividade cotidiana, nem um personagem de ficção, mas uma pura figura nascida da



própria anulação dessa oposição que divide a humanidade em espécies diferentes" (RANCIÈRE, 2012, p.162). A importância da figura de Carmen no filme é justificada quando a personagem que interpreta nos dois mundos, real e ficcional, materializa o feminismo como uma ideia de combate a todas as opressões. Ela representa o combate às lógicas de opressão e de negação. Enquanto o primeiro opera na ação de um indivíduo sobre outro em relações desiguais de poder, o segundo age sobre os indivíduos à medida que negam o que sabem e negam sua capacidade de autorrepresentação.

Interpreta-se seu poder pessoal de articulação e sua condução do processo de ocupação e de vivência no hotel como um exemplo expansivo de iniciativas, movimentos ou organizações que se mostram resistentes à globalização neoliberal e à exclusão social e que lhe contrapõem alternativas.

Relativiza-se então a noção de direitos através desse documentário, reivindicando-se formas de ser e de lutar que não foram necessariamente garantidas no discurso das leis ou de mentes acadêmicas com pós-doutorado, de formais politólogas, mas certamente vividas no cotidiano. Destaca-se a necessidade de romper com os epistemicídios que definem os conhecimentos não teorizados como inferiores. A



abordagem pedagógica de Carmen nessa película posiciona seu conhecimento e dos demais moradores, não nega os saberes locais produzidos a partir de racionalidades sociais e culturais distintas, consistindo em uma verdadeira pedagogia feminista.

Destaco como un rasgo característico de la pedagogía feminista la transgresión como producto del aprendizaje. La pedagogía feminista es una pedagogía para soñar y realizar pequeñas y grandes revoluciones, que empieza con el ejercicio de pequeñas rebeldías y pretende hacer cambios radicales amplios (OCHOA, 2007, p. 3). [...] El “partir de sí” es significar la realidad, nombrar el mundo y responder las interrogantes a partir de la propia experiencia, representar al mundo para poder habitarlo y transformarlo, desarrollar un pensamiento que le dé coherencia a la propia vida, tener la autoría de la propia vida, una autoría centrada en el yo, en la génesis de cada persona individuada y libre (OCHOA, 2007, p. 7).

A pedagogia feminista reúne as relações de gênero e educação, laços que são antigos e remetem aos projetos de educação popular latino-americanos para mulheres do final dos anos 60 e início dos anos 70. Estas propostas são reproduzidas, ainda que acidentalmente, por diversas educadoras e dialogam com a filosofia da educação emancipatória de Paulo Freire (OCHOA, 2008). A pedagogia feminista, à semelhança do juízo freiriano, propõe uma construção coletiva de conhecimento e de planejamento social a partir dos saberes e vivências das pessoas envolvidas.



Considera-se a diferença de perspectivas, pois o processo educativo é horizontal e encontra-se aberto à contribuição de educandos. Métodos lúdicos e não ortodoxos são desejáveis como oficinas diversas, grupos de discussão, entre outros (OCHOA, 2008).

As relações sociais demonstradas na ocupação *Cambridge* demonstram algumas perspectivas sobre o ato do acolhimento e sobre as possibilidades de resistência de refugiados e refugiadas, considerando os fluxos culturais. No extenso campo dos Direitos Humanos, inserem-se os direitos culturais, que em uma doutrina tradicional são classificados como direitos de segunda geração (sociais/econômicos/culturais). Esses direitos consagraram-se internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que os qualificou como indispensáveis à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade (SCHREINER; ARAS, 2020).

A construção de um espaço de interação de culturas diversas na ocupação constituiu um instrumento de vivência, pedagogia, integração e interação entre moradores. A diversidade cultural do local foi muito bem trabalhada, por exemplo, pelas ações do personagem Apolo (atuação de José Dumont que também interpretou um pouco de si), um



professor de teatro que coordenava as atividades culturais do hotel, permitindo uma “produção do sonho” através da arte.

Nessas atividades, cada subjetividade era inserida no mesmo projeto artístico, operando-se uma comunicação entre linguagens diferentes e realizando-se uma tradução comum de cidadanias culturais. Favorece-se a desconstrução interna das relações opressivas, em busca de despertar nos indivíduos sua autonomia, sua vontade de se autodeterminar segundo suas convicções. Esse processo indica alguns elementos presentes na pedagogia feminista, os quais acionam a subjetividade humana:

[...] la subjetividad es un componente central de la pedagogía feminista em la medida que implica la formación de una determinada manera de pensar que permita la transformación de condiciones y prácticas opresivas y discriminantes, el abordaje de aspectos psicológicos que fortalezcan a las personas, o el conocer la trama personal y los significados que cada persona construye, a fin de favorecer el desarrollo de alternativas de cambio a partir de los sueños, emociones y deseos personales. [...]Se reconoce que las relaciones, instituciones y dispositivos de las relaciones opresivas han sido internalizados, incorporados al inconsciente, y se requiere trabajar a este nivel para su modificación. Sin embargo, la subjetividad, refiere no sólo a la emotividad, a los afectos, al inconsciente o a un conjunto de elementos psíquicos de la persona, sino también a un derecho (OCHOA, 2007, p. 9-10).

A personagem Gilda, interpretada por Suely Franco (atriz que publicamente já revelou ter vivenciado um

---

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



relacionamento abusivo na vida real), representa uma figura ilustre no filme: uma mulher brasileira na terceira idade que revela uma personalidade sensível e saudosista. Gilda interage com os imigrantes em um jantar, ocasião em que a diversidade gastronômica é gatilho para o diálogo entre os participantes da cena sobre suas memórias ancestrais e sobre as diferentes culturas que compunham a vida desses personagens.

O papel da ocupação diante dos integrantes também é a de ressocializar as pessoas que chegam na ocupação: estrangeiros refugiados, nacionais também migrantes e famílias vulnerabilizadas financeira e emocionalmente. Esses moradores conscientizam-se nesse espaço sobre o funcionamento do movimento social e sobre os direitos que não possuem na conjuntura em que estão inseridos, percebendo uma força discriminatória que busca defini-los como não-cidadãos na democracia liberal. Neste ponto, a obra ilustra uma ampliação do próprio conceito de cidadania. Em contraponto à cidadania universal relatada por Santos (2007), surgem outros modos de exercício cidadão, representados no filme pelos brasileiros e imigrantes refugiados que estão reunidos na causa comum do direito à moradia, os quais compõem um grupo de legítimos planejadores urbanos.



A variedade de expressões culturais que possui a ocupação *Cambridge* cosmopolitiza o saber derivado dos conflitos de classe que são a coluna vertebral da formação urbana das cidades. Esse cosmopolitismo direciona o movimento da FLP que tem como estratégia de luta, segundo Carmen Silva (2017) “ocupar espaços abandonados no Centro da cidade e, assim, atrair a atenção das autoridades para essas propriedades que não estão exercendo sua função social” (SILVA, 2017, p. 30). Os Direitos Humanos traduzidos no filme estão em uma direção que vai ao encontro dos postulados do cosmopolitismo subalterno cunhado por Santos (2007), convergindo, portanto, em uma proteção amplificada e material de migrantes e refugiados.

Na obra, observa-se uma proposta desse cosmopolitismo a partir de uma comunidade formada no hotel como um lugar de identidade semelhante, mas composta de pessoas com diferentes memórias e culturas, em que não há direitos exclusivamente individuais que não estejam em interação com a dimensão da alteridade.

Assim, a filosofia comunitária exibida na obra virtual reflete uma compreensão integrativa dos Direitos Humanos como proposta teórica material. A única definição que pode ser defendida é a que vê os Direitos Humanos além de um sistema de objetos, valores, normas, instituições: de ações,



práticas sociais e plurais que abram e consolidem espaços de lutas e que devem ser internalizadas no imaginário social.

Yolanda Sierra León (2014) exalta a contribuição da arte para reparação simbólica das violações de direitos e identifica dois efeitos estéticos: sensibilizante e transformador. O efeito sensibilizante sugere que a obra de arte é uma ferramenta cognitiva, didática e comunicativa e em um mecanismo empático propicia uma engenharia de solidarização.

De outro lado, o efeito transformador permite a modificação das condições de vulnerabilidade que desencadeiam as violações dos direitos, sendo necessário que a artista mergulhe nas condições sociais das pessoas que têm seus direitos negligenciados e contribua na formação de redes de resistência em que a arte é um meio para atingir esse objetivo (SIERRA LEÓN, 2014).

Eliane Caffé (2016) adota o cinema transformador e colaborativo. O processo artístico resultou, através das oficinas preparatórias da equipe e de atores que compunham o quadro de personagens não fictícios, na formação do Grupo dos Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST). A aproximação da produção com os refugiados foi o estopim de estímulo para a formação do GRIST.



Antes deste episódio, não havia um diálogo aprofundado entre os movimentos de moradores sobre a questão do refúgio. O GRIST, contemporaneamente, promove debates e palestras sobre refugiados e assuntos como a xenofobia, o racismo, dentre outras temáticas. Portanto, o cinema funcionou como propulsor de uma ação social emancipatória e deixou um legado de justiça social, não apenas simbólica, mas material.

### **Considerações Finais**

No presente artigo, destacaram-se as práticas e as produções culturais que visam possibilitar a construção de novas narrativas sobre os Direitos Humanos e sobre os protagonismos femininos na América Latina no campo do cinema. *Era o Hotel Cambridge* é um filme que destaca a importância das ações de mulheres brasileiras como Carmen Silva e as irmãs Caffé. As possibilidades políticas da estética de um cinema engajado demonstraram as práticas inauguradas desde a película, as quais favoreceram o desencadeamento de ações de reivindicação por direitos, tanto no campo da realidade (conquistas materiais para a ocupação *Cambridge*), quanto no campo simbólico reforçado pela narrativa, pautando-se alternativas para o exercício do direito à moradia e do direito à cidade. As mulheres do filme conduziram estratégias múltiplas, dentro e fora da narrativa,



configurando-se como práticas pedagógicas das teorias feministas.

O artigo dialogou com a narrativa do filme e através de uma análise de conteúdo de recorte temático, refletiu-se sobre os direitos à cidade e à moradia e também sobre a atual legislação referente à temática dos refugiados. Há uma situação de refúgio coletivo da ocupação *Cambridge* que unifica brasileiros e imigrantes na pauta comum do direito à habitação e da luta pela dignidade e pela condição de efetivação de suas cidadanias. A práxis da narrativa constitui, portanto, um movimento de luta pelos Direitos Humanos.

### Referências

ACNUR. Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil:** subsídios para elaboração de políticas. ACNUR, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edição 70. Lisboa: LDA, 2009.

CAFFÉ, Carla. **Era o Hotel Cambridge:** Arquitetura, cinema e educação. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.



CAFFÉ, Eliane. **Era o Hotel Cambridge**. Produtores: Rui Pires, André Montenegro, Edgard Tenenbaum and Amiel Tenenbaum; Aurora filmes, 2016, 99'.

CAFFÉ, Eliane. Construindo o filme Era o Hotel Cambridge. In: CAFFÉ, Carla. **Era o Hotel Cambridge: arquitetura, cinema e educação**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

COSMÓPOLIS (Org.). **Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos**. São Paulo: IRI-USP, 2017. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/eBook%20Cosmopolis.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, v. 172, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: Teoría y propuesta de la despatriarcalización**. La Paz: Editora Mujeres Creando, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

MORENO, Renata. **Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades**, p.43-74, In: MORENO, Renata (org). Reflexões e práticas de transformação feminista. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo,

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



v. 4, São Paulo: SOF, 2015. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista.pdf>>. Acesso em: 23 mar. de 2020.

NASCIMENTO, Mariângela. Imigração da Mulher Latina no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Universidade Federal da Bahia, v. 3, n. 1, Jan. - Abr. 2017, p. 115-136.

NÚMEROS do Coronavírus. Entenda o avanço da Covid-19 no Brasil e no mundo. **Gazeta do Povo**. Brasil, 31 dez. 2021. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

OCHOA, Luz M. **Una propuesta de pedagogía feminista: teorizar y construir desde el género, la pedagogía, y las prácticas educativas feministas**. Ponencia presentada en el “I Coloquio Nacional Género en Educación”. México, DF: Universidad Pedagógica Nacional – Fundación para la Cultura del Maestro, AC, nov., 2007.

\_\_\_\_\_. **El sueño y la práctica de sí**. Pedagogía feminista: una propuesta. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. OPAS [online]. Brasil, s/d. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 09 jul. 2022.



PAREDES, Julieta C.; GUZMÁN, Adriana A. El tejido de la rebeldía. Qué es el feminismo comunitario? Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad. Moreno Artes Gráficas, La Paz, 2014.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes-conceitos e metodologia(s). In: **VI Congresso Sopcom**, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **As distâncias do cinema**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, São Paulo, nov. 2007.

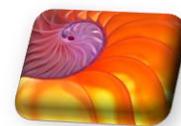
SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? Vitória: FDV; Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007b.

SCHREINER, Flávia Hardt. ARAS, Lina Brandão de. GÊNERO & DIREITOS CULTURAIS: ENSAIANDO CONEXÕES ENTRE MULHERES, ARTE E POLÍTICA. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 15, n. 37, set./dez. 2020, p. 235-253. Disponível em: <<http://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/215/83>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SIERRA LEÓN, Yolanda. Relaciones entre el arte y los derechos humanos. **Revista Derecho del Estado**. Universidad Externado de Colombia, n. 32, 2014, p. 77-100.

SILVA, Carmen. Entrevista: Carmen da Silva Ferreira, líder da Frente de Luta Por Moradia (FLM). In: CAFFÉ, Carla. **Era o Hotel**

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



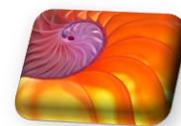
**Cambridge:** arquitetura, cinema e educação. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **É urgente radicalizar o experimento democrático, pois "mesmo que você se apoie em baionetas, você não pode se assentar nelas"**. Entrevista concedida a Vitor Necchi, Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU [online], s/p, out. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/583969-e-urgente-radicalizar-o-experimento-democratico-pois-mesmo-que-voce-se-apoie-em-baionetas-voce-nao-pode-se-assentar-nelas-entrevista-especial-com-jose-geraldo-de-sousa-junior>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **O Direito Achado na Rua:** Concepção e Prática. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de Hermenêutica:** quarenta temas fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

VILLAÇA, Mariana Martins. **América Nuestra.** Glauber Rocha e o cinema cubano. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 22, n. 44, 2002.



## **CAPÍTULO 6**

### **DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS**

Alayde Maria Pinto Digiovanni <sup>57</sup>

Marilene Proença Rebello de Souza <sup>58</sup>

#### **Introdução**

A América Latina e o Caribe, em meados do século XX, conduzidos pelo governo imperialista estadunidense, no contexto da Guerra Fria, constituíram diferentes regimes ditatoriais sob a égide de setores dos Exércitos Nacionais financiados por diversos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. O Brasil, de 1964 a 1985, vive uma Ditadura Civil-Militar que deixou marcas profundas na sociedade brasileira e, por não trazer à memória as atrocidades e assassinatos cometidos, expressa a dificuldade em reconhecer a violência exercida pelos órgãos de repressão estatais, abrindo caminho para distorções sobre os fatos ocorridos durante esse longo período da história brasileira. Neste trabalho, objetivamos desenvolver o debate acerca da importância da recuperação histórica destes períodos ditatoriais como

---

<sup>57</sup> Prof.<sup>a</sup> Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO; e-mail: alayde@unicentro.br.

<sup>58</sup> Prof.<sup>a</sup> Titular da Universidade de São Paulo/USP; e-mail: mprdsouz@usp.br.



contraponto ao esquecimento, aos riscos que a ignorância do vivido promove em países que não saldaram suas dívidas históricas com o desenvolvimento do bem comum e da democracia, como ocorre no Brasil. Para tanto, procuramos articular o contexto histórico, a trajetória de vida e as diferentes estratégias de enfrentamento realizadas na direção da superação do sofrimento decorrente da perseguição e violência impetrada pelo governo ditatorial do Estado brasileiro, bem como destacar as semelhanças entre a Ditadura Civil-Militar e a atualidade, analisando os processos de esquecimento individuais e coletivos, forjados intencionalmente, que promoveram as condições para uma consciência contemporânea alienada de si e da sociedade.

Visando nos aproximar um pouco mais da realidade dos fatos ocorridos no período a ser analisado utilizaremos de uma reconstituição histórica da experiência na prisão e do exílio de duas mulheres psicólogas, tendo como fonte entrevistas publicadas, escritos pessoais sobre o período e informações do Memorial da Resistência de São Paulo. O suporte teórico que escolhemos para esta análise centra-se na compreensão dialética marxista da memória e da história, de que o conhecimento do passado é a possibilidade concreta de projetarmos conscientemente o futuro de uma sociedade.



Iniciamos apresentando a reconstituição histórica da experiência na prisão e do exílio de duas mulheres graduadas em Psicologia, uma delas doutora em Ciências Médicas, Lúcia Maria Sálvia Coelho, e a outra psicanalista e doutora em Ciências Sociais Maria Auxiliadora Arantes, a partir das entrevistas fornecidas para o Memorial da Resistência de São Paulo, para o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) e das publicações que realizaram e que se referem à temática desenvolvida. Procuramos articular o contexto histórico, a trajetória de vida e as diferentes estratégias de enfrentamento realizadas por ambas na direção da superação do sofrimento decorrente da perseguição e da violência impetrada pelo governo ditatorial do Estado brasileiro.

Inicialmente reconstituiremos alguns aspectos da história política e econômica do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, em seguida, faremos considerações acerca dos possíveis efeitos psicológicos do exílio na vida das pessoas e, ao final, traremos fragmentos da experiência do período da ditadura e como foi vivido, pelas mulheres acima mencionadas, destacando fatos relacionados ao exílio e ao retorno ao país.

Além disso, desenvolvemos neste texto o debate acerca da importância da recuperação histórica destes períodos ditatoriais como contraponto ao esquecimento, aos riscos que



a ignorância do vivido promove em países que não saldaram suas dívidas históricas com o desenvolvimento do bem comum e a democracia, como o Brasil, analisando os processos de esquecimento individuais e coletivos, forjados intencionalmente, que promoveram as condições para uma consciência contemporânea alienada de si e da sociedade.

### **2. A Ditadura Civil-Militar (1964-1981)**

A América Latina sofreu forte impacto da política exterior implementada pelos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Destaca-se a participação estadunidense na constituição de regimes ditatoriais sob a égide de setores dos Exércitos Nacionais e de empresários que contribuíram para o financiamento de um projeto político e econômico de grande monta em quase toda a América Latina. O Brasil, de 1964 a 1985, vive uma Ditadura Civil-Militar que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Em 31 de março de 1964, lançou-se um movimento que tinha como suposta meta livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia, assim em abril de 1964 é lançado o primeiro Ato Institucional, que dá início a um conjunto de medidas governamentais cujo autoritarismo vai ganhando mais e mais força e truculência. Conforme Boris Fausto (1995), o primeiro Ato Institucional



foi baixado em 9 de abril de 1964, pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente se manteve a Constituição de 1946 com várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso. Esse último aspecto seria uma característica do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos do cidadão foram apresentadas como temporárias. O próprio AI 1 limitou sua vigência até 31 de janeiro de 1966. (pp. 465-466)

O governo militar assume e, imediatamente, inicia suas ações com repressão e violência.

Institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento, deixando um legado sinistro: mortos e desaparecidos políticos, uma legião incontável de militantes - homens e mulheres - presos e torturados e histórias de vida truncadas. (MERLINO e OJEDA, 2010, p. 28)

A Ditadura Civil-Militar utilizando-se de decretos institucionais, põe em marcha uma mudança na forma de governar, atua reprimindo “a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou ideias subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração comunista era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão” (CUNHA e GÓES, 1985, p. 36). Deste modo, “a política de repressão é praticada quando o poder político, aliado ao poder policial e militar, outorga-se o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte dos cidadãos”



(MERLINO e OJEDA, 2010, p.28).

Os militares que assumiram o poder eram ligados à Escola Superior de Guerra. Entre 1964 e 1969, foram publicados dezessete Atos Institucionais<sup>59</sup>, com a finalidade de organizar a Ditadura Militar<sup>60</sup>. Do ponto de vista ideológico, o governo militar denomina o Golpe de Estado de "Revolução de 1964", apropriando-se, portanto, do termo às avessas e prometendo o fim da corrupção, o desenvolvimento do país e a organização do Estado, afastando-o do comunismo e da imoralidade.

As medidas do Estado incidiram também sobre a área econômica para conter uma inflação de 86% ao mês e um desequilíbrio nas contas públicas. Entre as medidas tomadas, o governo militar aprovou uma lei de greve que praticamente impedia os trabalhadores de entrarem em greve, liquidou a estabilidade de trabalho após dez anos no emprego. Apesar de aprovarem o Estatuto da Terra (que tratava inclusive da reforma agrária) entre seus atos institucionais, este nunca saiu do papel e ainda realizaram uma forte repressão aos movimentos organizados no campo. Revogou a lei

---

<sup>59</sup> Atos disponíveis na íntegra em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>.

<sup>60</sup> O Ato Institucional nº I afirma que a “revolução” veio para organizar o país e busca convencer de que a intervenção foi essencial e apoiada pela população, para eles o que ocorreu traduz a “opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”, e reafirmam que foi necessário porque “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País” e uma vez “destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício no Poder no exclusivo interesse do País”.



restritiva de remessa de lucros que tanto reclamou o Estado norte-americano, atraindo os investidores estrangeiros. O plano alcançou seus objetivos, houve certo controle da economia e, em 1966, o PIB do país voltou a crescer. Tais medidas alcançaram algum efeito porque sacrificaram a classe trabalhadora, que não tinha autorização para resistir, e contaram com uma anuência do Fundo Monetário Internacional - FMI com financiamento e maciça ajuda norte-americana por meio do acordo denominado Aliança para o Progresso (FAUSTO, 1990).

Em 1965, houve eleições e em função da crise econômica a oposição venceu em estados importantes, Guanabara (atual Rio de Janeiro), Minas Gerais, Brasília, Santa Catarina e Mato Grosso. O resultado alarmou os militares. O grupo conhecido como linha-dura adversário do então presidente Castelo Branco, defendia um Estado autoritário com maior controle militar. Assim, sob pressão do grupo mais autoritário, o General Castelo Branco publicou o segundo e terceiro AI, que tornaram a eleição para presidente indireta, e extinguiram os partidos políticos; criaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido em que estavam os aliados do governo, e a oposição se organizou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O seguinte AI, o de número quatro, convoca a constituinte para 1967, de forma que possa

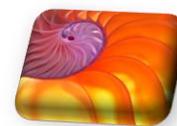


ajustar a lei máxima à nova ordem existente no país.

A oposição vinha se articulando, membros da ala progressista da Igreja Católica se defrontavam com o governo, os estudantes na União Nacional dos Estudantes - UNE se reorganizaram e, no cenário político institucional, antigos opositores se aliavam, Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubistchek se encontram no Uruguai e definem uma Frente Ampla que se propunha a lutar pela redemocratização do país e pela afirmação dos direitos dos trabalhadores. Em 1968, a resistência ganhou fôlego, inclusive com os acontecimentos internacionais, entre outros, as grandes mobilizações contra a guerra do Vietnam em solo norte-americano, na França as lutas contra as mudanças no sistema educativo, que no Brasil refletiu diretamente na cultura e na arte. Um fato que mobilizou grandes manifestações contrárias ao governo foi o assassinato do estudante Edson Santos, em um ato pela melhoria da alimentação estudantil no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Esses acontecimentos criaram as condições para um grande ato de protesto contra o governo conhecido como a passeata dos Cem Mil, realizada em 25 de junho de 1968, a qual reuniu não somente estudantes, mas também, artistas, setores representativos da Igreja e parte da classe média. Nesse mesmo período, ocorreram grandes greves operárias em Belo



Horizonte e em Osasco. Nessa fase, parte da oposição inicia a defesa da luta armada para reconquistar a democracia. Tradicionalmente, o Partido Comunista Brasileiro - PCB se opunha à luta armada, mas a partir de então, grupos se organizam e iniciam suas primeiras ações em 1968; Carlos Marighela rompe com o partido e organiza a Aliança para Libertação Nacional (ALN), também é organizada a Ação Popular (AP) que foi o primeiro grupo a se definir pela luta armada. Surgiram ainda o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com vários militares de esquerda. Entre as ações dos grupos, cabe destacar o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em setembro de 1969, numa ação conjunta com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que resultou na libertação de quinze presos políticos. As ações populares contra o governo cresciam, mas muitos fatos foram tomados como pretexto para a adoção da linha-dura, que resultou na sanção do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, fechando o Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado, e editando medidas mais duras de repressão por parte do Governo Militar. (FAUSTO, 1990). Podemos conferir a amplitude da repressão iniciada neste período, a partir dos fragmentos do AI 5 selecionados a seguir:



O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único. Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos [...]

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único: Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

I cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969) [...]

Art. 6º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções



por prazo certo.

§ 1º O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo. [...]

Art. 10 Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Tais medidas duraram até 1979, quando se encerraram os anos mais duros da ditadura no Brasil. Após a publicação do AI-5, as lutas se acirraram, abriu-se um novo ciclo de cassações e exonerações de cargos em várias autarquias públicas, estabeleceu-se a censura dos meios de comunicação, e as ações armadas se multiplicaram.

Instituem-se, por meio dos atos assinados em setembro de 1969 por Augusto Grunewald, a possibilidade do banimento do país (Ato nº 13), e a autorização “caso necessário”, a pena de morte (Ato nº 14): “Não haverá pena de morte, de prisão



perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar". Para atacar os dissidentes dentro do próprio exército, o governo militar publica o Ato nº 17, em 14 de outubro de 1969, situando em seu artigo primeiro as punições referentes aos militares:

Art. 1º - O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que haja atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das forças armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Ainda de acordo com Fausto (1990), cria-se o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), que se organizaram em vários estados e foram os grandes centros de tortura do regime militar. Em 30 de outubro de 1969, assume o general Emílio Garrastazu Médici, iniciando o período mais repressivo da história brasileira, os chamados "anos de chumbo". Os militares conseguiram neutralizar a guerrilha urbana e restou somente uma guerrilha rural que o Partido Comunista do Brasil - PCdoB coordenava na região do Rio Araguaia, próximo a Marabá, no leste do Pará. Ali, permaneceu até 1975, em contato com os camponeses, até o exército liquidar a resistência, matando e/ou prendendo seus membros, episódio



que não foi conhecido pelo grande público, pois o assunto era proibido, com grande censura aos meios de comunicação. Além disso, o governo Médici não se limitou à repressão, com a grande massa fez um uso bastante planejado da propaganda, aproveitando o crescimento das telecomunicações, pois as residências que tinham televisão haviam passado de 9%, em 1960, para 40%, em 1970. A propaganda governamental tomou proporções que jamais havia tido no país. Foi a época do slogan governamental “Pra Frente Brasil” e do “Ninguém segura este país”, lemas que se fortaleceram com a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. No auge do chamado “milagre brasileiro”<sup>61</sup>.

Por um lado, grande parte da população sem condições de compreender e refletir sobre o momento político que o país vivia, julgou que a ditadura, de certo modo, era necessária para que se realizasse o devido enfrentamento ao comunismo que supostamente ameaçava a democracia brasileira e, por outro, parcela muito menor de pessoas oriundas de segmentos diversos que levantaram a voz e lutaram firmemente contra o regime e sentiram sobre si a mão autoritária e violenta do Estado, com destaque para: parlamentares, artistas,

---

<sup>61</sup> O chamado “milagre econômico” brasileiro – período de excepcional crescimento da economia entre 1968 e 1973 – decorreu principalmente do efeito tardio das reformas associadas ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante o governo de Castello Branco (1964-1967). Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/27302/milagre-economico-explicado/>>. Acesso em 20 Jul 2016.



professores, estudantes universitários e secundaristas. Muitos homens e mulheres perderam suas vidas e outros levaram anos para superar as dores e a violência psíquica sofrida nos porões da Ditadura Militar.

### 3. Perseguição e tortura

Iniciamos a reflexão compartilhando a afirmação de Marcelo Viñar<sup>62</sup> (2008), quando diz que falar de tortura não é falar individualmente desta ou daquela pessoa que foi vítima ou que praticou a tortura em outro, mas sim falar de uma sociedade que permite torturar. E que por diversas razões justifica o ato da perseguição e da tortura como um mecanismo adequado para proteger o resto da sociedade da suposta ameaça que as vítimas possam representar. Regimes totalitários assumem o discurso da proteção e da garantia da ordem e em nome destas premissas cometem atos abusivos e violentos. Conforme Osvaldo Coggiola (2001), nos regimes militares latino-americanos,

[...] a tortura foi praticada com tanta sistematicidade e assiduidade (incluindo mutilações atroz) que, evidentemente, já não possuía outra finalidade *que não a própria tortura e a morte subsequente*. Nem vingança, nem obtenção de informações: a tortura e a morte viraram uma atividade-fim, praticada não de

---

<sup>62</sup> Marcelo Viñar. Entrevista: Entrevista concedida pelo psicanalista Marcelo Viñar ao professor Arnaldo Franco Junior em 21/08/2008. Tradução e notas: Wanderlan da Silva Alves. Olho d'água, São José do Rio Preto, 6(1): 1-169, Jan.–Jul./2014.



modo isolado, mas sistemático, por *milhares* de torturadores, em *dezenas de milhares* de casos. (pp. 59/60)

Deste modo, o exílio acabou sendo uma alternativa de sobrevivência para muitas pessoas. No entanto, a experiência de abandonar de uma hora para outra a família, os amigos, o trabalho, geram uma situação de insegurança e incertezas algumas vezes insuperáveis. O distanciamento tem efeitos psíquicos e sociais que resultam em grande sofrimento relatado pelas pessoas que precisaram deixar o país, para, de algum modo, preservar sua integridade, necessitando de esforço pessoal e coletivo de elaboração de perdas e de reconstituição de seu lugar pessoal, social e institucional, no exílio e posteriormente no retorno ao Brasil.

### 3.1 O exílio e seus efeitos

Não são poucos os trabalhos que explicitam os efeitos do exílio experimentado no século XX. Em relatos de exilados em função da perseguição política e da tortura encontramos uma situação paradoxal, na qual o exílio é a solução privilegiada, mas sobretudo um processo de luto e de ruptura que, muitas vezes, corrói o indivíduo a partir de seu interior e o descaracteriza sua identidade e sua humanidade. Torna-se estrangeiro nos grupos sociais e estrangeiro de si mesmo. Muitos dos intelectuais que partiram dos países da América



Latina desenvolveram trabalhos e escritos que, direta ou indiretamente, abordam a temática do exílio, ou ainda, pela literatura, prosa e poesia, pela música ou outras formas de manifestação da arte, traduzem o sentir a partir do eu lírico do sujeito exilado, que não raras vezes, coincide com seu eu e suas vivências individuais e, acima de tudo coletivas.

Edward Said (2003) em suas reflexões sobre o exílio afirma que,

o exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (p. 46)

Abandonar aspectos da vida cotidiana, algumas vezes para sempre, comumente é uma ação traumática. Portanto, concordamos com a Sandra Leticia Berta (2007) quando afirma que o exílio por motivos políticos

não perde as marcas do traumático. Como tal pode ser considerado à luz de “um traço que faz exceção”, algo que resta como irreduzível. As perdas se multiplicam exigindo do afetado não somente uma localização, mas também certa metamorfose, isto é, certa transformação. Por isso um evento desta natureza pode ser nomeado como um fato especificamente traumático. (p. 3)



Caracterizando-se como uma ruptura, luto e reinício de uma nova vida. Tal reinício para muitos não foi possível, e são inúmeras as causas implicadas nesta não reconstrução como veremos nos depoimentos das psicólogas a seguir. Comumente, o que temos em evidência são os estudos daqueles que, de uma forma ou de outra, encontraram uma alternativa para si na direção da superação das marcas. Pois o exílio é como uma ruptura, um rasgo em um tecido construído no decorrer da vida pelas relações sociais, o que a pessoa necessita fazer é estabelecer uma nova tessitura, ligando linha por linha, fio por fio, ainda que sejam diferentes, e a malha, a trama tecida está ligada às condições concretas que se tem em mãos para fazê-lo.

#### 4. Resistência e estratégia das mulheres: Lúcia<sup>63</sup> e Maria Auxiliadora<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Lúcia Maria Salvia Coelho nasceu no dia quatro de maio de 1937, em São Vicente, no litoral do Estado de São Paulo. Formou-se como psicóloga pela USP, fez doutorado em Ciências Médicas e começou dar aulas na Faculdade de Medicina da USP. Nos anos 1960, casou-se com Ruy de Andrada Coelho e juntos tiveram dois filhos. Neste período também iniciou sua militância participando de reuniões da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). Pouco tempo depois, aderiu ao Partido Operário Comunista (POC), atuando principalmente na produção de jornais clandestinos. Foi presa, junto com seu marido em sua casa por agentes do DOI-Codi em julho de 1971. Permaneceu três meses na prisão passando também pelo Deops/SP e Presídio Tiradentes. Ao sair da prisão, impedida de voltar a lecionar na USP, se exilou com sua família na França, onde viveram durante três anos. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=149&identrevisita=90&mn=56>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

<sup>64</sup> Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, de apelido Dodora, nasceu no dia cinco de novembro de 1940, em Belo Horizonte. Desde o ensino secundarista, Dodora é uma militante. Inicialmente, integrou a Ação Católica (AC) e em meados de 1962, aderiu à Ação Popular (AP). Formou-se em Psicologia em 1963, mesmo ano em que se casou com Aldo Arantes e foram viver em Brasília. Com a deflagração do golpe militar, o casal, que já era visado politicamente, exilou-se no Uruguai até meados de 1966. Em 1968, Dodora, por designio da AP, mudou-se com Aldo e seus dois filhos pequenos para a cidade de Pariconha, no sertão do Alagoas, para cumprirem uma frente de trabalho de encaminhamentos políticos junto à população local. Em fins de 1968 foi presa e, ao longo de seis meses, passou por



Ao falarmos de mulheres nesse contexto, buscamos expressar a força das causas democráticas e emancipatórias que se faziam presentes nas ações daquelas que se apresentaram para compor os grupos de resistência à Ditadura Militar brasileira. Mesmo sabedoras das inúmeras consequências e violências que poderiam sofrer em função de suas escolhas, se comprometeram com as lutas de seu tempo, não se furtando, como mostram seus depoimentos, ao enfrentamento. Nesse sentido, os depoimentos tornam-se cada vez mais necessários para a reconstituição da história, tanto como um espaço de elaboração e de compartilhamento entre as pessoas que viveram a violência praticada pelo Estado, como um reconhecimento pelas mulheres e homens que lutaram pela justiça social e pela democracia no Brasil e em outros países da América Latina.

Lúcia e Maria Auxiliadora estabeleceram estratégias diferentes para seu ato de cerzir e redimensionar suas vidas. Lúcia, exilada na França, após a dura experiência da prisão e da tortura, não conseguiu se distanciar do medo e do sentimento de privação de liberdade. Pois em seus relatos afirma que em uma das idas para verificação em sua

---

diversos cárceres no Estado de Alagoas, sempre acompanhada dos filhos, mantidos sem registro pelo regime. Atualmente, Dodora integra diversas organizações voltadas para a promoção dos Direitos Humanos, além de atuar como psicanalista. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=97&identrevista=38&mn=56>. Acesso em 21 de abril de 2017.



*liberdade vigiada*, ao lhe devolverem o passaporte dando-lhe o direito de sair do país, lhe disseram que na França também tinham pessoas que a observariam e que ela não pensasse em fazer nada porque deixaria família no Brasil. Com tal ameaça explícita os três e poucos anos passados fora do país foram sempre marcados pela sombra do medo e do limite às suas ações.

Maria Auxiliadora Cunha Arantes, era uma das líderes da organização Ação Popular (AP), vinculada à esquerda católica. Em meados da década de 1960, durante o Golpe Militar, ela e seu companheiro eram visados por exercerem uma função dentro do Governo do presidente João Goulart deposto pelo Golpe Civil Militar. Assim, juntamente com outros componentes do governo, incluindo o presidente destituído, exilaram-se no Uruguai, que se caracterizou como um local que abrigava parte da esquerda brasileira, que neste início ainda tinha uma expectativa de brevemente poder retornar ao país.

### **4.1 A história de duas mulheres entretecida com a história do Brasil**

No Golpe de 1964, militares assumem a presidência e cargos estratégicos sob o pretexto de salvar o Brasil da



ameaça comunista, justificava-se a necessidade dos militares no poder em razão da defesa da família, da religião, do direito à propriedade e ainda em defesa dos bons costumes. Grupos de intelectuais articulados aos movimentos sociais e sindicais de resistência ao regime, passam a desenvolver ações que permitam a circulação de informações de modo a alimentar a rede de resistência e enfrentamento através de jornais clandestinos e materiais de divulgação. Entre eles os jornais de denúncia do Partido Operário Comunista (POC), e a casa de **Lúcia Maria Sálvia Coelho**, que atuava como docente do curso de Medicina da USP, era um dos locais em que se elaboravam estes exemplares e se protegiam algumas pessoas que sabidamente estavam sendo procuradas. Sorrateiramente como costumavam agir, soldados com metralhadoras e todo aparato repressivo entraram na madrugada de 1971 na casa de Lúcia, onde vivia com seu companheiro Ruy Andrada Coelho, à época vice-diretor da Faculdade de Filosofia da USP, estavam na casa ainda seus dois filhos e sua mãe. Conforme entrevista concedida por ela ao Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), ambos foram levados para a Operação Bandeirante (OBAN), conhecida por ser o local de muitas das torturas realizadas neste período, onde os presos “desapareciam” sem registros ou fichamentos adequados. Separados, ela foi colocada em uma sala, onde ela afirma que se “podia ver o vulto de homens, uma mesa



com uma máquina elétrica, e do lado, o pau de arara". Neste local, foi agredida e recebeu choques elétricos para que denunciasse algo. Certa ocasião, trouxeram para a sala um aluno do curso de medicina como forma de pressioná-la a dar informações, no entanto ela realmente não o conhecia, provavelmente não havia frequentado ainda sua disciplina, tentavam de todas as formas obter alguma informação. Isso se repetiu por dias e noites, sessões de torturas e interrogatórios intermináveis, todo o tempo pensando que nada além do que já soubessem poderia ser dito, e entre os interrogatórios permanecia em uma cela sozinha. Após algum tempo vieram mais duas mulheres e passaram a dividir o pequeno espaço, isso foi um alento, ter com quem dividir o que se passava. Da OBAN foi encaminhada para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ficavam em celas com um grupo de mais de vinte pessoas, ali as relações se estruturavam no sentido de dar sustentação umas às outras, inclusive Lúcia de certo modo, nas condições que a realidade local impunha, tinha um espaço em que realizava atendimentos àquelas pessoas que gostariam de falar do que sentiam, um modo de atendimento psicológico que produziu efeitos importantes. Se encontravam em um ambiente que, além da privação de liberdade de ir e vir, as restringia também nos aspectos mais íntimos, não havia banheiro reservado, o que tinham era um vaso sanitário no fundo da cela, sem porta. Todas as



privacidades comuns na cultura em que estavam inseridas foram violadas. A circulação para a exposição ao sol vinha acompanhada de chacotas e gozações das salas onde ficavam o chamado Esquadrão da Morte<sup>65</sup>, mas o que prevalecia é que na caminhada até o local onde se podia tomar sol, dava para conferir e, por vezes, até conversar rapidamente com outros presos que ali se encontravam, trocando assim informações e afetos.

Sobre o sofrimento Lúcia afirma:

eu fui das que sofreu menos, eu tenho amigas que sofreram muito mais torturas com crueldade inimaginável. O sofrimento da mulher é diferente, primeiro tem a questão do pudor, porque os torturadores tiram a roupa da mulher, deixando-a nua, ela fica virada de costas ou às vezes de frente, eles a violentam em grupos. Então você se sente destruída por dentro, suja, e, às vezes, o sangue da menstruação corre pelas pernas e a mulher continua apanhando, levando choque, ficando na cadeira do dragão. [...] a fala do torturador você não esquece mais [...] (CFP, 2013, p. 517)

Do DOPS Lúcia passou para a prisão Tiradentes, onde permaneceu no local que era denominado de "Torre das Donzelas"<sup>66</sup>, prisão em que tinham mais espaço. Era um cárcere oficial, estavam registradas e podiam receber objetos

---

<sup>65</sup> Esquadrão da Morte, grupo de extermínio chefiado pelo delegado do DOPS Sergio Paranhos Fleury que atuou na periferia de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>66</sup> Sobre este presídio e a relação estabelecida entre as mulheres presas, ver o Documentário Torre das Donzelas, dirigido por Susanna Lira e lançado em 19 de setembro de 2019. Em sua sinopse, o filme destaca os seguintes aspectos: a possibilidade de reconstrução do espaço, pois o prédio em que se encontrava, foi demolido; o trabalho de memória e de resistência dessas mulheres, dentre elas a então presidenta Dilma Rousseff; o reencontro de várias delas após 45 anos. Um filme que resgata a importância da liberdade, da justiça, da amizade e da solidariedade.



dos familiares. Foram três meses até que ela pudesse ver seus filhos novamente, que certamente ficaram com suas marcas pelo afastamento inexplicável de seus pais. Nesta prisão alguns profissionais foram chamados para atuarem nas suas áreas, Lúcia aceitou e passou a atender presas comuns que necessitavam de atenção psicológica.

As discussões e divergências metodológicas comum entre os partidos de esquerda também se reproduziam naquele espaço, mas de certo modo todas eram relativas as estratégias, as formas de se alcançar o que almejavam, a transformação das condições do povo, a revolução. Vale ressaltar que, a parte disso, houve muita solidariedade entre todas, o que as mantinha em condições de permanecer resistindo ao sofrimento e à tortura. Quando Lúcia saiu da prisão voltou a trabalhar no Hospital das Clínicas, mas por um ano ela e o companheiro estiveram sempre vigiados, foi submetida a diversas entrevistas no trabalho e, por fim, seu contrato não foi renovado. Vários fatos somados entre si levaram Lúcia e seu companheiro a optarem pelo exílio, no entanto, junto com os passaportes receberam também ameaças de que continuariam sendo vigiados em qualquer lugar que fossem. Assim, para ela, ir para a França não foi uma boa experiência, durante os dois anos passados fora não se sentiu livre, pois temia pelos que ficaram. Ao retornarem para



o Brasil ela não conseguiu emprego, tudo que fazia antes da prisão lhe foi negado, já Ruy se enquadrava novamente nas atividades na própria Universidade de São Paulo, USP. Em 1979 recebeu o convite para dar aulas na USP na Psicologia Social, já era doutora, mas depois de três meses trabalhando ainda não havia sido contratada formalmente, até que foi informada que não poderia mais trabalhar ali, porque não efetivariam o contrato, foi um momento difícil, sem apoio dos professores, acabou não sendo nunca reintegrada e perdendo inclusive o direito à aposentadoria. No ano de 1990 ficou viúva, a ausência do companheiro Ruy a fez sentir-se muito mal, deprimida, tentando manter as aparências, mas apesar de tudo foi se reintegrando na sua atividade profissional em âmbito privado. Anos depois encontrou a então presidente Dilma numa entrevista, mandou um bilhete se identificando e a presidente a chamou, foi uma comoção, a partir de então localizou outras pessoas e foi muito bom este reencontro um pouco terapêutico para todas, passaram a se reunir uma vez por semana em encontros de quatro horas e falavam do sofrimento. Tudo anotado e gravado e conforme Lúcia,

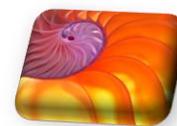
foi quando vi todos os tipos de traumas dessas meninas, essa dor, esse ressentimento que sentimos em relação, naturalmente, aos colegas que dedaram, mas não só, com a própria população. Porque nós não fomos reintegradas à população, as pessoas nos olhavam com desconfiança, para começar você queria contar sua história e elas não



queriam ouvir, se ouviam ficavam morrendo de dó, quer dizer, não ficavam revoltados. [...] Sentimo-nos desvalorizados, a auto-estima fica um lixo, depois a gente sai, e ainda é chantageado pelo poder, pela política, pelas pessoas. [...] O tormento que temos é uma coisa pavorosa [...] quando saí me senti muito mal. [...] eu estava livre, mas eu nem conseguia pensar nessa liberdade sabendo que elas estavam sofrendo lá e que isso ia continuar. (CFP, 2013, p. 528/530).

Os efeitos seguem sendo sentidos muito além da experiência vivida, as relações estabelecidas se perpetuam por tempo indefinido, e variam de pessoa para pessoa.

A segunda mulher que nos auxilia na compreensão da história repressiva e autoritária da Ditadura Civil-Militar no Brasil é **Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes**. De acordo com entrevista (CFP, 2103), por ocasião do Golpe Militar, ela era recém-graduada em psicologia, e recém-casada com Aldo Arantes, era dezembro de 1963, até então estava sempre envolvida com movimentos estudantis e culturais. Participou do grupo denominado Juventude Católica Feminina (JECF), e da Ação Popular Marxista Leninista (APML). Ao final de janeiro de 1964, mudaram para Brasília para trabalhar no governo de João Goulart. Maria Auxiliadora no Ministério de Educação com Alfabetização de Adultos, fundamentada no método Paulo Freire e Aldo na Superintendência da Reforma Agrária. Com o Golpe tiveram que sair de Brasília imediatamente, sem levar nada. E como ela mesmo diz iniciou-se *uma longa noite*



que foi terminar em 1979. Foram anos de militância e clandestinidade. Inicialmente exilaram-se no Uruguai, onde se uniram a outros tantos dirigentes brasileiros que estavam em postos do governo federal que fora deposto, inclusive o próprio presidente deposto pelo golpe. Julgavam que a permanência naquele país seria passageira, já que inicialmente havia a sensação de que logo retornariam, mas aos poucos perceberam que as coisas não se encaminhariam como se imaginava. No Uruguai, nasceu o primeiro filho de Maria Auxiliadora que, ao completar seis meses, retornou ao Brasil com os pais para uma vida clandestina, mobilizados pela utopia de uma nova sociedade iniciam uma nova etapa. Em São Paulo, onde atuavam organizando o movimento, pichações, manifestações e executando trabalhos em locais onde não tivessem registros formais, ali nasceu a segunda filha. Com o passar do tempo, decidiu-se que alguns deveriam auxiliar na organização popular camponesa, pois, para a APML, grupo político que pertenciam, seria no campo que se originaria a revolução. Daí advém a decisão de vender os bens e doar para a organização e mudar com a família para o sertão de Alagoas<sup>67</sup>, sem saneamento básico, água ou luz, alfabetizando camponeses com o método freiriano. Ali

---

<sup>67</sup> Estado da federação da região nordeste que figura ainda hoje entre os três estados mais pobres do país, com uma população de mais de 15% de analfabetos e em 1970 os índices estavam acima de 50%. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília: O Instituto, 2000.



permaneceram alguns anos, no ano de 1968, após ouvirem no rádio o decreto ao Ato Institucional nº 5, ouviram movimento de jipe e era da polícia, estava somente ela seus dois filhos e outra militante denominada Rosa com sua filha. Bateram na porta, dizendo que poderiam agora a partir do AI 5 prender suspeitos e tentaram arrombar a porta. Ela relata que neste momento “foi uma descarga enorme de adrenalina absurda que até hoje me lembro da sensação com os filhos nos braços” (CPF, 2013, p. 569). Eles entraram, queriam os homens, como eles não estavam acabaram levando Maria Auxiliadora para o DOPS de Maceió, neste local foi submetida por três dias a diversos interrogatórios. Após retornar a casa, levaram sua companheira, assim teve a ideia de fugir com as três crianças, andaram algumas horas, mas logo foram apanhados pelos policiais. E os homens logo que retornaram foram presos novamente, primeiro no DOPS e posteriormente foram ela e as crianças para uma cadeia em Maceió, ali as crianças ficaram muito doentes, fazia muito calor, alimentavam-se mal e desidratavam facilmente, ali permaneceram por três meses, após foram para a cadeia da Marinha, ali passaram mais um mês com duas crianças, uma de dois anos e meio e outra de três anos e meio, por último foram transferidas ela Rosa e a criança para uma policlínica da Polícia Militar. Nesta policlínica foram colocadas em uma área isolada, trancadas em um



quarto. Conforme seu próprio relato, a forma que lidou com os filhos foi fundamental,

se você formar uma espécie de tela, um raio entre o que está acontecendo e a criança, ela se sente protegida. [...] Então me desdobrei [...]. Eles eram muito pequeninos, eu brincava de somar as caixinhas de remédio, os vidrinhos de remédios, a gente pedia, já que estava no hospital vidros vazios de remédio que vinham com tampas de borracha colorida. Vamos formar um conjunto de verde, de vermelho, essas coisas que se faz com criança pequenininha. [...] Tortura dolorosa não sofremos. Sofremos maus tratos, fomos expostos a uma situação de doenças contagiosas, fomos impedidos de ir e vir. (CFP, 2013, p 573/574)

As alternativas utilizadas por Maria Auxiliadora nos cuidados com os filhos fizeram com que ela fosse uma barreira entre o que ocorria e o cotidiano das crianças, embora num ambiente inóspito conseguiu manter entre eles um laço que atuou como proteção para as crianças.

Por fim, alguns meses depois, em uma audiência em Recife foi solta juntamente com Rosa por estarem presas acompanhadas dos filhos. Após este período, retornou a São Paulo ainda na clandestinidade. Já os companheiros fugiram da prisão acobertados pelo movimento de resistência. Se reuniram novamente e continuaram trabalhando no enfrentamento ao Regime Militar na total clandestinidade, a família toda com documentos falsos, morando em locais precários, as crianças estudando e, muitas vezes, dependendo



somente da alimentação escolar, seguiram assim até 1976, quando novamente Aldo foi preso no episódio denominado como “Chacina da Lapa”<sup>68</sup>, comandada pelo Brilhante Ustra, um dos mais violentos representantes do exército à época. No Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Ustra é responsabilizado por ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados, quando esteve à frente do DOI-CODI. Entre suas vítimas há mulheres, inclusive grávidas e crianças, impostas a diferentes métodos de tortura física e psicológica, como afogamento, pau-de-arara, eletrochoque, estupro, espancamento, nos quais tornou-se especialista. Após sua saída do DOI-CODI, Ustra elaborou apostilas e foi instrutor de cursos na Escola Nacional de Informações, subordinada ao Serviço Nacional de Informações (SNI) (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Apenas após este episódio, retornou a

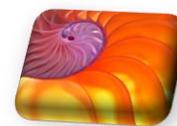
---

<sup>68</sup> Foi um dos piores crimes da ditadura militar: o assassinato a tiros de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar: sob brutais torturas, a morte de João Batista Drummond; e a prisão e tortura de Aldo Arantes, Elza Monerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Pomar. Eram dirigentes e militantes do PCdoB. O objetivo era riscar do mapa o partido que havia dirigido, desde o final da década de 1960, a Guerrilha do Araguaia, que foi a principal ação armada de resistência contra a ditadura militar. A reunião do Comitê Central ocorreu nos dias 14 e 15, em uma casa na rua Pio XI, na Lapa, em São Paulo. Fora convocada para avaliar a guerrilha do Araguaia e teve a participação de nove membros da direção nacional do Partido: além dos já citados (que foram assassinados ou presos) lá estavam Jover Teles e José Novaes, além dos militantes que operavam no trabalho de infraestrutura e segurança (Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade). Na época, devido à dura clandestinidade, as reuniões do Comitê Central ocorriam sempre sob rigorosas medidas de segurança e, objetivando sua preservação, nunca se reunia completo, e uma parte dos dirigentes não participava. Por isso, na reunião vítima da chacina não estavam, entre outros, Sérgio Miranda e Péricles de Souza, este porque, devido ao um desencontro, não recebeu a comunicação da data e, em seu lugar foi Aldo Arantes, que pela escala, não estaria nesta reunião. O que não se sabia era que havia um traidor entre eles, como se descobriu a seguir: Jover Teles. Ele fora preso algum tempo antes, fez um acordo com a repressão e, traíndo o Partido e seus camaradas, informou aos policiais sobre a reunião e aceitou ser seguido por agentes até o local onde ela ocorria. [...] A repressão, através do DOI-CODI, de equipes do I e do II Exército e do DOPS, utilizou grande e sigiloso aparato para atingir a direção do Partido. A tropa cercava a casa 767 da rua Pio XI e, ao receber a notícia de que todas as prisões haviam sido feitas, liberou o tiroteio contra a casa, que durou quase vinte minutos. Eram pouco mais que seis horas da manhã daquela quinta-feira sangrenta. A intensa fuzilaria destruiu parte da casa e assassinou Ângelo Arroio e Pedro Pomar. Mas a repressão não conseguiu alcançar seu objetivo. Um deles, como confessou mais tarde o general Dilermando Monteiro, era assassinar João Amazonas; o outro era destruir o PCdoB. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/290974-1>>. Acesso em 24/06/2019.



Belo Horizonte, sua cidade natal, e somente nesta época seus filhos ficaram sabendo sobre a vida clandestina que levavam, conhecendo seus familiares e seus verdadeiros nomes.

Após idas e vindas, passou a usar seu nome verdadeiro e se engajou na luta pela Anistia, Aldo foi solto no dia da aprovação da lei da Anistia em 1979, Maria Auxiliadora retomou a profissão de psicóloga, se engajou nas lutas da categoria, participou como conselheira do Conselho Regional de Psicologia, atuou na Comissão de Direitos Humanos e posteriormente passou a coordenar o Programa de Combate a Tortura da Secretaria de Direitos Humanos em Brasília. No entanto, após tanto tempo de clandestinidade o processo de sair da posição de eterna estrangeira de si, dentro de seu próprio país foi complexo, e difícil, mas o engajamento nas instituições que lutam pela Anistia e a participação posterior em funções governamentais que trouxeram à tona a memória e a história das pessoas que morreram e sobreviveram ao período da Ditadura Militar, através de seus relatos parecem ter lhe permitido um retorno ao lugar social e a identidade. Em uma de suas pesquisas pós-período militar tratou de “falar da tortura, da prisão, do assassinato, do desaparecimento [escolheu] como testemunhos e relatores os filhos de pais atingidos pela violência. Falaram simplesmente sobre seus pais



e mães, [exibindo] a marca da tragédia brasileira” (ARANTES, 2008, p. 78)

### **Mulheres e história de resistência**

Como foi dito, escolhemos estas duas mulheres que com suas histórias preenchem uma lacuna na memória histórica dos processos vividos pela ditadura. Ambas nos demonstram a necessidade de a história universal reconhecer as mulheres como protagonistas e partícipes da sociedade. O Brasil tem uma dívida com seu passado que precisa ser contemplada para que se tenha a possibilidade de um futuro, é preciso recompor a memória histórica que necessariamente passa pelo ensino da história destas e de muitas outras mulheres que fizeram e fazem a história de resistência a despeito das condições machistas observadas mesmo dentro dos movimentos sociais de resistência, sobretudo à época da Ditadura Civil-Militar. Pois, elas

se deparavam com barreiras dentro das organizações em que participavam, que em geral não absorviam sua participação completamente. Seja porque o questionamento a valores e comportamentos machistas era tratado como um tema menor frente às grandes questões da revolução; seja porque consideravam a gravidez e a maternidade como algo incompatíveis com a militância, e mesmo por uma certa “divisão sexual” das tarefas revolucionárias. Era raro que chegassem a ser dirigentes dessas organizações, mas algumas



vezes elas se encarregavam das ações mais perigosas, justamente por serem menos visadas pelas forças repressoras. Muitas tiveram papel de destaque em combates armados contra as forças de segurança do regime. Das mulheres que participaram da guerrilha urbana, cerca de 45 foram mortas ou estão desaparecidas até os dias atuais. Quando não eram guerrilheiras, as mulheres atuavam como enfermeiras e professoras, como na Guerrilha do Araguaia, em que foram o primeiro elo de integração com a população camponesa local. Essas militantes, não só na guerrilha, mas também nos partidos clandestinos, eram consideradas duplamente transgressoras. Primeiro, por desafiam a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar, em segundo lugar, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas. Rompiam, assim, com estereótipos do que é ser mulher, ocupando o espaço público, a política, e até a luta armada. Por isso mesmo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu “devido lugar”. Eram chamadas de “vagabundas” e “prostitutas” e eram obrigadas a ficar nuas em frente aos agentes da ditadura, sempre do sexo masculino. (PORTAL WEB - MEMORIAS DA DITADURA)<sup>69</sup>

Isso mostra o lugar reservado e a brutalidade usada pelos repressores para “devolvê-las” ao lugar que lhe cabia. Não há como compreendermos a vida de cada uma independente de seus contextos sociais e políticos perpassados pelas relações de gênero estabelecidas. O aparelho repressivo por meio dos torturadores, na

tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da

---

<sup>69</sup> Mulheres, Resistência e repressão. Memórias da Ditadura. Instituto Herzog. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/#realidade-das-mulheres>>. Acesso em 2021-05-31



ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais. (ARANTES, 2010, p. 30)

O propósito é, entre outros, permitir que se saiba o que ocorreu em nosso país, para que não volte a ocorrer.

Partimos do conceito de história que define a necessidade de conhecer o passado para compreender o presente e projetar um futuro. Consideramos que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). A memória se desenvolve como função humana, junto a atenção voluntária e possibilita a formação da linguagem e dos conceitos, características essencialmente humanas (VIGOTSKI, 1995). É na relação acadêmica, sobretudo nos níveis elementares de ensino, que se processa a formação de conceitos, havendo a superação do senso comum de percepção da realidade para uma compreensão elaborada e que se orienta pela busca dos múltiplos condicionantes da realidade e dos fatos e fenômenos históricos.



Não é por acaso que em diferentes períodos da história mundial, sobretudo na modernidade, quando da dominação de uma nação ou etnia sobre outra, a história é uma das primeiras áreas de conhecimento que se ataca.

A memória coletiva, expressão utilizada inicialmente por Maurice Halbwachs em 1968, e é em síntese “uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (SCHMIDT e MAHFOUD 1993, p. 291). Permite a consciência e a identidade de um povo, de uma nação. No Brasil, o período relativo à Ditadura Civil Militar praticamente desapareceu das narrativas históricas, sejam nos livros de ensino de história ou ainda nos espaços cotidianos e, como consequência, não há uma memória crítica referente a este período, tampouco as atrocidades cometidas foram julgadas e superadas pelo processo histórico.

### **Considerações Finais**

Procuramos ressaltar neste texto a importância da recuperação histórica do período ditatorial vivido no Brasil, na segunda metade do século XX, suas barbáries contra aquelas que resistiram e enfrentaram de diferentes formas o Regime Militar, como contraponto ao esquecimento. O Brasil está entre os países que não saldaram suas dívidas históricas com o



desenvolvimento do bem comum e a democracia, há um apagão histórico que impede a memória coletiva e, portanto, o passado torna-se passível de repetição. Articulamos o contexto histórico, a trajetória de vida das duas mulheres e as diferentes estratégias de enfrentamento realizadas na direção da superação do sofrimento decorrente da perseguição e violência.

Por não terem sido apurados todos os crimes do período da Ditadura, e imputadas as devidas penas aos torturadores, mandatários e/ou executores das violências, há uma percepção errônea baseada no senso comum de que só se perseguiram aqueles que eram baderneiros e ou atentavam contra a soberania nacional. Impera até os dias atuais a impunidade e a permissão de utilizar da força repressiva quando assim o governo bem entender.

O desconhecimento dos fatos históricos faz com que as análises sejam parciais e tendenciosas, em um país como o Brasil, que ainda tem um significativo percentual de analfabetos e que, embora a população tenha acesso a uma escolarização, esta é precária e os egressos do sistema educacional são em grande maioria classificados como analfabetos funcionais (SOUZA, 2020). Um país com uma frágil democracia que, na atualidade, pela falta de memória histórica, mesmo dentre os escolarizados, vê crescer lideranças



de extrema direita, que negam o passado, negam as histórias singulares como destas duas mulheres e enaltecem os torturadores<sup>70</sup>. Um país que necessita do conhecimento como uma forma de resistência, como um doente necessita do remédio, um antídoto contra a ignorância, para que pelo conhecimento científico seja possível compreender o presente e projetar o futuro. Reconstituir o passado como forma de compreender o presente, tanto da nação como dos indivíduos singulares com todas as dores, lutas e utopias humanas.

Não foi à toa que a luta para a instalação de uma Comissão da Verdade no Brasil, instância institucional que busca investigar as histórias de desaparecidos políticos, pessoas que viveram as violências e as torturas, que estiveram à mercê de perseguições políticas em períodos de exceção em que o Estado é ditatorial, deu-se no intenso movimento de forças no interior da sociedade na relação com as Forças Armadas Brasileiras. Essa tensão e negociação ocorreu em vários países latino-americanos, como analisa Ignacio Dobles Oropeza (2009) em seu livro *Memórias del Dolor*. O autor explica como se constroem e que usos são feitos das memórias sociais em países da América Latina, marcados por histórias de guerra, repressão e mortes, cujo objetivo central está no uso

---

<sup>70</sup> Jair Messias Bolsonaro, então Deputado Federal, durante a votação da sessão de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016, enaltece a figura do torturador Brilhante Ustra em um dos episódios que expressa a força dos grupos de extrema direita no país, fruto de um processo político e social em que não houve o julgamento de crimes cometidos pela Ditadura Militar e por seus representantes, em atos de violência do Estado brasileiro.



da violência do Estado e de grupos civis sobre os indivíduos e comunidades. Destaca a importância que assumiram as Comissões da Verdade em países como Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala, Perú e Uruguai, trazendo à tona o debate a respeito das consequências danosas produzidas, em décadas recentes, pela repressão e pela guerra (MATARRITA, 2009).

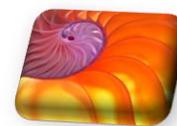
Somente em quatro de dezembro de 1995, por meio da Lei nº 9.140, o Estado brasileiro, após 30 anos da instauração da Ditadura Civil-Militar, reconheceu como mortas dezenas de pessoas que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, encontravam-se desaparecidas. É importante ressaltar que, no caso da Ditadura Civil-Militar latino-americana, criou-se uma categoria até antes nunca vista: o desaparecimento político. É importante lembrar que mesmo aqueles que estiveram vítimas da violência dos campos de concentração nazistas, durante a II Guerra Mundial, foram, em sua maioria, identificados. No caso das ditaduras latino-americanas deu-se o contrário. Grande parte das pessoas não foram identificadas criando o conceito de "desaparecido político" e, mais especificamente na situação Argentina, os filhos dos presos políticos tiveram suas certidões de nascimento adulteradas e foram adotados por



famílias do mesmo país, grande parte dos pais adotivos pertencente aos grupos de apoiaram as atrocidades do estado. Importante movimento de busca desses filhos desaparecidos ou assassinados tem sido sustentado pelas *Madres de la Plaza de Mayo* (VASQUEZ, 2007).

No Brasil, a Comissão da Verdade passou a ser amplamente discutida com a constituição da Secretaria Especial de Direitos Humanos, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, com estatuto de Ministério. Muitos foram os programas desenvolvidos por esta Secretaria Especial. Mas é importante destacarmos três deles: Programa Nacional de Direitos Humanos, Prêmio Direitos Humanos e o Combate à Tortura.

Em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publica o livro *Direito à memória e à verdade: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*, fruto de 11 anos de trabalho e que visou contribuir para os avanços na consolidação do respeito aos Direitos Humanos no Brasil, a fim de resgatar a memória, verdade e justiça de mortos e desaparecidos durante o período de ditadura civil-militar. Vale ressaltar que na apresentação destaca-se que: somente “conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o País saberá construir instrumentos eficazes



para garantir que semelhantes violações dos Direitos Humanos não se repitam nunca mais" (p.18).

No bojo dessa discussão, é importante destacar o trabalho desempenhado pelo Memorial da Resistência de São Paulo, fruto do movimento daqueles que foram vítimas das atrocidades da Ditadura Civil-Militar. Trata-se de um espaço que preserva a memória da resistência e da repressão política do estado de São Paulo. Fundado em 2009, encontra-se no edifício sede do então Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP), entre os anos de 1940 e 1983. Esse local, que outrora possuía celas para presos políticos durante a Ditadura Civil-Militar de 1964, em que ocorreram interrogatórios utilizando-se inúmeras modalidades de tortura, tornou-se um espaço de homenagem aos mártires que lutaram pela democracia no Brasil, reconhecimento necessário para alimentar a memória coletiva da nação.

Outro papel importante foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, instaurando o projeto nacional "Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil e militar (1964-1985)", em 2013. Este projeto identificou 63 testemunhos de psicólogos, em 15 estados brasileiros. Tais testemunhos fazem parte da Comissão da Verdade do Brasil.



Concluindo, é preciso lembrar que muitas mulheres foram presas, torturadas e assassinadas e que estes crimes ainda não foram julgados.

Algumas foram cingidas com uma cinta de aço que, paulatinamente apertada, levou-as à morte; outras foram assassinadas a sangue frio; muitas foram estupradas, mutiladas e atingidas pelas armas. Algumas enlouqueceram pela dor e pela brutalidade e não sobreviveram aos choques elétricos. Todas, em sua provável maioria, foram despidas à força em algum momento. (ARANTES, 2010, p. 30/31)

As duas mulheres que apresentamos Lúcia e Maria Auxiliadora, viveram para além da Ditadura, elas se reconstituíram, superaram cada uma a seu modo e puderam generosamente compartilhar suas histórias, memórias de luta, de utopias, mas também de uma dor que, ao ser compartilhada, torna-se dor de todas as mulheres, um reconhecimento do lugar que mulheres ocupam, memórias de fatos que mulheres antes das atuais gerações enfrentaram. Torna-se, cada vez mais fundamental, o registro e a divulgação de depoimentos e de documentos históricos que possam explicitar esse período da realidade brasileira. Portanto, conhecer estes fatos e toda a barbárie que os constituem impede que o silêncio histórico obstrua a capacidade de se fazer justiça, é urgente identificar e julgar os torturadores e seus mandatários, e sobretudo, impedir que governos ditatoriais não se repitam. Além de que, pela



memória histórica coletiva, possamos reconhecer, reverenciar e perpetuar a luta de quem nos antecedeu pela democracia e justiça social.

## Referências

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 75-87, 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2021-05-31.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Resistência e Dor. In MERLINO, Tatiana OJEDA, Igor. **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

BERTA, Sandra Leticia. **O exílio**: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983). 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.47.2007.tde-12062008-120445. Acesso em: 2021-05-31.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**/Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1 – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**: comissão especial sobre mortos e

---

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



desaparecidos políticos. Imprensa Oficial, 2007. Disponível em <[https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/459/1/BRASIL\\_Direito\\_2007.pdf](https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/459/1/BRASIL_Direito_2007.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2021.

COELHO, Mirna. **Sufrimento e Tortura**: Brasil (1964 – 1979) e Argentina (1976 – 1983). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo/USP, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. SP: Contexto, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária**: Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). - Brasília: CFP, 2013.

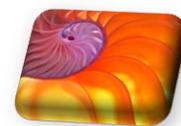
CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATARRITA, A.J. Las memorias del dolor. **Revista Estudios, Universidad de Costa Rica**. W 22, pág. 365-367, ISSN: 1659-1925, 2009.

MERLINO, Tatiana OJEDA, Igor orgs: **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.



OROPEZA, Ignacio Dobles. **Memorias del dolor**. San José: Arlequín, 2009.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.46-60.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 fev. 2022.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Escolarização na América Latina: avanços e impasses. In: Lisbeth Rebollo e Marilene Proença Rebello de Souza. (Org.). **Miradas sobre a América Latina**: primeiro Ciclo de Aulas sobre Educação e Cultura. 1ed.São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2020, v. 1, p. 18-28.

VASQUEZ, Inez. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Argentina: Ediciones Madre de Plaza, 2007.

VIGOTSKY, Lev. **Obras escogidas**. Tomo III. Madrid: Visor, 1995.



## **CAPÍTULO 7**

### **MULHERES ESTRANGEIRAS NAS PRISÕES LATINO-AMERICANAS: PUNIÇÕES PARA ALÉM DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Ana Carolina de Moraes Colombaroli <sup>71</sup>

Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez<sup>72</sup>

#### **Introdução**

O comportamento delitivo das mulheres e os estudos sobre as mulheres no cárcere foram temas largamente ignorados pela criminologia, pelo direito penal e pelo discurso

---

<sup>71</sup> Bacharel (2014) e Mestre (2017) em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM), da Universidade de São Paulo. Docente nas Disciplinas de Criminologia e Política Criminal e Direito Penal da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Criminologia e Política Criminal, bem como em Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: criminologia, segurança pública, política criminal, direitos humanos, gênero, ativismo judicial e dogmática jurídico-penal. Bolsista FAPESP (graduação, mestrado acadêmico). Vencedora do 7 Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, ONU Mulheres - CNPq - Ministério da Educação - Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Advogada. Email: c.colombaroli@usp.br

<sup>72</sup> Professor Associado de Direito Penal da FDRP-USP. Livre-docente pela FDRP-USP. Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP (FD-USP). Mestre em Direito Penal pela FD-USP. Especialista em Direito Penal pela Universidade de Coimbra/IBCCrim. Pesquisador bolsista da Universidade de Valladolid (Bolsa Junta Castilla y León) e da Fundación Carolina (2019-2020). Professor convidado da Universidad de Granada (2020). Ex-Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Professor Convidado para o curso de Doutorado na Universidade de Valladolid-2017 (Colaboración Univ. Valladolid Junta Castilla y León) e da Universidade Católica da Colômbia-2017. Membro do Programa Interunidades Integração Latino-americana (PROLAM) da USP ([www.prolam.usp.br](http://www.prolam.usp.br)). Becario Fundación Carolina 2019/2020. Bolsista Print/CAPES 2021 - UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID. É diretor Cultural do Ibrachina (Instituto Brasil China). Email: victorgabriel@usp.br



punitivo. Tais temas só começaram a ser abordados a partir da década de 1970, depois que o feminismo ganhou força como corrente política (AZAOLA, 2005, p. 15).

Tradicionalmente, a delinquência foi vista como um fenômeno do mundo masculino, no qual a mulher ocupava somente o lugar de vítima e, quando mencionada a delinquência feminina, o enfoque era derivado de uma concepção androcentrista e etnocentrista. Como expõe Carmen Antony (2007, p. 74)

Tanto o discurso como as normas jurídicas giravam ao redor do homem delinquente, suas motivações e o tratamento que recebia nos cárceres e nos estabelecimentos penitenciários. A história das mulheres e seu papel na sociedade não tinham lugar nessas análises e estudos (tradução nossa)<sup>73</sup>.

No entanto, os trabalhos sobre mulheres encarceradas vêm ganhando mais destaque ao passo que se verifica um rápido e intenso crescimento do encarceramento feminino. É verdade que o número de pessoas encarceradas – homens e mulheres – tem aumentado nas últimas décadas: no período compreendido entre 2000 e 2017, a população prisional cresceu cerca de 20% (WALMSLEY, 2016, p. 2). No entanto, realizando o recorte de gênero verifica-se que o número de

---

<sup>73</sup> No original: "Tanto el discurso como las normas jurídicas giraban alrededor del hombre delincuente, sus motivaciones y el tratamiento que recibía en las cárceles y los establecimientos penitenciarios. La historia de las mujeres y su rol en la sociedad no tenían lugar en estos análisis y estudios".



mulheres na prisão aumentou 53% no mesmo período (WAMSLEY, 2017, p. 2).

E, dentre as mulheres, as sul-americanas foram especialmente impactadas: considerando os números do encarceramento feminino na América do Sul (WALMSLEY, 2017, p. 6), verifica-se que no início dos anos 2000 havia 23.197 mulheres presas nos países sul-americanos e, em cerca de 15 anos, eram 71.466 mulheres encarceradas, um aumento de 308%, mais que o dobro do crescimento da população carcerária masculina<sup>74</sup>.

Para além do significativo incremento do encarceramento, a criminalidade feminina apresenta especificidades, e as mulheres, distintas relações, necessidades e interesses. Não se pode compreender os processos de criminalização sem uma lente de gênero, uma vez que tais processos se dão em um contexto com variadíssimas relações de poder, incluindo as relações entre os sexos (FACIO; CAMACHO, 1995, p. 46). Para as mulheres estrangeiras, a privação de liberdade tem seus efeitos agravados, dada as diferenças na língua, ordenamento jurídico estrangeiro, falta de suporte familiar, dificuldades para

---

<sup>74</sup> Entre os anos de 2000 e 2017, a população carcerária (incluindo homens e mulheres) aumentou cerca de 145% nos países da América do Sul (WALMSLEY, 2016, p. 2).



a reintegração social.

O presente trabalho propõe um estudo criminológico crítico feminista, especificamente, das mulheres estrangeiras encarceradas na América Latina, com especial atenção para dois países, Brasil e Argentina, em razão da disponibilidade de dados.

Para a compreensão das condições sociojurídicas das estrangeiras no cárcere, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interseccional, considerando não só a soma das diferentes situações de opressão por elas vivenciadas, mas também analisando como estas opressões e posições se intersectam.

Este artigo divide-se em cinco partes, incluído o presente intróito. Na segunda, analisa-se a relação das mulheres com o tráfico de drogas e o impacto dessas relações no encarceramento feminino. Na terceira, analisa-se as questões de gênero no ambiente prisional, abordando as especificidades das mulheres encarceradas. Na quarta, são apresentados dados e análises acerca das estrangeiras nas prisões, destacando as dificuldades agravadas pela condição de não-nacionais. Na quinta e última parte, à guisa de conclusão, busca demonstrar-se de que modo as opressões se intersectam e fazem das estrangeiras encarceradas um grupo especialmente vulnerável nas prisões latino-americanas.



## 2. Mulheres e o tráfico de drogas na América Latina

Para tratar do encarceramento feminino, não se pode prescindir de uma análise da criminalização das drogas. A política de *guerra às drogas*<sup>75</sup>, ditada pelos Estados Unidos principalmente a partir da década de 1970, foi aplicada com mais intensidade e violência na América Latina<sup>76</sup>.

A característica mais notória da política de drogas empreendida é repressão estatal contra os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas, verificada na atuação dos agentes policiais, na edição de leis penais cada vez mais severas, com aplicação de sanções desproporcionais, aumento de penas e encarceramento em massa.

---

<sup>75</sup> Conforme expõe Valois (2017, p. 16), “de uma metáfora utilizada para congregar esforços contra as drogas, o temo *guerra às drogas* tem mostrado sua incoerência e passa a poder ser ironicamente usado para desvendar uma guerra real contra pessoas”.

<sup>76</sup> A partir da década de 1970, em quase todos os países da América Latina verifica-se a produção de leis severas contra as drogas e a criação de organismos governamentais, para cumprir o previsto na Convenção Única sobre Entorpecentes (1961) e demais instrumentos internacionais sobre a matéria (DEL OLMO, 1989, p. 89) e, na década de 1980, o discurso jurídico transnacional e a internacionalização do controle das drogas efetivamente se estabelece, com o objetivo declarado de suprimir as fronteiras nacionais para o combate ao tráfico de drogas. Os EUA voltaram toda a atenção para a América Latina e buscando impedir que as drogas chegassem ao exterior. Cria-se, assim, o estereótipo político do *criminoso latino-americano*, que é o inimigo externo, convertendo as drogas em um problema de segurança nacional. (DEL OLMO, 1990, p. 78). Nesta geopolítica das drogas estabelecida sobre a América Latina, os EUA passaram a intervir tanto por vias diplomática, quanto econômicas e militarizadas sobre os países da região.



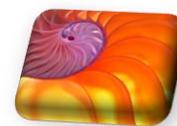
Décadas depois, verifica-se que o paradigma proibicionista e a política internacional de drogas falharam no seu objetivo de erradicá-las, ao mesmo tempo em que conduziram à agudização de problemas sociais principalmente para as populações mais vulneráveis como reconhecido próprio Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2008)<sup>77</sup>.

Acerca da consequência da política de drogas que interessa diretamente ao presente trabalho, importa destacar que a criminalização das drogas tem uma influência ainda mais intensa sobre o aprisionamento de mulheres que, embora permaneçam como minoria da população prisional mundial (cerca de 7%), são desproporcionalmente afetadas pela severidade das leis de drogas<sup>78</sup> (ROPE; SHEAHAN, 2018, p. 16),

---

<sup>77</sup> A política de drogas vigente apresentou, dentre as suas consequências, a criação de um mercado ilegal lucrativo e violento com proporções macroeconômicas; deslocou os recursos e as políticas públicas destinados às drogas da área da saúde para a persecução penal e a segurança; o deslocamento geográfico da produção e comércio de drogas e, com eles, crime, violência e desestabilizações para novas áreas; o deslocamento de substâncias, incentivando os usuários a mudarem de drogas fortemente reprimidas para drogas com controles menos rigorosos, criando novos padrões de uso e comércio de drogas; criminalização e marginalização dos usuários, através uso do sistema de justiça criminal para lidar com uso de drogas e posse de pequena quantidade, de modo que a maior parte das prisões por drogas são de jovens, pobres e marginalizados, acarretando consequências para o desenvolvimento humano e social dos apenados e de seus familiares (UNODC, 2008, p. 10-12).

<sup>78</sup> No caso latino-americano, sob a justificativa de combater o narcotráfico, as penas mínimas e as penas máximas para os delitos de drogas aumentaram em até vinte vezes nos últimos cinquenta anos (GARZON; POL, 2015, p. 4), além de se verificar a introdução de leis penais e processuais que contrariam os princípios



com suas penas elevadas e dificuldades para a obtenção de benefícios na execução da pena e progressão de regime.

O aumento do número de mulheres no cárcere na América Latina pode ser verificado desde o final dos anos 1980 e, de forma mais evidente, a partir dos anos 1990, concomitantemente ao recrudescimento das leis de repressão às drogas e da maior persecução a estes crimes (GIACOMELLO, 2013, p. 10). Em praticamente todos os países latino-americanos, à exceção da Bolívia, verifica-se um considerável aumento da população carcerária feminina entre os anos de 2000 e 2020 e, na maioria deles, o número de mulheres presas mais do que dobrou desde a virada do século<sup>79</sup> (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 9).

Segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2018, p. 21), uma proporção maior de mulheres está na prisão por crimes de drogas – 35% de todas as mulheres presas, em contraposição a 19% da população carcerária masculina. No mundo todo, mais

---

basilares de direito penal, como o da *proporcionalidade*, ao impor as mesmas penas, independentemente do grau de participação do autor e de sua importância na hierarquia do tráfico.

<sup>79</sup> Aumento do encarceramento feminino em porcentagem, entre 2000 e 2020: El Salvador, 672,8%; Guatemala: 575,1%; Paraguai, 302,9%; Equador, 283%, Brasil, 267,9%; Venezuela, 225,2%; Uruguai, 164,6%; Peru, 156%; Nicarágua, 141,6%; Colômbia, 136,5%; Costa Rica, 127,8%; Argentina, 107,7%; Honduras, 88,9%; Chile, 56,6%; México, 55,5%, Panamá, 38,2%. A Bolívia teve uma redução de 16,9% no número de mulheres presas (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 9).

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



mulheres são aprisionadas por este tipo de ofensa do que por qualquer outro crime (OHCHR, 2017, p. 6).

Na América Latina, o percentual de mulheres na prisão por crimes de drogas é ainda mais significativo e, na maioria dos países é a principal causa de encarceramento feminino: na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, são os crimes mais comuns entre as presas mulheres<sup>80</sup>.

A intensificação da participação de mulheres no mundo do crime, especialmente no tráfico de entorpecentes, se dá em um momento coincidente em toda a América Latina. Ao mesmo tempo em que o tráfico buscava criar novos meios para transportar a droga, evitando a detecção pelas agências policiais, passando a fazer uso mais intensivo da mão de obra feminina, a partir dos anos 1990 verifica-se uma quebra da estrutura sócio-ocupacional, que conduziu ao desemprego e à precarização, afetando de modo mais significativo as mulheres dos lugares pobres, bem como grandes mudanças na estrutura familiar, com forte incremento de famílias monoparentais com mulheres chefes de família. O

---

<sup>80</sup> No Panamá, 70% das mulheres estão encarceradas por crimes de drogas; na Costa Rica, 68,6%, na Venezuela, 64%; no Brasil, 62%; no Peru, 55,1%; no Equador, 54%; no Chile, 53,7%; na Colômbia, 46%; no México, 43% das presas no sistema federal e 13,5% das presas no sistema estadual; na Argentina, 40%; na Bolívia, 36,4% e, no Uruguai, 14% (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 13).



menor recurso das mulheres à propriedade de capital produtivo e trabalho remunerado incidiu na feminização da pobreza, processo que, em termos gerais, aprofundou as dificuldades das mulheres para ascender ao mercado de trabalho e aos sistemas de bem-estar e proteção social (CELS et. al., 2011, p. 26-27).

Nesse cenário onde a situação laboral das mulheres é marcada pela exclusão e pela vulnerabilidade econômico-social, o mercado ilícito das drogas, em progressiva expansão, promete ascensão ou, ao menos, viabilidade econômica. O tráfico de entorpecentes aparece como opção para algumas mulheres, com ganho superior a trabalhos precarizados e possibilidade de, simultaneamente, garantir renda e manter as atividades domésticas de cuidado<sup>81</sup>.

Conforme expõe Rosa Del Olmo (1998, p. 11)

En nuestro continente, las mujeres son mayoritarias en casi todas las categorías de desempleados y subempleados, aumentando cada vez más en la mayoría de los países, a pesar de que uno de cada tres hogares en el mundo está dirigido por mujeres. Ante esta realidad, no es extraño que por ejemplo, la mujer en América Latina se vea ante la opción de incluir, dentro de su margen de adaptaciones que desarrolla para sobrevivir la de escoger un tipo de trabajo actualmente considerado criminal, como es

---

<sup>81</sup> "Se trata de una actividad que les permite seguir desempeñando los roles de madre, esposa, abuela y dueña de casa, ya que para realizarla no están obligadas a desplazarse fuera de su vivienda, lo que les permite atender las labores domésticas y cuidar a los hijos o nietos" (ANTONY, 2007, p. 77).

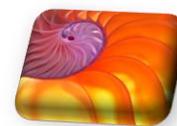


el de su participación en el negocio de las drogas.

Apesar de existirem algumas mulheres com poder no mundo do tráfico de drogas, a maior parte das mulheres envolvidas ocupam os escalões mais baixos da cadeia delitiva, desempenhando o papel de cultivadoras, vendedoras no varejo, transportadoras e introdutoras de drogas nas penitenciárias. Via de regra, executam tarefas de baixo nível e alto risco, constituindo mão de obra facilmente substituível nas redes de drogas transnacionais (GIACOMELLO, 2013, p. 6-8; OHCHR, 2017, p. 6).

O aumento do número de mulheres presas por drogas não é indicativo somente de sua maior participação no tráfico, mas também é produto do enfoque na persecução penal, que é seletivo e incide com muito mais intensidade na venda e transporte de drogas no âmbito do microtráfico (GIACOMELLO, 2013, p. 2).

O sistema de justiça criminal, especialmente no tocante ao tráfico de drogas, materializa uma seletividade punitiva sobre indivíduos e regiões. Isto é aborda, investiga, julga e condena alguns indivíduos ao mesmo tempo em que não volta seus olhos para outros; realiza operações policiais em determinados lugares estigmatizados, e não em outros. Sobre os indivíduos marginalizados recai o estereótipo de criminoso, sobre os lugares marginais a política intensifica a sua atuação.



Deste modo, as mulheres que ocupam o baixo escalão do tráfico de drogas, são mais propensas a serem apanhadas pelo sistema.

Os dados coletados por Luciana Boiteux e o Colectivo de Estudios Drogas y Derecho - CEDD (2015, p. 1) confirmam a seletividade da aplicação das leis de drogas às mulheres em situação de exclusão e vulnerabilidade, ao verificar que as presas compartilham um mesmo perfil sociodemográfico: são jovens, pobres, mães solteiras e chefes de família, com baixa escolaridade, responsáveis pelo cuidado de seus filhos e de outros membros da sua família.

Se voltamos o foco para as estrangeiras, podemos verificar um impacto ainda maior da criminalização do tráfico de substâncias ilícitas sobre seu aprisionamento. Na Argentina, dentre as estrangeiras presas em presídios federais, 96% das estrangeiras foram condenadas ou estavam sendo acusadas pela *Ley de Estupefacientes* (PROCURACIÓN PENITENCIARIA DE LA NACIÓN, 2014, p. 81). No Brasil, embora o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)<sup>82</sup> não informe qual o delito pelo qual são acusadas ou foram condenadas as mulheres estrangeiras, o ITCC – Instituto Terra,

---

<sup>82</sup> O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema é atualizado pelos gestores dos estabelecimentos penais sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.



Trabalho e Cidadania (2018) demonstrou que 84%<sup>83</sup> das estrangeiras haviam sido presas por infrações relacionadas ao tráfico de drogas. Em ambos os países, a porcentagem de estrangeiras encarceradas por tráfico de drogas era superior à porcentagem de nacionais encarceradas pelo mesmo delito.

As presas estrangeiras ocupam, também, os mais baixos escalões da cadeia do tráfico de drogas. Na Argentina, nove em cada dez estrangeiras presas por crimes de drogas nas prisões federais eram “correios humanos” ou “mulas”<sup>84</sup> e 96% eram réis primárias (CELS et. al., 2011, p. 30).

### 3. Mulheres nos cárceres latino-americanos

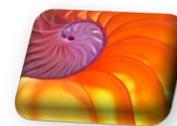
A prisão se constitui, declaradamente, como um espaço de segregação: busca separar alguns indivíduos do restante da sociedade. De forma legalmente justificada, apropria-se de todas as esferas da vida dos aprisionados<sup>85</sup>, busca submeter os

---

<sup>83</sup> O Projeto Estrangeiras, desenvolvido pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), trabalha desde 2001 com mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo, realizando atendimentos na Penitenciária Feminina da Capital e no Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã. Os dados referem-se a questionários aplicados a 1.354 mulheres no período de 2008 a 2018.

<sup>84</sup> Os termos “mulas” ou “correios humanos” definem pessoas que transportam drogas para outra pessoa ou para uma rede criminosa.

<sup>85</sup> Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.



indivíduos às normas, e lhe impõe a marca de delinquente<sup>86</sup>.

Para as mulheres, os cárceres se apresentam como um espaço ainda mais discriminador e opressivo do que para os homens, em razão do tratamento desigual recebido, nas consequências para a família e, também, pelo significado que a sociedade atribui ao desvio feminino.

### 3.1. O papel de gênero

Historicamente, a delinquência foi vista como um fenômeno do mundo masculino, no qual a mulher ocupa apenas o polo passivo. Cesare Lombroso e Giovanni Ferrerò, no livro *La Donna Delinquente*, publicado em 1892, sustentam que a mulher tem uma passividade, uma imobilidade, determinadas fisiologicamente, e por isso são mais adaptadas e mais obedientes à lei que os homens. Ao mesmo tempo, no entanto, seriam potencialmente amorais, enganosas, frias, calculistas, malvadas, sedutoras. Lombroso, então, assinala sua teoria de atavismo também para as mulheres. Se estas regressam a seus impulsos primitivos, ele não as conduz ao delito, mas à *prostituição*, forma óbvia de desvio feminino. W. I. Tomas, em seu livro *The Unadjusted Girl* (1923) apresentou a

---

<sup>86</sup> Cf. GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Trad. Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.



ideia de que as mulheres, devido à sua passividade, guardam energia, enquanto os homens são ativos e a gastam. Assim, as mulheres delinquentes seriam mulheres que queriam ser ativas, com excesso de masculinidade (SWAANINGEN, 1993, p. 120-121). Sigmund Freud, por sua vez, sustenta que o crime feminino é uma repressão contra o papel biológico natural da mulher, evidenciando um “complexo de masculinidade” (LEMGRUBER, 1983, p. 12).

Todos esses mitos acerca da natureza fisiologicamente determinada da delinquência feminina têm consequências efetivas. Conforme exposto por Swaaningen (1993, p. 121)

Nos meios de comunicação, na polícia, no sistema judicial, etc, a delinquência feminina ainda se considera um caso de psiquiatria e não do sistema penal. Por ele ainda receberá a etiqueta de “louca” mais do que a de “delinquente”: se uma mulher infringe a lei é algo que não funciona em sua cabeça (tradução nossa).<sup>87</sup>

A mulher presa foi vista, ao longo da história, sob o prisma da insanidade mental, o que foi atrelado ao imaginário daqueles responsáveis pelo universo prisional feminino. É comum o uso das explicações psicogenéticas da criminalidade feminina para justificar a imposição de políticas

---

<sup>87</sup> Na versão em espanhol: “En los medios de comunicación, en la policía, en el sistema judicial, etc, la delincuencia femenina aún se considera un caso de psiquiatría y no del sistema penal. Por ello aún recibirá la etiqueta de “loca” más que la de “delincuente”: si una mujer infringe la ley es que algo no marcha en su cabeza.”



específicas para as mulheres encarceradas e a maior tutela moral a que estas são submetidas. Não por acaso a maioria das prisões femininas foi instalada em conventos: tinha-se a finalidade de induzir as mulheres “desviadas” a aderir aos valores de passividade e submissão (ESPINOZA, 2004, p. 85).

Quando são as mulheres que realizam a ação delitiva, sua condenação não tem qualquer traço de neutralidade ou impessoalidade. É, pelo contrário, tendenciosa e corporalizada, em função do mandato cultural que estabelece o comportamento do indivíduo que é normal ou esperado conforme o gênero.

O cárcere para as mulheres é, portanto, duplamente estigmatizador, uma vez que os crimes praticados pelas mulheres representam mais do que uma violação penal, mas uma transgressão das normas de gênero: uma vez que a mulher passa pelo cárcere, é qualificada como má, anormal, ao romper com os papéis de mãe, esposa, submissa, dócil e dependente que lhe foram socialmente designados.

Como expõe Lolita Aniyar de Castro (2002, p. 346) há frequente violência física e psicológica contra as mulheres e um tratamento mais degradante para as mulheres que cometeram o infanticídio, em comparação com qualquer outro delito, justamente pela ruptura com seu papel de gênero.



O caráter “reabilitador” da pena para as mulheres busca encaixá-las em seu papel social de mãe, esposa, guarda do lar. A “educação penitenciária” busca, prioritariamente, reinstalar das mulheres o sentimento de pudor, sendo elas objeto de incidência de objetivos moralizadores, para que estas assumam valores de passividade e submissão e retomem o papel de esperado pela sociedade (ESPINOZA, 2004, p. 79-81). Os trabalhos da suposta formação profissional no cárcere estão voltados a cozinhar, costurar, passar, limpar, confeccionar pequenos artesanatos, fazer cursos de modista, naturalizando as atribuições de gênero, reproduzindo a desigualdade no tratamento das presas, repetindo os padrões sexistas e demonstrando uma total despreocupação com o mercado de trabalho que lhes aguarda quando do cumprimento da pena (ANTONY, 2007, p. 76).

### **3.2. A estrutura carcerária**

Na América Latina, o percentual de mulheres em relação ao total de encarcerados varia de 4,8% (Argentina) a 11,2% (Guatemala) (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 7). Em um universo em que os homens são a imensa maioria, ser mulher é constituir a alteridade negada. O paradigma subjetivo carcerário hegemônico é centrado no masculino. Ser



mulher, neste contexto, é desafio enfrentado em nível estrutural, porquanto as políticas públicas, muitas vezes voltadas para a regra da maioria, acabam servindo e reverberando o paradigma hegemônico e perpetrando uma invisibilização sexista à qual a mulher está sujeita.

A superlotação existe tanto em razão do número insuficiente de unidades, como também em função da instalação destes em lugares improvisados, prédios adaptados, construídos para outros usos, não projetados originalmente para custodiar presas. Os estabelecimentos prisionais femininos possuem pequena área e capacidade, questão que é ainda mais agravada pelo aumento progressivo do número de mulheres encarceradas num sistema que, historicamente, não prevê a questão do feminino.

Por toda a América Latina, as prisões de mulheres apresentam características muito similares, com duros regimes, longas condenações, uma grande proporção de presas sem condenação, péssima estrutura física, falta de atenção médica e tratamentos especializados, terapias baseadas em transtornos qualificados como “nervosos”, escassa qualificação laboral e poucas atividades educativas e recreativas (ANTONY, 2007, p. 76).

Como destaca o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2018, p. 21), as mulheres

---

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



encarceradas têm menos acesso do que os homens a serviços de saúde, seja para lidar com os seus problemas com uso de drogas, seja para outras condições de saúde ou necessidades acerca da saúde sexual e reprodutiva. Em geral, as mulheres também recebem menos preocupação e apoio do sistema prisional para o retorno à família e à comunidade em geral.

Ante a falta de materiais para limpeza do alojamento, a presença frequente de pragas como baratas, ratos, pulgas, a escassa ou nula provisão de materiais básicos para higiene pessoal (como absorventes, sabonete, escova de dentes, papel higiênico) por parte da instituição, a péssima qualidade da comida (CELS et. al., 2011, p. 84-85), não seria exagero qualificar como insalubres os estabelecimentos prisionais femininos.

As mulheres privadas de liberdade são, frequentemente, também privadas de acesso à saúde. Grande parte das unidades penais não conta com profissional de saúde à sua disposição e, mesmo quando contam, a superlotação, a precariedade das instalações, a falta de insumos e de pessoal suficiente limita a realização de exames preventivos ou programas especiais para pessoas com doenças específicas.

A estrutura penitenciária se mostra extremamente para atender às especificidades das mulheres (categoria social minoritária): ausência de profissionais da saúde e médicos



especializados na saúde feminina, ausência de presídios arquitetados e construídos para receber mulheres encarceradas, ausência de creches e centros de apoio à gestante e lactante encarcerada, entre outros. Pensado segundo a ótica da maioria, o sistema penitenciário não consegue (e nem se esforça) para enxergar seu público feminino, que de desconhecido passa a ser oprimido justamente por aquilo que se diferencia e se afasta do paradigma androcêntrico hegemônico.

### 3.3. O abandono

Uma vez no ambiente prisional, a vida das mulheres presas é marcada pelo abandono: das autoridades estatais, dos seus companheiros e familiares, e da sociedade que prefere emitir juízos (BOLDO, 2016, p. 376).

Considerando que a maior parte das mulheres nos cárceres latino-americanos está presa por crimes de drogas e que, na maioria dos países, a severidade no cumprimento das penas relacionadas a drogas foi aumentada, mais frequentemente do que os homens, as mulheres, além de receberem longas condenações, são privadas de benefícios na execução, como progressão de regime, saídas de final de semana, liberdade condicional, cumprindo a integralidade ou



a maior parte de suas penas em regime fechado, sem direito a liberdade progressiva que facilite o processo de reintegração familiar e social.

Na maior parte dos países, são poucas as unidades prisionais mistas ou femininas, seja para prisões preventivas, seja para cumprimento de pena. Geralmente, as prisões para mulheres estão instaladas nos grandes centros, distantes das cidades de residência de seus familiares, prejudicando-lhes as visitas em razão da distância e do custo financeiro e, por consequência, intensificando o abandono das presas pela família. Como os processos de execução são transferidos para a comarca de cumprimento da pena, fica ainda dificultada a busca da família por um advogado ou defensor em outra cidade.

Um dos mais representativos aspectos de sofrimento provocado pela detenção entre as mulheres é o distanciamento familiar. Para as mulheres, a privação da liberdade é revestida de características ainda mais graves, posto que “o rompimento do contato contínuo com seus familiares e, sobretudo, seus filhos, afigura-se-lhe extremamente difícil de suportar” (LEMGRUBER, 1983, p. 83).

No mesmo sentido, Antony (2007, p. 77) afirma que “um dos aspectos mais traumáticos para as mulheres privadas de sua liberdade constitui a perda de seus filhos. A preocupação



com eles está presente em toda a sua vida carcerária e em muitas ocasiões se converte em uma verdadeira obsessão" (tradução nossa)<sup>88</sup>.

O encarceramento separa as presas de suas famílias de modo praticamente definitivo. Embora a maioria das reclusas tenha filhos ou familiares que dependem dos seus cuidados<sup>89</sup> quando da prisão, e que muitas enviem dinheiro para os filhos com o trabalho realizado no cárcere, a família se desagrega, os maridos ou companheiros as abandonam<sup>90</sup> (ANIYAR DE CASTRO, 2002, p. 347-348). Diferente do que acontece com os homens presos, as mulheres privadas de liberdade são raramente visitadas e, parte considerável delas, nunca recebe visitas (CEJIL, 2007, p. 28).

---

<sup>88</sup> No original: "uno de los aspectos más traumáticos para las mujeres privadas de su libertad lo constituye la pérdida de sus hijos. La preocupación por ellos está presente en toda su vida carcelaria y en muchas ocasiones se convierte en una verdadera obsesión".

<sup>89</sup> Segundo Youngers, García Castro e Manzur (2020, p. 5), 87% das mulheres presas por delitos de drogas na América Latina eram as principais cuidadoras dos filhos ou de dependentes idosos.

<sup>90</sup> Para agregar ainda mais dificuldades, as visitas íntimas às mulheres não são permitidas ou muito dificultadas pela administração penitenciária. Cf. COLOMBAROLI, A. C. M.. Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas. In: Brasil; Presidência da República; Secretaria de Políticas para Mulheres. (Org.). *7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Políticas para Mulheres, 2011, v. 1, p. 133-146.



### 4. Estrangeiras nos cárceres latino-americanos

Se as mulheres representam um grupo com a alteridade negada no âmbito prisional, a perversidade do cárcere é consideravelmente agravada para as mulheres estrangeiras<sup>91</sup>.

Não há dados compilados disponíveis acerca, especificamente, das mulheres estrangeiras nas prisões latino-americanas. No entanto, verificando-se o número de não-nacionais nas prisões, sem a dissociação por sexo, tem-se números que variam de 0,3% da população carcerária, como é o caso brasileiro, a 26,7% no Chile. Via de regra, o percentual de estrangeiros encarcerados em relação ao total de presos é menor do que 5%<sup>92</sup> nos países da América Latina (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 18).

Muitos diriam que esse é um contingente insignificante, um nada ou “quase nada” diante do número total de presos na região. No entanto, segundo Leão (2015, p. 239)

Há, contudo, entre esses “quase-nadas”, seres humanos com nomes e rostos, com idiomas e culturas diferentes. São homens e mulheres que, por razões

---

<sup>91</sup> Dentre as estrangeiras, enquadram-se mulheres migrantes, que viviam no país antes de serem encarceradas, e as mulheres que não residiam no país antes de ter contato com o sistema policial, penal e penitenciário.

<sup>92</sup> Na Argentina, os estrangeiros representam 6,5% da população carcerária; na Bolívia, 4,1%, na Colômbia, 1,3%; na Costa Rica, 13,1%; no Equador, 8,1%; em El Salvador, 1,3%; na Guatemala, 3,2%, em Honduras, 1,3%; no México, 1,2%; na Nicarágua, 2,9%; no Panamá, 10,1%; no Paraguai, 4,2%; no Peru, 2,4%; no Uruguai, 2,8% e, na Venezuela, 2,3% (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020, p. 18).



diversas, mas muitas vezes relacionadas com o tráfico de drogas, acabam sendo detidos(as) em nosso país e, a partir de então, passam por um processo de exclusão e isolamento que os(as) despersonaliza. Muitos(as) deles(as) são taxados(as) de “mulas do tráfico”. São peças descartáveis e facilmente substituíveis da engrenagem do comércio de drogas, responsáveis fundamentalmente pelo transporte de malas e outras embalagens insuspeitas. O conteúdo ilícito dessas malas é o que vale, tanto para os contratantes de seus serviços como para os órgãos policiais. Uma vez detidas, as “mulas do tráfico” perdem sua relevância na engrenagem e são simplesmente esquecidas. Atrás das grades, essas pessoas são submetidas a situações que acentuam o processo de nulificação. Deixam de ser sujeitos de (poucos) direitos e passam a ser “nadas” ou “quase-nadas”.

Alguns estudos sobre mulheres estrangeiras no cárcere têm sido desenvolvidos principalmente a partir de uma perspectiva das prisões europeias. Apesar de o encarceramento de estrangeiros na América Latina ser inferior à maioria dos países da Europa Ocidental<sup>93</sup>, a falta de estudos – e mesmo de dados – acerca das estrangeiras privadas de liberdade na América Latina, de suas situações e experiências particulares, são uma manifestação da invisibilização dessa parcela da população prisional.

É justamente no intuito de dar visibilidade a dor dessas mulheres, de inverter minimamente esse processo de

---

<sup>93</sup> Segundo dados do World Prison Brief, há países europeus em que os estrangeiros representam um grupo muito significativo – mais de um terço – da população prisional, como Áustria (45,8%), Grécia (43,9%), Bélgica (42,1%), Itália (36,9%), Espanha (35,7%).



nulificação e de revelar algumas das características peculiares que impactam no aprisionamento das estrangeiras na América Latina, que se desenvolve o presente item.

### **4.1. Alguns dados sobre estrangeiras encarceradas no Brasil e na Argentina**

A fim de compreender as especificidades e as múltiplas opressões a que está submetido esse grupo de mulheres, é necessário compreender, primeiro, quem são elas. No entanto, como já dito, são raríssimos os estudos sobre as mulheres estrangeiras presas na América Latina. Portanto, os dados aqui apresentados são principalmente acerca das estrangeiras nas prisões brasileiras e argentinas. Em relação às primeiras, são utilizados os dados disponibilizados no INFOPEN Mulheres e, principalmente, os dados do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), coletados ao longo de mais de uma década de execução do Projeto Estrangeiras. Acerca das segundas, a análise parte de dados oficiais, apresentados pela *Subsecretaría de Políticas Criminales* e pela *Procuración Penitenciaria de la Nación* argentinas.

Importa considerar que os dois países têm um papel parecido na dinâmica do tráfico internacional de entorpecentes, o que pode resultar em similaridades no perfil das estrangeiras aprisionadas. Argentina e Brasil não são



considerados importantes produtores de drogas em âmbito mundial. Ambos, no entanto, tiveram um crescimento do consumo interno de entorpecentes e, na dinâmica do tráfico internacional, têm um papel importante no trânsito de cocaína entre os países andinos para os mercados principalmente da Europa, mas também para a África, Oriente Médio e Sul da Ásia (MACHADO, 2014, p. 124; CORDA, 2010, p. 11).

A primeira especificidade que se apresenta é o fato de que tratar de mulheres estrangeiras no cárcere no Brasil e na Argentina é, necessariamente, tratar de estrangeiras da periferia do capitalismo e, principalmente, da América do Sul. Segundo o relatório do INFOPEN Mulheres (SANTOS, 2017, p. 48-50), no ano de 2016, dentre as 42.355 mulheres encarceradas no Brasil, 529 delas eram estrangeiras<sup>94</sup>. Destas, 290 (54,8%) eram provenientes da América do Sul, 120 (22,7%) provenientes de países da África, 30 (5,6%) da América Central e Caribe, 37 (7%) asiáticas, enquanto 48 (9%) eram europeias, 3 norte-americanas (0,6%) e 1 (0,19%) da Oceania. Na Argentina, no ano de 2015, dentre as 2.953 mulheres encarceradas, 456 eram estrangeiras, correspondendo a 15,3% da população carcerária feminina no país. Dentre as

---

<sup>94</sup> Acerca da qualidade da informação, importa destacar que 89% das unidades prisionais dispunham da informação sobre nacionalidade, e que estas unidades custodiam 90% das mulheres privadas de liberdade. Assim, o número de mulheres estrangeiras em estabelecimentos prisionais brasileiros pode ser maior.



estrangeiras, verifica-se uma prevalência ainda maior das sul-americanas do que no Brasil, que são pelo menos<sup>95</sup> 86,5% (352) da estrangeiras presas no país (SUBSECRETARÍA DE POLÍTICA CRIMINAL, 2016, p. 4-6).

Dentre as presas estrangeiras no Brasil, prevalecem as provenientes de países de fronteira, sendo 82 bolivianas (15,5% do total), 87 colombianas (16,4%) e 48 paraguaias (9%) e 21 peruanas (4%) presas no país. O mesmo ocorre na Argentina, onde predominam mulheres provenientes de países fronteiriços e do Peru, com 113 paraguaias (24,9% do total), 110 bolivianas (24,3%), 100 peruanas (22%), 22 colombianas (4,9%) e 21 chilenas (4,6%).

A compreensão das razões para a prevalência de estrangeiras sul-americanas nos dois países depende da diferenciação entre as reclusas estrangeiras: as presas imigrantes, que emigraram de seus países de origem com a intenção de fixar residência no Brasil e na Argentina, e as não nacionais, que vieram sem a intenção de imigrar, e acabaram presas.

---

<sup>95</sup> Os dados da Subsecretaria de Política Criminal informam, em 2015, que estavam presas na Argentina 110 bolivianas, 11 brasileiras, 21 chilenas, 113 paraguaias, 15 uruguaias, 100 peruanas; 22 colombianas, 1 equatoriana, perfazendo um total de 392 mulheres. No entanto, no relatório, 43 mulheres foram enquadradas na categoria "outras" e 3 na categoria "sem dados", o pode indicar um número maior de mulheres não nacionais provenientes de outros países da América do Sul na Argentina.



No caso das mulheres migrantes, é preciso ter em conta que a Argentina é, historicamente, um país receptor de imigrantes procedentes dos países limítrofes (Paraguai, Chile, Uruguai e, em menor medida, Brasil) e do Peru (NICOLAO, 2011, p. 3), e que o processo de migração de outros sul-americanos para a Argentina intensificou-se a partir dos anos 1990 (NOVICK; HENER; DALLE, 2005, p. 20). Já o Brasil, proporcionalmente, recebeu mais estrangeiros provenientes da Europa do que de países vizinhos (FERNANDES, 2015, p. 25), o que não se traduz, no entanto, na população de estrangeiros encarcerados.

A outra hipótese para a prevalência sul-americana dentre as estrangeiras encarceradas no Brasil e na Argentina relacione-se com o fluxo do tráfico internacional de drogas, tendo em vista que a nacionalidade das presas coincide com os países que realizam cultivo de coca<sup>96</sup> e manufatura da cocaína (Bolívia, Peru, Colômbia)<sup>97</sup> e o cultivo de maconha (Paraguai<sup>98</sup>).

---

<sup>96</sup> Saliente-se que a coca é uma planta milenar, com conotação sagrada para diversas etnias andinas, com uso cultural e para fins medicinais. Grande parte da produção de coca, portanto, é para fins lícitos, e não para a manufatura de cocaína, que passa por um complexo processo químico. Apesar disso, a política internacional de proibição às drogas não diferencia, quer para suas ações de destruição de plantações, quer em seus relatórios, o uso lícito e o uso ilícito da folha de coca.

<sup>97</sup> Segundo dados do UNODC (2018, p. 8).

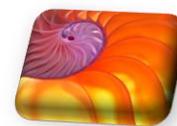
<sup>98</sup> Segundo Garat (2016) e Corda e Fusero (2016).



As mulheres, em geral, são particularmente aprisionadas pelas leis de drogas (Leis nº 11.343/2006 e nº 23.737, no Brasil e na Argentina, respectivamente). Quando enfocadas as mulheres não-nacionais, verifica-se um impacto imensamente maior da criminalização do tráfico de substâncias ilícitas. A maior parte das estrangeiras são acusadas por delitos de drogas em razão da sua larga utilização, nas rotas internacionais do tráfico, como “mulas” ou “correios humanos” (GIACOMELLO, 2013, p. 7)

Na Argentina, o relatório da Subsecretaria de Política Criminal (2015, p. 4) destaca que a maioria das mulheres sul-americanas presas no país estão detidas por infração à Lei de Estupefacientes (Lei 23.837): 58% das paraguaias, 72% das bolivianas e 66% das peruanas. Quando analisadas as mulheres estrangeiras presas em âmbito federal por tipo de delito, verifica-se que 96% delas foram condenadas ou estavam sendo acusadas pela *Ley de Estupefacientes* (PROCURACIÓN PENITENCIARIA DE LA NACIÓN, 2014, p. 81).

No Brasil, embora os dados governamentais informem o delito pelo qual estão as estrangeiras aprisionadas, o ITCC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2018), a partir de informações colhidas junto a 1.354 mulheres não-nacionais entre os anos de 2008 e 2018 em unidades penitenciárias na cidade de São Paulo, demonstrou que 84% das estrangeiras



havam sido presas por infrações relacionadas ao tráfico de drogas<sup>99</sup>.

Em ambos os países, a porcentagem de estrangeiras encarceradas por tráfico de drogas era superior à porcentagem de nacionais encarceradas pelo mesmo delito: no Brasil, 62% das mulheres presas respondem por crimes relacionados ao tráfico de drogas (SOUZA, 2018, p. 53) e, na Argentina 43,6% das mulheres estavam presas por delitos tipificados na Lei 23.737<sup>100</sup>.

Destaca-se, por fim, a sobrerrepresentação da proporção de mulheres estrangeiras no sistema penitenciário se comparadas aos homens estrangeiros. No Brasil, as mulheres são 5,8% da população carcerária, mas, dentre os estrangeiros, as mulheres representam 20,3% dos encarcerados<sup>101</sup>. Na Argentina, as mulheres representam 4,1% da população penitenciária e, dentre os estrangeiros, 9,2% são

---

<sup>99</sup> 1% das mulheres foram acusadas e/ou sentenciadas por associação ao tráfico e 83% por tráfico ou tráfico internacional de drogas. As duas últimas categorias foram agregadas porque é comum que muitas das mulheres entrevistadas não sabiam a diferença entre as acusações de tráfico de drogas e tráfico internacional de drogas conforme a legislação brasileira (ITTC, 2018).

<sup>100</sup> Elaborado pela autora, a partir da base de dados SNEEP, do Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Justicia. Subsecretaría de Justicia y Política Criminal. Dirección Nacional de Política Criminal en Materia de Justicia y Legislación Penal argentinos.

<sup>101</sup> Elaborado pela autora, a partir da base de dados INFOPEN, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, com dados relativos a julho de 2016.



do sexo feminino<sup>102</sup>.

### 4.2. Dificuldades, punições e sofrimentos agravados

Diante de um sistema de justiça criminal e um sistema carcerário pensados para os homens e para os nacionais, em que as políticas são elaboradas com vistas à maioria e que submete, mesmo esse grupo majoritário, a gravíssimas violações de direitos humanos, as mulheres estrangeiras representam um grupo que tem as dificuldades, as punições e os sofrimentos inerentes ao cárcere sobremaneira agravados, pela sua própria condição.

Verifica-se que muitas dessas mulheres sofreram algum tipo de violência institucional já no momento da prisão. Dentre as mulheres atendidas pelo ITTC (2018), 29% relataram ter sofrido algum tipo de violência no momento da prisão. Dentre estas, a maioria (56%) relatou ter sido privada de água, de comida, de ir ao banheiro no local para onde foram levadas no momento da prisão em flagrante: este fato revela-se uma violência institucional quando consideramos que as mulheres custodiadas permanecem nesses locais por muitas horas ou mesmo mais de um dia. São constantes também os relatos de violência verbal (36%), violência física (26%) ou outras formas

---

<sup>102</sup> Elaborado pela autora, a partir da base de dados SNEEP.



de violência (15%), como proibição de ligações (inclusive para advogados), revistas invasivas por policiais homens e coação para assinar documentos<sup>103</sup>.

A violência sofrida quando da prisão, no entanto, é seletiva e direciona-se majoritariamente a mulheres originárias dos países da periferia do capitalismo: 12% das mulheres que relataram violências eram bolivianas, 10% sul-africanas, 8% colombianas, 7% peruanas, 6% paraguaias, 6% angolanas, 4% chilenas, 3% tailandesas, 3% eram filipinas. Somente 4% das mulheres que relataram violências eram europeias, todas espanholas.

As estrangeiras costumam responder aos processos em regime de prisão provisória, posto que, a maioria está presa em razão de crimes de drogas, considerados particularmente graves na maioria dos países latino-americanos e, embora essas mulheres sejam muitas das vezes réis primárias, não têm residência e emprego fixo no país, o que indicaria (na visão dos magistrados) maior possibilidade de fuga. Segundo dados obtidos por Youngers, García Castro e Manzur (2020, p. 18) junto ao Chile, Colômbia e Peru, as presas preventivas representam, respectivamente, 73,3%, 50,9% e 42,9% das

---

<sup>103</sup> Nos questionários aplicados pelo ITTC, o tipo de violência sofrida é uma variável múltipla, permitindo assim que as mulheres deem mais de uma resposta. Por conta disso, a soma das colunas dos gráficos totaliza mais do que 100%



mulheres estrangeiras nas prisões.

As mulheres não-nacionais nas prisões não possuem conhecimento do ordenamento jurídico distinto do seu, o que resulta na impossibilidade de exigir direitos fundamentais, além de uma grande sensação de insegurança. No entanto, por vezes, a língua apresenta-se como o primeiro obstáculo imposto a essas presas. Embora esse seja um problema não tão recorrente nos países de língua espanhola, posto que a maioria das estrangeiras são também hispano-falantes, se mostra uma questão muito presente para as estrangeiras presas no Brasil. Como expõe Leão (2015, p. 250)

Nas prisões em flagrante, esse obstáculo comunicacional é ainda mais prejudicial porque, costumeiramente, são indicados como tradutores, apenas para o ato, agentes da própria polícia que apresentem, em alguns casos durante os plantões da madrugada, algum conhecimento na língua falada por esse estrangeiro. Assim, é possível imaginar que, em hipóteses não tão raras, além de o estrangeiro não compreender a exata extensão dos direitos que lhe são assegurados (por exemplo, o de permanecer em silêncio, o de se comunicar com pessoa de sua confiança e com um advogado etc.), o depoimento que conste no auto de prisão em flagrante não reflita com correção as palavras por ele ditadas.

O Código de Processo Penal brasileiro prevê, no art. 193, que quando o interrogado não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por meio de intérprete. No entanto, essa garantia não se estende às demais fases do processo o que conduz, muitas vezes, a presas provisórias ou apenadas



que não entendam exatamente do que estão sendo acusadas ou porque foram condenadas. Conforme dados do ITTC (2018), 38% das mulheres estrangeiras não teve acesso a um tradutor na audiência de custódia<sup>104</sup>, o que inviabilizou a execução adequada da medida e a possibilidade de aguardar o julgamento em liberdade.

Joana Bahia (2013, p. 68) explica que pela necessidade de se adaptarem aos códigos culturais e compreender a condução dos seus processos, bem como de estabelecerem uma relação de convivência com outras presas, as estrangeiras aprendem rapidamente a língua do país em que estão encarceradas. No entanto, até que isso ocorra, direitos básicos, e mesmo a própria sobrevivência na prisão pode ser afetada. A título de exemplo, uma francesa presa no Recife-PE sofreu até que os agentes administrativos compreendessem que ela não estava grávida, mas com fortes dores estomacais (LEÃO, 2015, p. 250) e, na Argentina, para que as presas solicitem diligências administrativas, devem fazê-lo por escrito, o que resulta na impossibilidade ou dificuldade das não hispano-falantes de serem ouvidas pela direção prisional (CELS

---

<sup>104</sup> Audiência prevista no Código de Processo Penal brasileiro a partir de 2019, realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a prisão em flagrante, com vistas a relaxar a prisão ilegal, conceder a liberdade provisória, aplicar medidas cautelares diversas da prisão ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva.



et. al, 2011, p. 42)

Necessário ter em conta, ainda, que sob a justificativa de combater o narcotráfico, as penas mínimas e as penas máximas para os delitos de drogas aumentaram em até vinte vezes nos últimos cinquenta anos (GARZON; POL, 2015, p. 4). Por estarem presas, majoritariamente, em razão destes delitos, as mulheres estrangeiras acabam recebendo longas condenações: a Lei 23.737 argentina prevê pena de quatro a quinze anos de prisão para o cultivo, produção, comércio e transporte de substâncias proibidas ou matérias primas destinadas à sua produção. A Lei 11.343 brasileira prevê pena de cinco a quinze anos de prisão para quem pratique condutas relacionadas à produção, transporte, entrega ou comércio de drogas. Na Bolívia, a pena máxima por tráfico de drogas é de 25 anos e, na Colômbia, de 30 anos e a tendência de longas penas é a mesma em praticamente todos os países latino-americanos.

Pela distância do entorno familiar, essas mulheres não possuem apoio externo, afetivo ou material. O processo de segregação e desadaptação social das mulheres estrangeiras é ainda mais pronunciado pois, no meio penitenciário, desaparecem muitos de seus elementos de referência das suas comunidades de origem. A impossibilidade de manter contato direto com os filhos e demais familiares também é um fator que



impacta fortemente na saúde emocional dessas mulheres (NAREDO MOLERO, 2004, p. 89).

Se uma parcela considerável das mulheres nacionais não recebe visitas de sua família pela distância ou custos financeiros, e são abandonadas por seus parceiros, a situação de encarceramento é particularmente grave para as estrangeiras, num cenário de vulneração extrema, em que o poder estatal de castigar tem características muito mais profundas, submetendo-as ao isolamento afetivo (CELS et. al., 2011, p. 102).

O ITTC (2018) verificou que, dentre as estrangeiras em conflito com a lei presas no Brasil, 80% delas tinham filhos, em sua grande maioria de até doze anos de idade. Geralmente, os filhos ficam sob a responsabilidade de algum parente ou amigo, também do sexo feminino, ou então com as avós maternas. A maternidade é uma questão que ganha ainda maior relevo quando falamos das mulheres não nacionais, pois os efeitos do encarceramento impactam não só a vida delas, mas também de seus filhos, afetando os vínculos maternos e com outros membros da família, pois nem sempre é possível manter todas as crianças sob a responsabilidade da mesma pessoa.

A falta de visitas e as dificuldades de comunicação com a família, para além da desvinculação afetiva dessas mulheres



e o aprofundamento do seu deslocamento, também impossibilita materialmente uma condição de vida um pouco melhor, sem os produtos alimentícios, de higiene pessoal, vestimentas que os visitantes poderiam levar (CELS, 2011, p. 102).

É necessário considerar também as dificuldades impostas para as presas estrangeiras no que tange às estratégias de ressocialização. Em razão da distância do entorno familiar e de redes de apoio para a ressocialização, bem como da falta de opções de trabalho – o que a administração penitenciária considera como risco de fuga ou reincidência – as estrangeiras têm menor probabilidade de progredir de regime e desfrutar de permissões de saída (NAREDO MOLERO, 2004, p. 86).

No caso brasileiro, parte considerável dessas mulheres encarceradas entraram no país com visto de turista, que tem validade máxima de 180 dias: antes mesmo de terminar o julgamento em primeira instância, estarão em situação irregular no país. Se conseguirem trabalho no período de encarceramento – fechado ou semiaberto –, dificilmente conseguirão receber pagamento, pois para a abertura de poupança no banco é necessário inscrição no CPF, que não é dado aos estrangeiros em situação irregular. Embora a Lei de Execução Penal brasileira obrigue as estrangeiras a permanecer no país até o integral cumprimento da pena,



quando no regime aberto e no livramento condicional, não conseguirão trabalhar formalmente, impedidas de obter Carteira de Trabalho, não poderão abrir conta em instituição financeira, alugar imóvel, casar-se ou registrar união estável, considerando sua situação de estrangeiro irregular e a ausência de documentos (LEÃO, 2015, p. 251).

No caso argentino, as presas estrangeiras não são incorporadas às regras de progressão de regime, uma vez que esse mecanismo é substituído pela expulsão do país: a lei de migrações possibilita a expulsão das estrangeiras não residentes quando do cumprimento de metade da pena. Isso faz com que a população estrangeira permaneça à margem do objetivo (ao menos declarado) de ressocialização da pena (CELS, 2011, p. 69).

### **A título de conclusão: intersecção de opressões e a punição para além da privação de liberdade**

As mulheres estão sujeitas ao cativeiro de sua condição genérica e de sua particular situação, caracterizadas por formas particulares de opressão genérica. O cativeiro das mulheres se expressa na falta de liberdade, concebida esta última como o protagonismo dos sujeitos sociais na história, e dos particulares, na sociedade e na cultura. Enquanto cativa, a mulher se encontra privada de liberdade



(LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2005, p. 37) (tradução nossa) <sup>105</sup>.

A categoria de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1989; 1991) e largamente difundida na literatura de língua inglesa, designa a interdependência das relações de poder marcadas, concomitantemente, pela classe, pelo sexo e pela raça, tendo em conta as múltiplas fontes de identidade que contribuem para estruturar as experiências das mulheres. Embora inicialmente pensado a partir do feminismo negro estadunidense, a interseccionalidade em muito contribui para a análise da questão carcerária feminina latino-americana, sobre a qual incidem ainda mais relações de poder e opressão.

A situação das mulheres estrangeiras encarceradas na América Latina nos permite questionar de que modo se entrecruzam os processos de criminalização, controle social e encarceramento com as matrizes interseccionais de gênero, sexo e raça que delimitam suas experiências.

No continente latino-americano, historicamente marcado pela desigualdade social, exploração e

---

<sup>105</sup> No original: “Las mujeres están sujetas al cautiverio de su condición genérica y de su particular situación, caracterizadas por formas particulares de opresión genérica. El cautiverio de las mujeres se expresa en la falta de libertad, concebida esta última como el protagonismo de los sujetos sociales en la historia, y de los particulares en la sociedad y en la cultura. En tanto cautiva, la mujer se encuentra privada de libertad”.



colonialismo, a guerra às drogas foi aplicada com especial intensidade e violência. No entanto, diferentemente do apregoado pelo discurso jurídico-penal universalizante, a rigorosa legislação de combate, produção, comércio e consumo de substâncias proibidas não incidiu igualmente sobre todos. Pelo contrário, apenou indígenas, pretos e pardos, provenientes de situações de pobreza e desigualdade, com baixos níveis educacionais, desempregadas ou com subempregos na economia informal.

Dentre os socialmente desfavorecidos, tampouco afetou na mesma proporção os homens e as mulheres. Estas, ocupantes dos mais baixos escalões do tráfico, na venda e transporte de drogas no varejo, são condenadas por crimes de drogas mais do que por qualquer outro delito. Estas vão, com prisões preventivas e penas mais longas, cumprir pena em um ambiente que não foi pensado para mulheres, em um sistema penitenciário incapaz e desinteressado em atender suas necessidades mais elementares, longe da família, abandonadas pelos companheiros, sem visitas.

Em meio a essas mulheres encarceradas, ainda com menos direitos, há aquelas estrangeiras, provenientes de outros países da periferia do capitalismo que, sem família ou residência no país, têm ainda mais chances de aguardarem ao julgamento na prisão; sem conhecimento da língua ou do



ordenamento jurídico, não compreendem bem seu processo; sem rede de apoio, não conseguem progredir de regime e obter benefícios na execução penal; que têm seus filhos para além da fronteira.

Ao fim deste trabalho, esperamos que a visão interseccional proposta nos permita pensar que o gênero das encarceradas é uma das dimensões dentro da complexa teia de relações sociais e políticas, e que nos permita analisar a execução da pena imposta tendo em conta as múltiplas categoriais de dominação e discriminação socialmente construídas, como gênero, classe, origem de países da periferia do capitalismo, status de estrangeiras, que atuam simultaneamente resultando em situação de extrema desigualdade social e jurídica.

### Referências

ANTONY, Carmen. Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina. **Nueva sociedad**, v. 208, p. 73-85, 2007.

AZAOLA, Elena. Las mujeres en el sistema de justicia penal y la antropología a la que adhiero. **Cuadernos de Antropología social**, n. 22, p. 11-26, 2005.

BAHIA, Joana. Estrangeiras na prisão: o cotidiano das mulheres presas no Brasil. **Sociedad y Discurso**, n. 23, p. 66-67, 2013.



BOITEUX, Luciana; Colectivo de Estudios Drogas y Derecho (CEDD). **Mujeres y encarcelamiento por delitos de drogas**. Washington, DC: CEDD, 2015.

BOLDO, Claudia Salinas. Que no nos olviden: investigar desde las mujeres en prisión. In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. **Lecturas críticas en investigación feminista**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

CEJIL. **Mujeres privadas de libertad**. Informe regional: Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Uruguay. Washington, DC: CEJIL, 2007.

CIENTRO de Estudios Legales y Sociales (CELS); Ministerio Público de la Defensa de la Nación; Procuración Penitenciaria de la Nación. **Mujeres en prisión: los alcances del castigo**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2011.

CORDA, Alejandro. Encarcelamientos por delitos relacionados con estupefacientes en Argentina. In: METAAL, Pien; YOUNGERS, Coletta (ed.). **Sistemas sobrecargados: leyes de drogas y cárceles en América Latina**. Amsterdam/Washington: WOLA; TNI, 2010. p. 11-20.

CORDA, Alejandro; FUSERO, Mariano. De la Punición a la Regulación Políticas de cannabis en América Latina y el Caribe. **TNI Policy Briefing**, n. 48, set. 2016.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.



\_\_\_\_\_. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6,, p. 1241-1299, 1991.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

\_\_\_\_\_. Drogas: distorsiones y realidades. **Nueva Sociedad**, n.102, jul./ago. 1989, p. 81-93.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FACIO, Alda; CAMACHO, Rosalía. Em busca das mulheres perdidas – ou uma aproximação – crítica à criminologia. In: **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: CLADEM Brasil, 1995. P. 39-74.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI–Notas introdutórias. In: **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho (MPT), p. 19-40, 2015.

GARAT, Guillermo. Paraguay: la tierra escondida. Examen del mayor productor de cannabis de América del Sur. **Análisis**, Bogotá, ago. 2016.

GARZÓN, Juan Carlos; POL, Luciana. O elefante na sala: drogas e direitos humanos na América Latina. **Revista Sur**, v. 12, n. 21, 2015.

GIACOMELLO, Corina. Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina. **Documento informativo del IDPC**. International Drug Policy Consortium, 2013.



INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **Boletim Banco de Dados Mulheres Migrantes em Conflito com a Lei**. 2018. Disponível em: < <http://ittc.org.br/boletins/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Ciudad de México: UNAM, 2005.

LEÃO, André Carneiro. “Los Nadies”: estrangeiros encarcerados no Brasil. In: OLIVEIRA, Luciano; ROSENBLATT, Fernanda Fonseca; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Para além do Código de Hamurábi**: estudos sociojurídicos. Recife: ALIDI, 2015. p. 239-257.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MACHADO, Lia Osório. Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 123-134, 2014.

NAREDO MOLERO, María. ¿Qué nos enseñan las reclusas?: La criminalización de la pobreza desde la situación de reclusas extranjeras y gitanas. **Humanismo y trabajo social**, n. 3, p. 67-94, 2004.

NICOLAO, Julieta. Migraciones intrarregionales en Sudamérica. **Boletín Elcano**, n. 134, p. 1-10, 2011.

NOVICK, Susana; HENER, Alejandro; DALLE, Pablo. **El proceso de integración Mercosur: de las políticas migratorias y de seguridad a las trayectorias de los inmigrantes**. Documentos

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



de Trabajo n. 46. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2005.

OHCHR. Non-discrimination and the protection of persons with increased vulnerability in the administration of justice, in particular in situations of deprivation of liberty and with regard to the causes and effects of overincarceration and overcrowding. **Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights**. Geneva, Switzerland: United Nations, 2017.

PROCURACIÓN PENITENCIARIA DE LA NACIÓN. **Prisión e inmigración**: población extranjera detenida en las cárceles federales. Buenos Aires: Procuración Penitenciaria de la Nación, 2014.

ROPE, Olivia; SHEAHAN, Frances. **Global Prison Trends 2018**. London: Penal Reform International, 2018.

SANTOS, Thandara (org.). **Levantamento nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

SUBSECRETARÍA DE POLÍTICA CRIMINAL. **Mujeres privadas de libertad en el Sistema Penitenciario Argentino**: dirección nacional de política criminal em materia de justicia y legislación penal. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2016.

SWANNINGEN, Rene van. Feminismo e Derecho Penal: ¿Hacia una política de abolicionismo o garantismo penal? In: HULSMAN, Louk et. al. **Criminología crítica y control social**: El poder punitivo del Estado. Rosario, Argentina: Juris, 1993. pp.



119-148.

UNODC. **World Drug Report 2018**: Conclusions and policy implications. Vienna: United Nations, 2018. Disponível em: <[https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18\\_Booklet\\_1\\_EXSUM.pdf](https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_1_EXSUM.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

UNODC. **Making drug control 'fit for purpose'**: Building on the UNGASS decade. Report by the Executive Director of the United Nations Office on Drugs and Crime as a contribution to the review of the twentieth special session of the General Assembly. Vienna: United Nations, 2008.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

WALMSLEY, Roy. **Women Female Imprisonment List**: fourth edition. London: Institute for Criminal Policy Research, 2017. Disponível em: <[https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_female\\_prison\\_4th\\_edn\\_v4\\_web.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf)>. Acesso em: 12. ago. 2019.

WALMSLEY, Roy. **World Prison Population List**: eleventh edition. London: Institute for Criminal Policy Research, 2016. Disponível em: <[https://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_11th\\_edition\\_0.pdf](https://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_11th_edition_0.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

YOUNGERS, Coletta A.; GARCÍA CASTRO, Teresa; MANZUR, Maria. **Women behind bars for drug offenses in Latin America**: what the numbers make clear. Washington, DC: WOLA, 2020.



## **CAPÍTULO 8**

### **NAS TRAMAS DAS RE-EXISTÊNCIAS: SABERES E LUTAS DE MULHERES LATINO AMERICANAS**

Isabel Araujo Isoldi <sup>106</sup>

Vivian Parreira da Silva <sup>107</sup>

#### ***Abrindo brechas e caminhos para cantar nossas histórias***

Pensar as mulheres latino americanas no âmbito das ciências humanas e de uma prática científica que se quer emancipatória, nos leva a olhar as múltiplas formas de ser e

---

<sup>106</sup> Graduiu-se em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas com bacharelado (2005) e licenciatura (2006), e em Pedagogia (2016) pela Unimes. Atua em projetos de ensino, pesquisa e extensão junto a populações tradicionais na Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado. Obteve o título de mestre em Geografia pela Unicamp (2010) em pesquisa acerca das territorialidades quilombolas e conflitos sócio-espaciais no território nacional, com foco nas comunidades Kalunga/PA e do rio Trombetas/PA, e o título de doutora pela Universidade de São Paulo (2021) no Programa de Integração da América Latina, em pesquisa envolvendo territorialidades afroamericanas e estados nacionais no Brasil e na Colômbia. Atua na área da educação em Geografia com projetos voltados à identidade territorial. As principais áreas de atuação são: Ciências Humanas, Geografia, Território, Educação. Ambiente e Sociedade. Email: belisoldi@gmail.com

<sup>107</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos com pesquisa em educação das relações étnico-raciais. Mestre em educação pela mesma universidade com trabalho junto a comunidade congadeira Marinheiro de São Benedito Uberlândia MG. Possui graduação em história pela Universidade Federal de Uberlândia (2005) Licenciatura e Bacharelado. Atua com os temas: Práticas Sociais e Processos Educativos; educação das relações étnico-raciais, antirracismo, formação de professores, danças e brincadeiras das culturas populares brasileiras. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em cultura popular, comunidades tradicionais, relações étnico-raciais, danças brasileiras, oralidade e memória, educação popular. Coordena o grupo de pesquisa e prática em danças brasileiras Girafulô, Realiza atividades de formação de professoras e agentes educacionais com enfoque no diálogo de saberes, salientando os saberes das africanidades. Email: vivianparreira6@gmail.com



existir em um mundo cujas estruturas sociais são atravessadas pelo capitalismo, o patriarcado e o racismo enquanto eixos de hierarquização social formados no passado e mantidos na atualidade. As inúmeras contradições oriundas do sistema político, econômico e da falta de condição cidadã, permeiam a vida dessas mulheres, que somos nós. Não obstante, as formas de resistência, de aproveitamento das brechas do sistema, de participação política e cultural, são práticas contínuas de reinvenção e de re-existência que mantêm em constante dinâmica as vidas de relações, as transmissões de saberes, os modos de vida.

Este trabalho busca analisar certas práticas sociais de mulheres na América Latina, enquanto formas de resistência à subalternização imposta pelo processo colonizatório e de re-existência, ou seja, de continuidade da vida física e cultural, a partir de uma perspectiva contra colonial e de uma epistemologia do Sul, bem como das observações e vivências de tais práticas em tempo presente.

Enquanto base teórica partimos da perspectiva contra colonial proposta por Antonio Bispo dos Santos (2015, 2018), que entende por colonização os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra,



e por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Enquanto intelectual e quilombola, Antonio Bispo traz uma perspectiva *desde dentro* que contribui com profundidade ao debate das questões quilombolas e dos direitos das populações tradicionais.

Bem como da prática de uma epistemologia do Sul, conforme Boaventura de Sousa Santos (2010), uma premissa para novos processos de produção e valorização de conhecimentos legítimos, científicos ou não científicos, novas relações entre diferentes tipos de conhecimento, a partir das práticas das classes e grupos sociais que tem sofrido de maneira sistemática as injustiças da desigualdade e das discriminações causadas pelo capitalismo e pelo colonialismo. Para o autor, o sul global não se limita ao sul geográfico, mas é uma categoria que agrega as populações que sofrem as agruras causadas pelo capitalismo e pelo colonialismo em escala global, sendo um Sul anticapitalista, anticolonial e anti-imperialista. Este Sul também se encontra dentro do Norte global, entre as populações excluídas, silenciadas e marginalizadas. De acordo com o autor, para construirmos novas formas de fazer Ciência é necessário reconhecer outros modos de conhecimento alternativos, possibilitando uma



Ciência multicultural, que relacione e coloque em diálogo diferentes saberes, conhecimentos diversos, locais e acadêmicos, que se fortaleçam e se alimentem mutuamente.

Estas reflexões são decorrentes das pesquisas de doutorado “Territorialidades amefricanas e Estados nacionais: Brasil e Colômbia” da pesquisadora Isabel Isoldi, Prolam/USP, e “Jongo na escola: contribuições para e na educação das relações étnico-raciais” de Vívian Parreira da Silva. O presente artigo propõe dialogar saberes vivenciados e experienciados pelas autoras em diferentes espaços como o Ilê Axé Omo Aye, grupos de cultura popular e comunidades tradicionais. Deste modo, este artigo busca tecer um diálogo entre saberes produzidos nos âmbitos acadêmico e não acadêmico, com vistas a colaborar com às reflexões acerca dos processos de luta e re-existência de mulheres, considerando sobretudo os saberes construídos nas experiências e vida em diferentes espaços de luta, convívio e partilhas.

### **Compreendendo as estruturas**

As mulheres latino americanas são múltiplas, ameríndias, afrodescendentes, misgicénadas, *amefricanas* (Lélia Gonzalez, 1988), atuaram e atuam em movimentos contrários à subalternização imposta pela colonização, movimentos



estes que podem ser compreendidos a partir de uma visão contra colonial que considera a agência do subalternizado. Aqui, o nosso olhar se direciona para distintas formas de resistências de mulheres latino americanas na diáspora transatlântica, bem como para as re-existências, ou seja, movimentos de vida de criação de estratégias contra-hegemônicas, de produção de modos de vida para a continuidade física e cultural, individual e coletiva.

Antes, contudo, propomos um olhar para as estruturas que promovem a subalternização. No processo colonial, os mais diferentes povos com quem os colonizadores se depararam, com ricas culturas, linguagens, produtos culturais, memórias, identidades, por si mesmos nomeados como maias, incas, astecas, aimarás, tupis, tupinambás, xavantes, etc, foram todos reduzidos a simplesmente *índios*. Da mesma forma com os diversos povos trazidos do continente africano, achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc, simplesmente reduzidos a *negros*. A imposição de uma identidade racializada relegou as identidades próprias e singulares de cada povo-civilização a um lugar de inferioridade no sistema mundo moderno/colonial (AZA NJERI, 2020).

A questão racial é central no processo colonizatório. O conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano (2005) expressa a ideologia de dominação através da



hierarquização racial que foi elaborada e exercida pela Europa ocidental através do colonialismo e que permaneceu mesmo após o fim das colônias. Para o autor, essa dominação é exercida de forma abrangente, com formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento. A criação da ideia de raça é central para a elaboração dessa dominação eurocentrada, à medida que permite a inferiorização dos povos e culturas vistos como *outros*.

Um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/ étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2010, p.84).

Raça e identidade racial tornaram-se instrumentos de classificação social básica, sendo um eficaz instrumento de dominação social, de modo que a inferiorização dos povos dominados foi naturalizada. A modernidade e a racionalidade foram narradas como produtos europeus e uma série de categorias foram codificadas, como Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno, Europa e não-Europa. (QUIJANO, 2005).



Essa ideologia foi a base para toda a escravidão atlântica e a diáspora africana nas Américas. Embora a escravidão existisse anteriormente ao século XV, o tráfico transatlântico foi responsável por consumir cerca de 15 milhões de homens e mulheres, sequestrados de suas terras. Configura-se como um dos principais empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação do sistema econômico mundial. (REIS, José dos Santos e GOMES, Flávio dos Santos, 2012).

Desse modo, o processo colonizatório e escravista, do qual decorreu a chamada modernidade, teve seus alicerces ideológicos na superiorização de uma forma de conhecimento como oficial e verdadeira, sendo o pensamento moderno europeu entendido como uma episteme superior, como o grau maior da evolução da humanidade, que subjuguou outras epistemes, outras formas de conhecimento. Assim a formação histórica e territorial da América está totalmente intrincada ao processo de constituição da modernidade/colonialidade, ou seja, da Europa colonizadora como superior e moderna, e os povos colonizados como inferiores e passíveis de dominação. A partir do período conhecido como o das grandes navegações, o mundo, que era policêntrico, ou seja, não tinha um único centro de poder mas sim diversos reinos, impérios e povoados,



e não capitalista, tornou-se hierarquizado a partir de uma cultura que foi tida como hegemônica.

Além da questão racial, a subjugação do feminino foi trazida para as Américas pelo colonizador. O desenvolvimento desta mentalidade se deu no pensamento eurocidental num período que antecedeu às colonizações com o cercamento das terras comunais, de caça às bruxas e do surgimento do capitalismo, conforme debate presente na obra de Silvia Federici (2017). Na Europa feudal, as mulheres do povo exerciam papéis comunitários centrais, gerenciando o uso de recursos comuns, sendo parteiras, curandeiras, lideranças que atuavam entre o proletariado medieval, formado por pequenos agricultores/as, artesãos/ãs, trabalhadores/as. Durante a crise do feudalismo, a terra foi sendo privatizada com o despejo de inquilinos, o aumento de aluguel e dos impostos, causando endividamento dos agricultores. A privatização da terra se deu através da extinção do sistema de uso comum dos recursos, fim do sistema de campos abertos, o fechamento das terras comunais e a demolição dos barracos dos camponeses que não tinham terra, mas que sobreviviam graças a seus direitos consuetudinários. Embora os camponeses tenham lutado contra os cercamentos com guerras e inúmeros levantes, milhares de comunidades rurais foram destruídas dessa maneira. A cooperação no trabalho



agrícola desapareceu, os contratos coletivos tornaram-se individuais e as diferenças econômicas entre a população rural foram aprofundadas. (FEDERICI, 2017).

Tal processo resultou em uma nova divisão sexual do trabalho com a construção de uma ordem baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação aos homens, a mecanização do corpo proletário e sua transformação, em uma máquina de produção de novos trabalhadores, sendo a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII fundamental nesse processo, à medida que enfraqueceu e limitou as práticas sociais das mulheres. A perseguição feminina por acusação de bruxaria, foi uma campanha terrorista patrocinada pelo Estado, que teve papel fundamental para a derrota do campesinato europeu facilitando a expulsão das terras anteriormente comunais. Desse modo, a subjugação através da caça às bruxas é apontada por Federici (2017) como um elemento importante para a acumulação primitiva do capital, mas que foi excluído da análise de Marx ao tratar do surgimento do capitalismo. Esta mentalidade de subjugação do feminino está, portanto, atrelada ao processo da terra tornada propriedade, ao invés de bem comum.

A modernidade eurocêntrica, ao impor um único modelo epistemológico ao mundo, multicultural e heterogêneo,



pretendeu torná-lo monocultural, causando assim um epistemicídio, com a destruição de formas de saber, inferiorização de conhecimentos e apagamento de visões de mundo multifacetadas. Nestas construções sociais e simbólicas, foi instituída uma escala hierarquizadora na qual as mulheres são subalternizadas e mais ainda, as indígenas e afrodescendentes. Para María Lugones (2014), de acordo com a lógica opressiva da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e também sexualidade. Nesta perspectiva, o mundo é entendido separado em categorias, sendo a principal diferenciação a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano, na qual os homens europeus seriam o ápice do ser civilizado e plenamente humano e os colonizados reduzidos a seres primitivos, não humanos, sendo as mulheres não-brancas o degrau mais baixo dessa hierarquia.

Na condição colonial de escravizado, a pessoa tinha sua vida tomada como propriedade de seu dominador, tendo sua humanidade dissolvida. Porém, esse poder de desumanização, nunca se instaurou de forma total. Ainda que extremamente eficaz, sempre existiram brechas de resistência provindas de organizações sociais chamadas de primitivas e entendidas como não modernas, devido às suas formas de



organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual, que tem resistido à modernidade capitalista e que estarão em tensão com ela enquanto forem reduzidas a formas pré-modernas. Porém, ao serem lidas como não modernas e, por isso, formas sociais alternativas à necropolítica do Estado moderno, essas populações afirmam seu caráter para além de oprimidos, mas como resistentes (LUGONES, 2014).

Os saberes de distintas culturas ameríndias, africanas e mestiças, que foram inferiorizadas, em verdade, não se reduzem a elementos mítico-religiosos em oposição à racionalidade e à ciência, mas envolvem saberes integrados, com uma abordagem holística da totalidade e uma clivagem menos rígida entre razão e prática, envolvendo saberes múltiplos. As mulheres nessas culturas não ocupam funções subordinadas, são importantes sacerdotisas, curas, matriarcas, guerreiras, reprodutoras e guardiãs de saberes ancestrais.

### ***Saberes vividos nas lutas partilhadas desde o nosso lugar***

As mulheres que sustentam e inspiram este texto driblam a lógica vigente de subjugação imposta pelo projeto colonial quando, além de resistir, de sobreviver, promovem a criação de novas possibilidades, inventam novas formas de existir e



inscrevem no Tempo a memória de luta, a ancestralidade, os contornos de histórias de vida que erguem e sustentam saberes partilhados no exercício de serem mulheres latino americanas. Diante do fato de que umas das formas de subjugação é a promoção do esquecimento, ou seja, da invisibilização das agências de mulheres subalternizadas, nossos sentidos se voltam a reconhecer, aprender e potencializar estes saberes fundamentados nestas re-existências. Daí a proposta do olhar para narrativas que foram sendo silenciadas.

O matriarcado, valor fundamental das africanidades, é central nas éticas e estéticas que assentam nos saberes e identidades no Brasil. Dentro das comunidades, escolas e movimentos sociais os saberes femininos sustentam diretrizes históricas de lutas e conquistas. Nas religiões de matrizes afro-ameríndias, por exemplo, o papel da mulher é central. De acordo com Juana Elbein dos Santos (2012) em obra acerca dos nagôs:

o chefe supremo do 'terreiro' a Ìyálôrisá, textualmente, a 'mãe'-que-possui-os òrisá, que é responsável pelo culto dos òrisá, é, ao mesmo tempo, a Iyá-l'àse, isto é, a detentora e transmissora de um poder sobrenatural, de uma força propulsora chamada àse (SANTOS, Juana Elbein dos 2012, p.37)

Os saberes ancestrais femininos dinamizados na vida em comunidade no terreiro, nas congadas, nas comunidades



jongueiras, nos movimentos sociais são continuidade e garantia de existências. Entretanto, há séculos estes saberes são perseguidas em nome do projeto da colonialidade, um projeto que prima pela assimilação, esvaziamento e apagamento das memórias. Afirmamos isso considerando que estes saberes são fontes de vida, de potência, de criação e de re-existências, portanto promovem continuidade e possibilidades de re-existirmos praticando a vida ressignificada na diáspora.

Ressaltamos e reivindicamos os saberes femininos como centralidade da vida, como energia para realizar, para fundamentar posturas e ações imprescindíveis em nossa luta contra-colonial. De acordo com Antônio Bispo dos Santos (2015), a contracolônização se assenta em ações, e movimentos constantes para contrariar a colonização. Para além de superarmos a colonização, devemos contrariá-la, exercendo ações pedagógicas contínuas, exercitando modos de vida que contrariem o sistema colonial. Sabemos que não é tarefa simples, mas sabemos também que é possível desde que nos impliquemos nesta luta considerando que as dimensões de gênero, raça e classe estão na centralidade das nossas ações contracoloniais. Não podemos ignorar que o projeto colonial, estruturante de nossa educação escolar, tem, nestes três pilares, tecnologias de disseminação de ódio



que nos impõe o medo e nos fazem encostar as mazelas para seguirmos presas às amarras das tragédias do *continuum* colonizante.

Em diálogo com Quijano (2010) e Santos (2015), afirmamos que a colonialidade, é fundamentada em uma cosmovisão monoteísta e maniqueísta, este jeito de viver e interagir no e com o mundo se espraia para além da compreensão religiosa, engloba a educação, as artes, a vida como um todo. Sendo o colonialismo um jeito de viver *mono*, ele é, portanto, avesso ao jeito de ser e viver pluriversal, múltiplo, diverso, este sistema *mono* nega a existência que por sua vez reivindica múltiplas possibilidades de ser.

Deste modo, em contraponto a colonialidade que busca hierarquizar saberes e existência, nós buscamos e propomos a conectividade, a coexistência e a potência existente em colaborar, em trabalhar junto. As categorias gênero e raça tem sua gênese nos processos colonizatórios, pois a hierarquização de saberes e existências é uma violência perversa que gera desarmonia. Enquanto a desarmonia promove a morte, a harmonia e a confluência potencializam existências. Não se trata portanto de trazer ao debate o fato de sobrepor uma existência à outra, nos interessa aprender com a luta das mulheres para exercitarmos os giros epistemológicos que



buscamos quando propomos caminhos de encantamento que viabilizam a vida.

Partindo dessa perspectiva, cada pessoa é constituída pelas energias femininas e masculinas. É importante trabalharmos para mantê-las em harmonia. Entretanto, é a energia feminina que contém a cabaça da existência, cabaça que gera, cria, co-cria. O feminino é o útero do mundo, potência da vida comunitária, coletiva, pautada pela justiça e pelo *bem viver*. Carregamos toda uma ancestralidade que nos permite ser, existir, resistir, re-existir, assim, somos ancestrais, nossos corpos são ancestrais, portanto, sagrados. Desse modo, nossa existência só é possível em contato, em relação com a natureza. Sem ela não somos. A ancestralidade é a natureza. Assim sendo, os *saberes ancestrais femininos* nos ensinam que devemos voltarmos à terra, pois ela é o centro da vida (ALDIBÊNIA FREIRE MACHADO, 2020, p. 01)

Cabe dizer que a convivência harmoniosa não significa ausência de conflitos, mas precisa ter como princípio ético a possibilidade das existências, o respeito às diversidades e diferenças como projeto comum a valorização da vida, por meio das confluências e complementariedades.

Somos seres de complementariedade, “somos criados para uma rede delicada de relacionamentos, de interdependência com os nossos companheiros seres humanos, com o restante da criação” (DESMOND TUTU, 2012, p.42). Para que eu possa desfrutar do bem viver portanto, é necessário que as pessoas com quem compartilho a vida e o mundo também possam estar em equilíbrio com seu ser total.



Esta concepção de vida contraria, os sistemas coloniais capitalistas, que tem em suas bases a perversidade da hierarquização de saberes, o individualismo e a competição.

É Tempo de construirmos novos caminhos, de re-inventarmos, de promovermos presenças e encantamento. O repertório que os saberes ancestrais femininos nos apresentam, nos permitem analisar os caminhos, olhar para trás e buscar aquilo que deixamos, nunca é tarde para abriremos caminhos em favor da vida. Rever o caminho, re-conhecer, retomar o fôlego. Nas culturas afro-brasileiras e ameríndias, aprender com o passado é condição de existência. Eleni Tedla (1995), em sua obra intitulada "Sankofa, african thought and education", nos apresenta reflexões sobre a importância de nos voltarmos às nossas origens, às nossas raízes como fundamento para uma educação a ser construída e praticada no presente e no futuro.

Reconhecer e vivenciar as sabedorias assentadas nas experiências de vida de mulheres que habitam as rodas, os xirês, as lideranças de comunidades, os acampamentos de luta pela terra, as escolas é para nós uma ação contra-colonial e de fundamento para a continuidade. Afirmamos isso em diálogo com Santos (2020), que diz: "Nós nascemos no ventre das mulheres, para viver no colo da Terra E nós nascemos no ventre da Terra, para viver no colo da ancestralidade".



Então, reivindicamos a ancestralidade como ética e fundamento da responsabilidade de continuidade das tradições junto com a coletividade.

A ética neste caso é o sistema que permite que a vida possa existir e manter-se em estado de equilíbrio, harmonia e bem-estar para a grande comunidade humana. Ética então é seguir a tradição e inovar no cotidiano e não repetir regras e conservar o cotidiano. O que se conserva sempre é a tradição. Tradição é ancestralidade na experiência dos africanos e seus descendentes espalhados por todo o mundo na diáspora africana (OLIVEIRA, 2007, p. 256).

A ancestralidade, por sua vez, é ética de sustentação e de compartilhamento de saberes. Vivemos a ancestralidade enquanto presença e continuidade, não como algo que se deu em um passado, tampouco algo que se ligue somente a hereditariedade. Reconhecemos a ancestralidade como experiência que nos constitui, como sabedoria e condição de uma existência ritualizada, encantada, tecida nas memórias e palavras que ensinam, assentadas em outras dinâmicas de tempo e de relações.

### ***Mãos femininas que alimentam as re-existências: ciências forjadas com nossas ancestralidades***

Nas culturas afro-ameríndias, a ancestralidade é o esteio da vida coletiva, “ a ancestralidade é a nossa via de identidade histórica. Sem ela não compreendemos o que



somos e nem seremos o que queremos ser” (CUNHA JÚNIOR, 1999 apud OLIVEIRA, 2007, p.264). A ancestralidade, portanto, é assentamento da cosmopercepção de mundo própria de práticas afro-diaspóricas, a maneira como dialogamos, vivemos, sentimos e nos relacionamos com este mundo. Em diálogo com Oyèrónké Oyěwùmí (2018) partilhamos o termo cosmopercepção, considerando como afirma a autora, este como um termo mais inclusivo e amplo para dialogar sobre as diferentes concepções de mundo (OYĚWÙMÍ, 1997 apud SARAIVA, 2018, p.121). Então, a busca por exercitar a ancestralidade como ética e estética do bem viver é também alargar as oportunidades de reconhecermos diversas experiências.

A capacidade de criar improvisos que atam a memória do grupo e a expressam na palavra é um dos encantamentos que identificam a cultura do jongo. Em muitas tradições vindas das Áfricas, conta-se que o avô e avó são a mesma pessoa que os netos. Dessa forma, a imantação do ciclo da vida está naquilo que se passa adiante, fazendo o giro completo em torno da roda, cruzando os quatro cantos da linha da Kalunga. Em culturas como o jongo, samba e candomblé são as mãos femininas que dão de comer e firmam os pequenos na lida. Existe uma história famosa na Serrinha que diz sobre a entrada de crianças no jongo. Nessa história contam que era proibido a presença delas, mas Vó Maria Joana recebeu recomendações dos antepassados para que as crianças fossem integradas ao rito SIMAS; RUFINO, 2019, p. 85).



Então, reafirmamos nossa responsabilidade para exercício de reconhecimento das mãos femininas que alimentam e firmam a caminhada de toda uma comunidade, como mãos que são pluriversalidade (RAMOSE, 2011) de saberes que, alicerçadas na diáspora africana, promovem uma reorganização ética e estética, e nos ensinam a olhar nas brechas e reconhecer nelas outras belezas, ciências, jeitos de ser e estar em diálogo com o mundo. Como nos ensina PINTO:

Então, quando se joga capoeira, quando se dança o candomblé, quando se dança o samba a gente tá interagindo e a gente está segurando, esse é um processo de cura. A gente, mesmo que a gente diga assim: ah, estou saudável, não preciso de médico, mas a gente tá doente porque a gente vive num ambiente doente. Todo ambiente que tem injustiça, que tem discriminação, que tem exclusão é um ambiente doente. O mundo é doente. O mundo é doente quando não agrega, quando poucos têm muito e muitos não têm nada (2018).

Quando dançamos candomblé, quando fazemos jongo, quando jogamos capoeira promovemos um processo de cura, em um tempo dedicado à nossa existência, um tempo dedicado à recriação e à reinvenção junto com as nossas ancestralidades. Estes saberes, assentados em propósitos de vida, considerados e vivenciados como alargamento das existências dentro de suas multiplicidades e das suas diversidades são explicações e experimentações de mundo. Estes saberes experimentados na vida vivida em comunidade constituem uma pluriversalidade de jeitos de estar no mundo.



As potências inventivas que moram nas memórias, nas ancestralidades, nos encantamentos são motivações, e são elas próprias a energia para driblarmos a escassez imposta pelo colonialismo. As mulheres que historicamente escavam a terra e fincam nela suas raízes, plantam e fazem brotar, através das existências, as sagacidades que desenham e promovem vida em detrimento da morte.

Em contraponto ao cânone que se reivindica individual, racional, superior e universal, os saberes gestados por mulheres, desde as invasões e na diáspora, são e promovem coletividade, são partilhados em comunidade. Ou seja, o projeto colonial tenta, historicamente, nos impor uma lógica de vida baseada em valores que nos fazem acreditar que somos seres individuais, mas sabemos, a partir das vivências, filosofias, saberes e experiências vivenciadas nos terreiros, nas aldeias que somos seres interconectados. Esta interconectividade se dá entre tudo aquilo que existe, pois todo ser é força, potência, dinamismo e movimento. Por isso a comunidade é esteio onde realizamos nossos propósitos, onde partilhamos e exercemos os nossos dons. Para o povo Dagara, na África Ocidental, sem a comunidade não podemos existir em plenitude.

A comunidade, o espírito, a luz-guia da tribo, é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu



propósito e para cuidar uma das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros (SOMÉ, 2007, p. 35).

Então, o conhecimento se constrói no encontro, na relação entre todos os seres, e a comunidade fundamenta as cosmo percepções que não tem a centralidade da vida projetada apenas no mundo visível, mas também nas forças e existências dos mundos invisíveis. Ou seja, estas cosmo percepções rasuram a lógica colonial na medida em que reconhecem nas confluências as mais diversas possibilidades de ser e saber.

A cada momento em que dançamos nos xirês, em que cantamos os versos nas rodas, em que saudamos as mestras, em que ingerimos os chás e nos perfumamos com as forças das ervas sagradas, a cada momento em que damos a *punga* nas rodas de jongo estamos reinventando o mundo e reverenciando os saberes das mulheres, das *lyás* que vieram antes de nós. Quando colocamos em prática nosso ser em totalidade, experimentamos as oportunidades de construir conhecimentos banhados de afeto, amor, intuições e espiritualidade. E todas estas são categorias de existência nas cosmo percepções africanas, afro-ameríndias e diáspóricas.



Nós, filhas e filhos dos caboclos e encantados desta terra, dos orixás transladados na diáspora, aprendemos e ensinamos desde o nosso envolvimento no universo da vida. Nós vivemos e promovemos continuidades a partir das inúmeras experiências forjadas nas lutas e re-existências dos povos que aqui habitam antes das invasões. A clivagem proposta e imposta pela colonialidade como mecanismo de controle não nos cabe, pois seguimos buscando e exercitando a inteireza, a compreensão intuitiva das coisas, o conhecimento tecido no afeto, nas rodas, pois somos um microcosmo no universo e o universo existe em nós ( ANI, 2017).

Deste modo, implicadas com a sabedoria *Sankofa*, reconhecendo e reverenciando as lutas e saberes das mulheres que aqui existiram e existem em constante afirmação da vida, sabemos que sempre é Tempo de nos curarmos e conseqüentemente curarmos as nossas práticas e fazermos com que elas rumem para caminhos inventivos, de afetos, presenças, amor e possibilidades. Então, *nosso Tempo é agora*, parafraseando Mãe Estela de Oxóssi, entendemos que o Tempo é espaço de vida, de aprendizagens, ensinamentos, existências e transformações.

As possibilidades de existência dentro da cosmopercepção Bantu, acontecem nas dimensões da ancestralidade, na dinâmica do Tempo, nas palavras



enfeitçadas carregadas de intencionalidades, “o imperativo fundamental da filosofia bantu é a afirmação categórica de que todo ser é força” (OLIVEIRA, 2006, p.70). Esta cosmosensação amplia os sentidos e desarticula os esquemas ocidentais de percepção do mundo, que priorizam a razão (SILVA, 2020).

Priorizar a razão, negar o afeto, desvalorizar as subjetividades, minar a confiança, são estratégias do patriarcado que ainda vigoram e sustentam violências praticadas de todo modo contra as nossas existências. Todos nós sabemos que é imprescindível nos mantermos em constante caminhada e sempre alertas para garantir nossa existência e honrar a memória daquelas que vieram antes. Só podemos partilhar e fiar estas escritas, buscando dialogar desde nossos lugares de mulheres latino americanas, porque antes de nós vieram outras mulheres, que nos amparam e sustentam em seus ombros para que possamos seguir alargando os caminhos e adubando as esperanças.

O projeto colonial não quer que nos reconheçamos enquanto mulheres afro-pindorâmicas. Pelo contrário, ele nos destituiu de nossos valores, atacando nossos corpos, nos censurando, nos pasteurizando, nos higienizando a serviço de um modo de vida monocultural que se reivindica universal.



A violência colonial opera não somente no limite do concreto e biológico das existências, mas no limite sensível, na linguagem aquela que é uma possibilidade de invenção de outra existência. Por isso, ao longo de mais de cinco séculos catequiza-se, escolariza-se, ensina-se um modelo de existência, conhecimento e realidade fundamentado em uma narrativa totalitária, que dissimula os crimes (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 54).

Então, na medida em que temos um projeto de sociedade que assimila, acredita e reforça a supremacia branca, heteronormativa, de classe e masculina, vivemos o desencantamento, a morte e o apagamento estrategicamente praticados pelo sistema colonial.

A civilização europeia, como grande responsável pelo racismo gestado e praticado no projeto colonial (FANON, 2008), forjou uma sociedade que reifica a todo momento os complexos de inferioridade dos povos negros e ameríndios. Mesmo constituindo a maioria da população brasileira, a gramática vigente insiste em considerar negros e negras como minoria, não apenas em termos de quantidade da população, mas também em relação as suas subjetividades.

Entretanto se na gramática colonial as regras operam na lógica da morte e do desencantamento, nos lançamos nos mares da vida que pulsam nos terreiros, nas comunidades, nos grupos historicamente marginalizados e que teimam em existir apesar da escassez e do açoite. É importante destacar que as lideranças destes grupos e comunidades muitas vezes são

---

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**



praticadas por mulheres que tem no zelo para com a comunidade o comprometimento e implicação com a vida.

Nos interessa portanto destacar, reverenciar e aprender com essas mulheres que exercitam pedagogias das frestas, das brechas, das lutas, das pelejas fazendo brotar vida em terreno que o colonizador semeia morte. Compreendemos as pedagogias das frestas como as astúcias e saberes que se constroem em lugares miúdos, na vida cotidiana, na teima em seguir vivendo, nos refazendo nos espaços que ocupamos. Esta compreensão é fortalecida com a premissa de Mestre Lumumba: “fazemos o que podemos, com o que temos e onde estamos”, estes conselhos do mestre, guardam a ética e o compromisso de seguirmos construindo caminhos que valorizem e reverenciem a vida de todos os seres, que desde os seus lugares constroem saberes. Em diálogo com RUFINO (2016), acreditamos que

É no fazer miúdo que se praticam as frestas e se reinventa a vida. As vivências nos terreiros seguem as orientações das sabedorias miudinhas. [...] As filosofias ancestrais que fundamentam as práticas de terreiro transbordam os limites de nossas experiências enquanto sujeitos e daquilo que julgamos apreender enquanto conhecimento. Isso se dá porque o terreiro é lajeiro, é campo formoso e nossas passagens nas “voltas que o mundo dá” correm feito pedras miúdas (on line).

A ética do cuidado, do amor, e do afeto são praticadas dentro do campo de batalha cotidianamente, é das mãos



femininas que brotam o alimento, os conselhos, a reza que nos firmam pra lida na coletividade.

### ***Arrematando os fios: algumas considerações***

Então, irmanadas e em constante luta caminhamos ao encontro dos saberes ancestrais femininos, entendendo que só podemos ser umas com as outras, nos diálogos e vivências tecidas nas intersubjetividades que se assentam nos desafios de nos reconhecermos mulheres desde a América Latina.

É necessário voltar ao passado, visitar nossas histórias, compreender com as culturas das diásporas as dimensões de re-encante. Nunca será tarde para conhecermos e reconhecermos as nossas histórias, que os livros não nos contam. Histórias que são forjadas em corpos que dançam, cantam, atravessam o Tempo, re-inventam a vida. É preciso vivenciarmos as sabedorias assentadas na ancestralidade, a reconhecendo como categoria ética de inclusão, reverência e reconhecimento.

Seguimos no exercício contracolonial fundamentadas em narrativas que são consideradas subalternas pelo cânone, mas no campo de combate à morte em nosso continente, essas narrativas são fontes de inspiração de luta contra o patriarcado. Buscamos tecer saberes desde os nossos lugares de mulheres latino-americanas, com nossas lutas, saberes,



existências, histórias, afetos e permanências. Somos as mulheres que atravessaram Tempos e que nos permitam existir em nossas mais diversas possibilidades implicadas com o mundo.

Então, nessa grande renda histórica que vem sendo bordada há tantos séculos, nos permitimos tecer algumas reflexões, nos permitimos sentir e dialogar a partir dos saberes assentes nas lutas e presenças das mulheres afrodiaspóricas e ameríndias. Para isso, reivindicamos as ciências fundadas nos caminhos do cuidado, da luta, do afeto que são as re-existências promovidas pelas mulheres contra as desigualdades decorrentes dos sistemas opressores. Deste modo, buscamos aqui olhar e reconhecer as cosmopercepções que em suas pluralidades sempre estiveram em favor da vida.

### Referências

ANI, Marimba. A Visão de Mundo Africana. Youtube, 06 de set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zEpavqcubyo> acesso em: 07 de novembro de 2021.

BUNGE, M. **Ser, saber, hacer**. México: Paidós Mexicana, 2002.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber-**

---

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa** – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, p. 69-82, (jan./jun.). 1988.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia Africana e Saberes Ancestrais Femininos: útero do mundo**. Le Monde Diplomatique– Brasil – Edição 160, Novembro, Acervo Oline África. Publicado em 03 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/filosofia-africana-e-saberes-ancestrais-femininos-utero-do-mundo/>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016.

NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. **Ítaca**, n.º 36, Especial Filosofia Africana, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Visualizando o Corpo: Teorias Ocidentais e Sujeitos Africanos. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects *In*: OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **The invention of women: making an African sense of western gender discourses**. Minneapolis: 261University of Minnesota Press, 1997, p. 1-30.



Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.

OLIVEIRA, Eduardo David. **Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

PINTO, Valdina de Oliveira MAKOTA **O elo inquebrável, Viver e Ser**. Youtube, 26 de jun de 2018 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ButRXLqFqnw> acesso em 15 de novembro de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal O que é essa tal de raça?. In: Santos, Renato Emerson dos (org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**.3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

RAMOSE, Magobe. **Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana**. Ensaios Filosóficos, Rio de Janeiro, v. IV, out. 2011.



SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos.** SP: Odysseus Editora, 2003.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos. Modos e Significados.** Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. **Uma reação contra o colonialismo.** Youtube, 23 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icN5sJ52bU4> acesso em 15 de novembro de 2021.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nàgós e a morte.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no Tempo.** Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

TEDLA, Eleni. **Sankofa, african thought and education.** New York: Peter Lang, 1995.

TUTU, Desmond. **Deus não é cristão e outras provocações.** Rio de Janeiro: Tomas Nelson Brasil, 2012.



## **Sobre os organizadores**

### **Júlio César Suzuki**

jcsuzuki@usp.br

ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)



Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.



**Rita de Cássia Marques Lima de Castro**

ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>



Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis – INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa.



**Andréa Rosendo da Silva**

andrearosendo@usp.br; dearosendo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6384-2270>



Jornalista, doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR), bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e graduada em Geografia pela UFPR. Professora colaboradora na pós-graduação lato sensu "Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT) " do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação(Celacc), da ECA-USP. Integra a Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade e os Grupos de pesquisa: Mirada-Estudos de Gênero e Audiovisual (USP); Grupo de Estudos do Núcleo de Apoio à Pesquisa Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP; o GT "Epistemologias decoloniais, territorialidades e cultura" do CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais); Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latinoamericanas da USP(Nupedelas/USP), e Grupo de Pesquisa RHECADOS - Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos, da Universidade Estadual da Bahia( Uneb). andrearosendo@usp.br; dearosendo@gmail.com



## **Sobre os autores**

### **Alayde Maria Pinto Digiovanni**

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO; e-mail: alayde@unicentro.br.

### **Ana Carolina de Moraes Colombaroli**

Bacharel (2014) e Mestre (2017) em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM), da Universidade de São Paulo. Docente nas Disciplinas de Criminologia e Política Criminal e Direito Penal da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Criminologia e Política Criminal, bem como em Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: criminologia, segurança pública, política criminal, direitos humanos, gênero, ativismo judicial e dogmática jurídico-penal. Bolsista FAPESP (graduação, mestrado acadêmico). Vencedora do 7 Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, ONU Mulheres - CNPq - Ministério da Educação - Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Advogada. Email: c.colombaroli@usp.br

### **Ana Regina Marinho**

Doutora em Geografia Humana – USP. Professora Adjunta UPE – Campus Mata Norte. E-mail: ana.marinho@upe.br

### **Dalzira Maria Aparecida Iyagunã**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UPFPR). Mestra em



Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR) e graduada em Relações Internacionais pela UniBrasil. Iyalorishá do Ile Aṣẹ Ojugbo Ògún. E-mail: ogunmeje@gmail.com

### **Erika de Souza Silva**

Especialista em Educação Especial. Graduada em Geografia - UPE - Campus Mata Norte. E-mail: erikasouzageo@gmail.com

### **Flávia Hardt Schreiner**

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Advogada e pesquisadora feminista. Contato: [flavia.hardt@gmail.com](mailto:flavia.hardt@gmail.com). CV [Lattes: http://lattes.cnpq.br/5538666121663024](http://lattes.cnpq.br/5538666121663024).

### **Isabel Araujo Isoldi**

Graduou-se em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas com bacharelado (2005) e licenciatura (2006), e em Pedagogia (2016) pela Unimes. Atua em projetos de ensino, pesquisa e extensão junto a populações tradicionais na Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado. Obteve o título de mestre em Geografia pela Unicamp (2010) em pesquisa acerca das territorialidades quilombolas e conflitos sócio-espaciais no território nacional, com foco nas comunidades Kalunga/PA e do rio Trombetas/PA, e o título de doutora pela Universidade de São Paulo (2021) no Programa de Integração da América Latina, em pesquisa envolvendo territorialidades afroamericanas e estados nacionais no Brasil e na Colômbia. Atua na área da educação em Geografia com projetos voltados à identidade territorial. As principais áreas de atuação são: Ciências Humanas,



Geografia, Território, Educação. Ambiente e Sociedade.  
Email: belisoldi@gmail.com

## **Lourival dos Santos**

Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do grupo de Pesquisa NEHO em Rede na mesma Universidade. Email: lourival.santos@ufms.br

## **Marilene Proença Rebello de Souza**

Professora Titular da Universidade de São Paulo/USP; e-mail: mprdsouz@usp.br.

## **Paula Andrea Lenguita**

Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Postdoctorada en el Instituto de Filosofía y Ciências Sociais de la Universidade Federal de Rio de Janeiro. Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Coordinadora del Programa de Estudios Críticos sobre el Movimiento Obrero del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales. Docente de Postgrado de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de La Plata. E-mail: paulaandrealenguita@gmail.com.

## **Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez**

Professor Associado de Direito Penal da FDRP-USP. Livre-docente pela FDRP-USP. Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP (FD-USP). Mestre em Direito Penal pela FD-USP. Especialista em Direito Penal pela Universidade de Coimbra/IBCCrim. Pesquisador bolsista da Universidade de Valladolid (Bolsa Junta Castilla y León) e da Fundación Carolina (2019-2020). Professor convidado da Universidad de Granada (2020). Ex-



Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Professor Convidado para o curso de Doutorado na Universidade de Valladolid-2017 (Colaboración Univ. Valladolid Junta Castilla y León) e da Universidade Católica da Colômbia-2017. Membro do Programa Interunidades Integração Latino-americana (PROLAM) da USP ([www.prolam.usp.br](http://www.prolam.usp.br)). Becario Fundación Carolina 2019/2020. Bolsista Print/CAPES 2021 - UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID. É diretor Cultural do Ibrachina (Instituto Brasil China). Email: [victorgabriel@usp.br](mailto:victorgabriel@usp.br)

### **Vivian Parreira da Silva**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos com pesquisa em educação das relações étnico-raciais. Mestre em educação pela mesma universidade com trabalho junto a comunidade congadeira Marinheiro de São Benedito Uberlândia MG. Possui graduação em história pela Universidade Federal de Uberlândia (2005) Licenciatura e Bacharelado. Atua com os temas: Práticas Sociais e Processos Educativos; educação das relações étnico-raciais, antirracismo, formação de professores, danças e brincadeiras das culturas populares brasileiras. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em cultura popular, comunidades tradicionais, relações étnico-raciais, danças brasileiras, oralidade e memória, educação popular. Coordena o grupo de pesquisa e prática em danças brasileiras Girafulô, Realiza atividades de formação de professoras e agentes educacionais com enfoque no diálogo de saberes, salientando os saberes das africanidades. Email: [vivianparreira6@gmail.com](mailto:vivianparreira6@gmail.com)

### **Yasmin Falcão**

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrado em andamento no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Email: [falcaoyasmin@gmail.com](mailto:falcaoyasmin@gmail.com)

